

FELIPE FERREIRA PINTO

**NARRATIVAS SOBRE A PRÁXIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA
ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE
GESTÃO DO TRABALHO**

ASSIS

2019

FELIPE FERREIRA PINTO

**NARRATIVAS SOBRE A PRÁXIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA
ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE
GESTÃO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em
Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Silvio Yasui

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

P659n Pinto, Felipe Ferreira
Narrativas sobre a práxis na Assistência Social: uma análise
sobre a proteção social e o processo de gestão do trabalho /
Felipe Ferreira Pinto. Assis, 2019.
92 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Silvio Yasui

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Política social - Brasil.
3. Assistência social - Brasil. 4. Bem-estar social.
5. Práxis (Filosofia). I. Título.

CDD 361.61

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: NARRATIVAS SOBRE A PRÁXIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE GESTÃO DO TRABALHO

AUTOR: FELIPE FERREIRA PINTO

ORIENTADOR: SILVIO YASUI



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. SILVIO YASUI
Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/Assis

Profa. Dra. ANA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO
Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho / UNESP/Assis

Profa. Dra. ABIGAIL SILVESTRE TORRES
PUC / São Paulo/SP

Assis, 18 de novembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Permito-me, neste momento, estender os cumprimentos formais e agradecer a todas(os) que fizeram ou fazem parte do meu percurso histórico.

Agradeço à Universidade Pública por oportunizar que a produção do conhecimento e da resistência por uma educação de qualidade enquanto postura ética e política seja uma eterna “balbúrdia”.

Agradeço, neste sentido, às trabalhadoras(es) da Universidade, em especial à seção de pós-graduação, pela dedicação diária em manter a UNESP de Assis como uma das melhores Universidades deste país.

Agradeço ao Sivaldo “Sival”, pelos momentos descontraídos e acolhedores em todos os dias que a portaria da Unesp mais parecia a porta da minha casa.

Agradeço à minha banca de qualificação e defesa: Abigail Torres, Mariana Prioli e Ana Maria de Carvalho. Obrigado pela disponibilidade, atenção, cuidado e dedicação com meu trabalho. Pessoas como vocês me fazem acreditar que o conhecimento na Universidade é feito por pessoas e suas histórias.

Agradeço ao meu orientador, Silvio Yasui, pela escuta peripatética e acolhedora, por acreditar na continuidade desta pesquisa quando mais precisei. Sua postura ética e sensível me inspiram à construção de um mundo melhor a partir de nossas práticas.

Agradeço ao Joari e à Rita, pela amizade e companheirismo no compartilhamento de ideias e afetos. Pelo compromisso coletivo diário por uma Psicologia ética, construída todos os dias e em todos os lugares.

Às(aos) trabalhadoras(es) do SUAS, agradeço pelo compartilhamento de histórias, afetos, lutas e resistências que buscam uma sociedade, mais justa e igualitária.

Agradeço ao Mateus Pedro por ser o amigo de todas as horas, por me conectar com as minhas origens, pelos roles todos e por ser o irmão que a vida me deu.

Aos amigos que Assis me deu, agradeço por cada momento compartilhado. De perto ou de longe: Juliana Bessa (me ajuda, gente!), Maico, “primo” (Uai, primo, berimbau não é gaita não) Mayara Curcio (Sai, Satanás), Emily “Hemiley” (Que a força esteja com você), Danilo “Dani” (Ah, querido), Igo “Iguito” (me respeite). As lembranças de cada um de vocês me mantêm conectado à alegria dos bons encontros e à diversidade de existirmos.

Aos(às) amigas e amigos e neném, Gabriela, Willian e Valentim, agradeço pelas chegadas inesperadas e alegres em nossa casa.

Aos amigos que fiz na Secretaria de Assistência Social, Felipe “Xará” e Sandra. Felipe,

agradeço por não esperar de nós nada menos do que o novo. Sandra, agradeço a sinceridade diária, carinho e também as horas de debate sobre termo de referência e energias do universo.

À minha equipe: Rony, Eliandra e João, agradeço pelos desafios diários enfrentado, por tornarem o espaço de trabalho mais leve e alegre e por toparem essa empreitada comigo na execução diária desta política. Minha eterna gratidão por estarem sempre por perto.

À Juliana Roman e Marilene, agradeço pelo afeto para todas as horas, por estarem comigo em momentos difíceis, por não me deixarem desistir e por sermos sempre os “três” “porquinhos”.

À minha sogra, agradeço pelas “marmitas” que mais se pareciam com um abraço de carinho e cuidado.

Aos meus irmãos Sherman e Pedrinho, agradeço por tudo que vocês já fizeram por mim. Sherman, obrigado pelos cafunés quando eu não conseguia dormir, por me buscar na escola de bicicleta e me inspirar a acreditar que o sonho da Universidade Pública é possível para quem estudou a vida toda em escola pública. Te amo e obrigado por sempre cuidar de mim. Pedrinho, agradeço por ser esse irmão tão sensível e carinhoso, pelo olhar sincero, por estar sempre comigo e me dizer sempre a sua maneira “Sherman, vai dar tudo certo”. Por ensinar que os gestos dizem mais que palavras. Te Amo!

À minha Vó Neide, agradeço por ser um exemplo de força e por estar sempre disponível. Sem a senhora, eu nunca chegaria até aqui. Te levo todos os dias comigo. Te amo!

À minha tia Rita, agradeço por preservar nossas memórias, pelo carinho e cuidado e por ser a minha segunda mãe. Te amo!

À minha prima Camila, agradeço pelas brincadeiras mais criativas na infância e pelas horas de alegria nas férias de São Paulo. Te amo!

Ao meu avô Orípedes, agradeço pelas doçuras e travessuras, por me apresentar Raul Seixas, mesmo quando eu ainda não sabia o que era colírio, mas gostava muito dos seus óculos escuros. Te amo!

À minha mãe, agradeço por ser este exemplo de força e coragem, essa mulher guerreira e carinhosa que tanto lutou pelos seus filhos. Obrigado por me ensinar que lavar o banheiro, arrumar o quarto, guardar a louça não era coisa de menina., por me ensinar que cozinhar é um gesto de amor. Obrigado por ser quem você é e pelo desejo de vida. Me sinto um privilegiado por ser seu filho. Te amo!

Agradeço à Tulipa, ao Luca Toni e à Cacau, por não deixarem minhas madrugadas solitárias e, a cada lambida e latido, me acolherem e não me deixarem dormir.

Por fim, dedico esta dissertação à minha companheira Mayara e ao meu filho Caetano.

“E no meio de tanta gente eu encontrei você, entre tanta gente chata e sem nenhuma graça”. Amor, obrigado por compartilhar a vida comigo, segurar minha mão quando mais preciso, ser a voz que me fala toda manhã, ser esta pessoa incrível! Obrigado pela sensibilidade, pela generosidade, pelo amor em cada gesto, pelo privilégio de termos um filho lindo juntos, por construirmos nossa família e história a nossa maneira e por me ensinar que a vida pode ser leve e intensa. Eu te amo, você é o amor da minha vida!

Caetano, meu filho, você mudou a minha vida. Me lembro do dia da sua chegada, nunca vou esquecer da primeira vez em que te segurei em meus braços, da primeira vez que abriu os olhinhos. Filho, agradeço por me ensinar a nunca desistir: seu exemplo de força nos inspira a acreditar que nenhum diagnóstico e que nenhuma certeza médica é maior que o desejo e a vontade pela vida. Estarei sempre com você, filho, o papai te ama!

PINTO, F. F. Narrativas sobre a práxis na Assistência Social: uma análise sobre a Proteção Social e o processo de gestão do trabalho. 2019. 85f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o tema da proteção social no Brasil, a partir da discussão sobre o processo de gestão do trabalho no campo da Assistência Social. O objetivo desta pesquisa de mestrado foi apresentar uma análise que possa suscitar debates, tendo em vista a narrativa que conta e analisa a própria trajetória neste campo de ação pública. Trabalhamos com a perspectiva de que a compreensão apresentada em relação ao tema da proteção social e o caso da Assistência Social como política de Estado nos permita tecer diálogos que nos levem a caminhos mais próximos do cotidiano das(os) trabalhadoras(es) inseridas(os) neste contexto de garantia de direitos sociais. Estar inserido no âmbito da proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na condição de Psicólogo trabalhador nos proporcionou construir uma práxis de aposta no campo social, que coloca em discussão: o fazer cotidiano na sua dimensão coletiva, afetiva, solidária, política e social; a noção de Estado protetor na condição de promover e garantir políticas públicas sociais de qualidade à população; a tentativa de propor espaços de construção coletiva em uma sociedade de privilégios e de pouca cultura participativa e democrática; a possibilidade de escutar os sujeitos que sofrem na dimensão dos seus impasses subjetivos, considerando os efeitos do modo de produção capitalista na forma como as pessoas sentem e se relacionam com a vida e, sobremaneira, a intercessão entre trabalho e pesquisa como a chance de agir nas brechas do cotidiano e pensar a produção do conhecimento para além do discurso da Universidade. Portanto, esta pesquisa percorreu o caminho da própria práxis enquanto direção de um processo de análise que vai se constituindo como algo que não se descola daquilo que se experiencia no chão da política, isto é, a condição que olha para o próprio trabalho enquanto um lugar estratégico na construção de diálogos em torno de um modo de fazer no SUAS que se distancie de práticas clientelistas e caridosas. Trata-se de discutirmos a possibilidade de qualificarmos nossas ações no campo da Assistência Social, de modo que essa tarefa nos permita construir um projeto societário menos excludente e que possa considerar o sofrimento dos sujeitos como algo a ser analisado, no que diz respeito à construção das formas de atenção e cuidado ofertado pelo Estado. Cabe refletir também sobre a possibilidade de promover novas sociabilidades nos espaços públicos do território e nos estabelecimentos institucionais da Assistência Social.

Palavras-chave: proteção social; gestão do trabalho; assistência social; práxis.

PINTO, F. F. Narratives about the praxis in Social Assistance: an analysis of Social Protection and the work management process. 2019. 85p. Dissertation (Masters in Psychology) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the theme of social protection in Brazil, from the discussion about the process of work management in the field of Social Assistance. The objective of this master's research was to present an analysis that can arouse debate, in view of the narrative that tells and analyzes his own trajectory in this field of public action. We work with the perspective that the understanding presented in relation to the theme of social protection and the case of Social Assistance as a State policy, allow us to weave dialogues that take us closer to the daily lives of the inserted workers in this context of guaranteeing social rights. Being inserted in the scope of social protection of the Unified System of Social Assistance (SUAS) as a working Psychologist allowed us to build a praxis of betting in the social field, which puts in discussion: the daily doing in its collective, affective, solidarity, political dimension and social; the notion of a protective state on the condition of promoting and guaranteeing quality social public policies to the population; the attempt to propose spaces of collective construction in a society of privileges and of little participatory and democratic culture; the possibility of listening to the suffering subjects in the dimension of their subjective impasses, considering the effects of the capitalist mode of production on the way people feel and relate to life and, above all, the intercession between work and research as the chance to act in the daily gaps and think the production of knowledge beyond the University discourse. Therefore, this research followed the path of praxis itself as the direction of a process of analysis that is constituted as something that is not detached from what is experienced on the ground of politics, that is, the condition that looks at one's own work as an individual. strategic place in the construction of dialogues around a way of doing in SUAS that distances itself from clientelistic and charitable practices. It is a matter of discussing the possibility of qualifying our actions in the field of Social Assistance, so that this task allows us to build a less exclusionary societal project that can consider the suffering of the subjects as something to be analyzed, regarding the construction of the forms of attention and care offered by the state. It is also worth reflecting on the possibility of promoting new sociability in the public spaces of the territory and in the institutional establishments of Social Assistance.

Keywords: social protection; work management; social assistance; praxis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NEP – Núcleo de Educação Permanente

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PROGEN - Projeto Gente Nova

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UNESP - Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
O campo de análise a partir da práxis na Assistência Social	10
Objetivos	20
O caminho metodológico	20
Sobre a construção da pesquisa e a divisão em planos de análise	25
 PRIMEIRO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO I): A proteção social no Brasil a partir de 1930 e os desdobramentos para a Assistência Social.....	30
A proteção social no Brasil: perfil segmentado e os interesses privados na esfera pública...	39
 SEGUNDO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO II): afinal, o que é o SUAS?	47
 TERCEIRO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO III): Sobre gerir o processo de trabalho e o enfrentamento diário a desigualdade social: quais possibilidades para a construção da Assistência Social?	56
O fazer “vigilante” socioassistencial	58
A comunica(ção) e os processos decisórios no fazer socioassistencial	72
O formar-se permanente.....	76
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

APRESENTAÇÃO

O campo de análise a partir da práxis na Assistência Social

A motivação para escrita deste trabalho advém de um conjunto de experiências vivenciadas tanto no cenário prático, quanto no campo teórico. Contudo, é preciso lembrar que considero a inseparabilidade entre teoria e prática ao relatar o caminho permanente de estudos e trabalhos, uma vez que pressuponho que a inserção no cenário das Políticas Públicas sociais se faz, mas não somente, no âmbito da práxis, isto é, de uma prática teórica que se transforma e se reinventa em seu fazer político.

Acredito que a diferenciação entre teoria e prática pode, por vezes, reafirmar o lugar do pragmatismo no fazer da(o) trabalhadora(o) e ocasionar o distanciamento da possibilidade de refletir acerca de sua realidade social, tendo em vista as condições econômicas, políticas, sociais e subjetivas que permeiam seu modo de ser e existir no mundo. Considerando que estas condições compõem meu percurso, a aproximação e envolvimento com o tema da Proteção Social no campo da Assistência Social têm início na graduação por meio da inserção em projetos de extensão, núcleos de estágios, grupos de pesquisa e, posteriormente, na condição de trabalhador e pesquisador inserido nesta realidade.

Desse modo, a construção de práticas no contexto da Assistência Social colocou-me diante de inúmeros desafios cotidianos. Estar inserido no âmbito da proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) propiciou-me a construção de um percurso formativo de aposta no campo social, por meio da oportunidade de estar em contato com processos de trabalho que nos colocam frente a múltiplas dimensões e questões. Dentre elas, o fazer cotidiano que pode nos levar a pensar a respeito de como as práticas consideram a dimensão coletiva, afetiva, solidária, política e social; a noção de Estado protetor na condição de promover e garantir políticas públicas sociais de qualidade à população; a tentativa de propor espaços de construção coletiva em uma sociedade de privilégios e de pouca cultura participativa e democrática; a possibilidade de escutar os sujeitos que sofrem na dimensão dos seus impasses subjetivos, considerando os efeitos do modo de produção capitalista na forma como as pessoas sentem e se relacionam com a vida; e, sobremaneira, a intercessão entre trabalho e pesquisa como a chance de agir nas brechas das instituições e pensar a produção do conhecimento para além do discurso da Universidade.

Longe de apresentar uma resposta a ser seguida, mas, sobretudo, comprometido ética e politicamente com a práxis no manejo das questões que se apresentam para o trabalho no

SUAS, o encontro com a Assistência Social me possibilita estar em contato com a atuação profissional de trabalhadoras(es). Problematicar a partir deste cenário, a relação que há entre trabalhadoras(es) e pessoas usuárias do SUAS pode, por exemplo, proporcionar processos de reflexão acerca da construção da cidadania, enquanto condição necessária para a efetivação da proteção social como garantia da equidade e da universalidade do acesso a política de Assistência Social.

Trata-se do comprometimento com o fazer no campo da Assistência Social, mediante a possibilidade de construirmos uma sociedade mais justa e igualitária que consolida sua defesa pela vida, a partir da escolha por uma postura ética que aposta no debate democrático, no respeito às diferenças e, sobretudo, na construção de consensos enquanto projeto civilizatório do bem-comum.

Sendo assim, antes de falar sobre a minha atual condição de trabalhador, vou revisitar o início desta trajetória e dialogar sobre algumas inquietações que me acompanham ao longo deste percurso e que me motivam à escrita deste trabalho de pesquisa como condição que analisa e constrói narrativas a respeito da própria práxis na Assistência Social.

Enquanto trabalhador em formação e graduando em Psicologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, entrei em contato com diferentes possibilidades de atuação de psicólogos(os) nos diversos espaços institucionais e, da mesma maneira, com a produção científica da Psicologia no Brasil e no exterior. Os estágios curriculares propostos ao longo da graduação foram fundamentais para que a aproximação com as diversas formas de atuação - saúde, educação, trabalho, clínica e assistência social - se efetivassem na prática.

O contato com este fazer que não se restringia apenas ao campo da Psicologia, permitiu-me experienciar um modo de fazer nas políticas públicas capaz de colocar em debate a forma como pensamos, agimos e sentimos a vida.

Com o decorrer da graduação, e com todas as questões relacionadas à atuação da psicologia, por exemplo, percebi que as condições que atravessavam o cuidado aos sujeitos em sofrimento psíquico não se restringiam, em especial, ao contexto da saúde mental. O que nos foi apresentado dizia, principalmente, sobre a possibilidade de construir formas de atuação nas políticas públicas que pudessem rever a forma como nos organizamos enquanto trabalhadoras(es) inseridas(os) nas instituições, mediante a possibilidade de efetivar, no horizonte das práticas, a construção de uma sociedade, mais justa e igualitária. O Sistema Único de Saúde (SUS) como proposta foi e será, para o meu percurso formativo profissional

e de vida, o encontro com histórias emocionantes que me levaram a acreditar que é possível ocupar o mundo respeitando as diferenças e permitindo o encontro com caminhos voltados à construção de espaços coletivos, solidários e democráticos.

Estar próximo destas práticas permitiu-me, além da oportunidade de conhecer ações que criam e constroem o cotidiano como campo de possibilidades de existir, pensar e agir, problematizar o lugar do Estado na construção de um sistema de proteção social mais amplo. Nessa direção, a entrada no SUAS, mais precisamente no estágio curricular no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando aquilo que não era apenas do campo da saúde, mas das condições sociais mais amplas que se relacionavam diretamente com os efeitos do modo de produção capitalista para as sociabilidades dentro e fora do espaço de trabalho, foram fundamentais para reconhecer a atuação de uma Psicologia que privilegia olhares singulares diante das demandas apresentadas pelos sujeitos inseridos em um contexto social, político, econômico e cultural.

Nesta direção, comecei a refletir sobre algumas questões que podem produzir a desigualdade social enquanto condição fundante das relações sociais e, como consequência direta, produzir sofrimento psíquico aos sujeitos. Pensar a Psicologia distante do compromisso social de propor questionamentos na direção de (re)significar a naturalização deste modo de funcionamento da sociedade dificulta a construção de práticas éticas a serviço da universalização do acesso às políticas sociais, pois não rompe com os olhares que, por vezes, tendem a “psicologizar” os problemas sociais coletivos.

Precavido por estas questões a respeito das condições que produzem o cenário de atuação nas políticas públicas ao longo da graduação, iniciei meu percurso enquanto psicólogo no trabalho com a Economia Solidária, pensando o processo de geração de Trabalho e Renda na Incubadora de grupos populares da UNESP/Assis. Simultaneamente, passo a compor também a equipe Rede Ciranda, projeto financiado pelo Itaú Social, cujos objetivos eram: desenvolver a articulação de ações formativas para rede socioassistencial; apoiar equipes de trabalho da Assistência Social no desenvolvimento de ações conjuntas com as demais políticas setoriais do território; participar da construção de fluxos de trabalho que pudessem promover a aproximação entre os atores da rede problematizando a oferta de cuidado a partir das demandas apresentadas pelos sujeitos nos estabelecimentos institucionais das políticas públicas; contribuir para o processo de estruturação e efetivação da rede de enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e, por fim, produzir um diagnóstico sobre a situação de crianças e adolescentes no município de Assis.

A potência destes trabalhos que caminhavam juntos me permitiu refletir, dentre outras questões, sobre quem eram os sujeitos que circulavam pelas políticas setoriais. As questões que se apresentavam me levaram à construção de novos caminhos para o processo de trabalho. Questionava se havia diferenças nos efeitos produzidos pelo modo de produção capitalista nos sujeitos quando olhados nos diferentes espaços. O discurso da rede das políticas setoriais que circulava pelos estabelecimentos institucionais pretendia ser algo capaz de explicar todas as problemáticas e desafios que faziam parte do processo de trabalho das equipes e também da vida dos sujeitos considerados público alvo dos serviços: “se havia problemas, a rede intersetorial de políticas públicas seria capaz de intervir sobre eles”. Porém, na prática o que se via eram os protocolos de encaminhamentos. O que se produzia nesta ação era uma proposta de cuidado segmentada e que estava distante de uma construção coletiva que pudesse fortalecer direitos sociais e democratizar os espaços de decisão nos serviços.

A singularidade do projeto me possibilitou encontros potentes e fundamentais para refletir, sobretudo, como ser um trabalhador que reconhece os limites de atuação nas instituições, tendo em vista que nenhuma prática isolada é capaz de dialogar com a complexidade apresentada pela realidade. Trabalho com a ideia de que encontrar forças para coletivizar o modo de fazer cotidiano nos permite caminhar por mais tempo, ao invés de investir e considerar que uma ação no campo social se esgota por si só em um único fazer, isto é, a partir de uma única experiência. Portanto, a entrada neste cenário de intervenção no território – projeto Rede Ciranda - enquanto possibilidade de construir processos corresponsáveis de cuidado, foi um momento importante para lidar com as próprias dificuldades de execução da política no cotidiano e apreender, sobremaneira, a entender as diferentes formas de trabalho que se produzem nas instituições.

Como nos dizia uma das trabalhadoras de um dos CRAS do município “Na prática, a teoria é outra”. Mesmo não concordando com essa afirmação, o importante foi pensar e dialogar com outros colegas acerca dos riscos que corremos de sermos capturados pelos discursos que tornam o processo de trabalho cronificado e distante da possibilidade de pensar nossa realidade social, para além da burocratização das relações no cotidiano das instituições de proteção social.

Muito embora esta condição que aparece como uma característica para algumas práticas do cotidiano de trabalho não seja uma escolha consciente de colegas que estão há tempos lutando pela efetivação de direitos e sobrevivendo diariamente aos desafios colocados pela realidade, há, em alguns casos, a validação de um contexto de esgotamento

de caminhos de atuação, ou seja, é como pensar que não será possível fazer mais nada diferente do que já foi proposto em relação ao trabalho social, o qual aparece em algumas realidades de trabalho nos estabelecimentos institucionais do SUAS e de outras políticas sociais.

Após a experiência nestes projetos, trabalhei como supervisor institucional de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) em uma cidade vizinha a Assis. Até aquele momento, não tinha desenvolvido nenhum trabalho de supervisão institucional para equipes da Assistência Social. Procurei dialogar com colegas que já estiveram nesta condição. Ouvi questões importantes sobre o que era uma supervisão, dentre elas, sobre como facilitar a construção de um processo de diálogo coletivo entre a equipe, bem como manejar as questões que envolvem a singularidade de cada sujeito envolvido com o processo de trabalho.

Por vezes, foi possível perceber como algumas descrições levavam para caminhos mais clínicos, focados exclusivamente nos casos. Já em outros momentos, era necessário construir um espaço de educação permanente – construção de práticas e saberes para e pelo trabalho, mas que não se restringem aos espaços formais das instituições - conforme prevê a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS - PNEP/SUAS de 2013 - enquanto possibilidade da equipe pensar para além de julgamentos individuais que, em certas ocasiões, tendem a culpabilizar os sujeitos pela condição social em que se encontram.

Dialogar sobre essa prática no contexto da Assistência Social significava, por exemplo, naquele contexto de supervisão, a possibilidade de refletir sobre como estava organizado o processo de trabalho da equipe e qual a visão de mundo que atravessava a relação das(os) trabalhadoras(es) com as pessoas usuárias do serviço que viviam no território. Animado com a chance de conhecer e apreender com as práticas das(os) trabalhadoras(es) de outro município, iniciei o trabalho.

Percebi como as questões na instituição conectavam a todo tempo clínica e política, isto é, os impasses subjetivos não escolhem lugar para se manifestar. Eles estão diretamente relacionados aos efeitos do modo de produção capitalista nas subjetividades, bem como mostra, em certas ocasiões, o descompromisso do Estado em considerar o sofrimento das pessoas ao criar suas políticas voltadas interesse público da sociedade.

A complexidade dos atendimentos, neste sentido, produzia muitas angústias para equipe. Recordo da fala de um trabalhador ao final do primeiro encontro de supervisão, que disse não suportar mais ter que lidar com o sofrimento daquelas pessoas que chegavam até ele, pois se sentia sozinho e responsável por resolver todas as dificuldades que se

apresentavam para a proposta de acompanhamento que parecia, na ocasião, não chegar a lugar algum. Havia uma disponibilidade das(os) trabalhadoras(es) em escutar os sujeitos que chegavam ao serviço daquele CREAS, no entanto não eram as respostas prontas que equacionariam todas as questões que atravessam o processo de trabalho. Foi um momento importante para refletir junto à equipe como as questões que surgiam nos atendimentos estavam sendo manejadas pelo serviço, tendo em vista as condições desiguais que produziam a singularidade daquele território. Algo que poderia ser pensado enquanto questões estruturais para a formação social do país e discutido no coletivo, mas sem perder de vista a singularidade dos sujeitos que chegavam até aquele serviço.

Este lugar de “supervisor” foi, inclusive, repensado e problematizado a cada encontro, pois não seria o meu olhar a grande visão do trabalho daquela equipe, a partir de um suposto saber que estava fora da especificidade daquele contexto de atuação e que supostamente saberia quais seriam as soluções para os problemas enfrentados. Jacques Lacan (1992) já nos dizia que o lugar do analista é o lugar da ignorância douda, de um saber com limites. O mais importante nesta experiência era criar condições para que os próprios sujeitos ali envolvidos com o fazer cotidiano, ou melhor, com a própria práxis em si, analisassem e repensassem sua implicação com o contexto de atuação em uma política social.

Criar o espaço de diálogo e colocar a palavra para circular entre a equipe permitia abrir o caminho para o campo do desejo de estar refletindo sobre o processo de trabalho, mediante as demandas que emergiam diariamente na instituição. Era preciso respeitar a singularidade da equipe e não cair na armadilha de dizer como se faz e, tampouco, reforçar suposições de que uma ação no campo social deve dar conta de toda a complexidade da vida.

Trabalhei com a oportunidade de operar na brecha da instituição, isto é, evidenciar os discursos que permeavam as práticas e questionar os discursos que tendem a responder pelo outro sem antes se permitir a escutá-lo quando problematizamos as práticas voltadas ao atendimento dos sujeitos. O diálogo com o que nos disse Freud (1937), ao nos alertar que não se pode ensinar, governar e desejar pelo outro, foi fundamental para ampliar o campo de análise junto a equipe e perceber como esta dimensão perpassa todo o cenário de atuação na Assistência Social. Era preciso estar atento ao que emergia deste processo de trabalho, sem responder a demanda com respostas prontas.

Permitir que a equipe formulasse suas próprias questões possibilitou construir uma forma de manejo que suportava escutar o que estava sendo dito, afinal, a fala daqueles sujeitos envolvidos com o processo de trabalho na instituição, era tudo que eles podiam apresentar como um processo que conta e (re)conta, acima de tudo, sua trajetória de vida a

partir do desejo como força de movimento e implicação com o campo social.

O privilégio de estar neste espaço, me permitiu entrar em contato, mais uma vez, com a dimensão do fazer na Assistência Social, tendo em vista os efeitos produzidos pela relação trabalho social e desigualdade social na subjetividade das trabalhadoras(es), assim como nos sujeitos que chegavam até o serviço, considerando o relato dos casos apresentados pela equipe.

Logo após a experiência de supervisão, mudo de cidade e vou para o trabalho no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), na cidade de Campinas/SP. Uma grande metrópole e novos desafios. Boas práticas, bons discursos e velhos problemas: o sujeito é apenas social? É possível que haja essa separação? O que é a rede intersetorial? Qual dimensão ética do nosso trabalho enquanto coletivo? Como é possível organizar o processo de trabalho na Assistência Social?

Em um território novo e pouco percorrido, chego para compor a equipe que deve ser referência no atendimento a mulheres vítimas de violência, a adolescentes egressos de medidas socioeducativas, a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e as pessoas idosas que estiveram/estão em situação de negligência ou abandono. Estas eram as demandas ditas e identificadas que estavam direcionadas à instituição, as quais deveriam ser objetos de ação e produzir formas intervenção, tendo em vista a complexidade que o território apresentava para a equipe do projeto Gente Nova (PROGEN), Unidade do Jardim Garcia - região Noroeste da cidade.

Nesta experiência, aprendi muito com práticas inspiradoras e, sobretudo, com as histórias de vida daquelas pessoas que chegavam até o serviço. Escutar, por exemplo, os relatos de mulheres que sofriam inúmeras violências de gênero cotidianamente - em diversos espaços da vida - era algo muito intenso e complexo.

Por diversas vezes, refleti sobre como era angustiante ver que a única forma como aquelas mulheres poderiam ser acompanhadas pelo Estado, bem como vistas por outras mulheres que sofriam com as mesmas questões, era quando já estavam totalmente fragilizadas e abandonadas em relação a qualquer apoio familiar e comunitário. Muito destas situações de violência, é porque nossa sociedade necessita rever e discutir os processos centrados na cultura patriarcal e que produzem, como efeito, o machismo como um dado estruturante das relações e que consequentemente naturalizam os processos de violências e exclusão contra as mulheres.

Ademais, perceber o quanto a juventude negra e os adolescentes pobres de um modo geral são as principais vítimas da violência no campo das sociabilidades cotidianas, era algo

que me colocava diante da necessidade de lutar com eles pelos seus direitos, escutar e se interessar pelas suas histórias. Caminhar conjuntamente na construção de singularidades desejantes, a partir da defesa por Direitos Humanos.

Naquele momento, mergulhei nestes universos tão complexos e que não se desconectavam. Reconhecia meus limites e aprendia dia após dia com aquelas histórias que precisamos estar preparados para a escuta, de modo que esta é a condição ética de toda nossa práxis.

Inquietava-me: a Assistência Social pode ser muito mais do que conceder benefícios eventuais e adequar famílias pobres ao modelo social burguês e patriarcal. Diante destas condições e inquietações, inicio a construção de um projeto de pesquisa acerca da minha prática enquanto trabalhador. Nesse processo, a dimensão do fazer e do pensar dos colegas que não reduzem suas práticas à manutenção da aceitabilidade da pobreza e da desigualdade social influenciou também a construção de uma proposta de pesquisa enquanto tentativa de contara própria práxis, enquanto desejo que busca compartilhar suas questões com coletivo e continuar se permitindo a errar, rever, acertar ou não e continuar seguindo, principalmente, diante da responsabilidade ética de trabalhar diretamente com o humano.

Após esta experiência, saio do trabalho em Campinas e me reencontro com o início da minha trajetória no campo da Psicologia e da Assistência Social. Retorno a Assis, mas agora para um novo encontro com a Universidade, na condição de aluno do programa de mestrado em Psicologia.

Com o início das aulas, começo a trabalhar na pesquisa. Neste momento também, recebo o convite para participar do processo seletivo para um cargo de gestão na Secretaria Municipal de Assistência Social de um município no interior do estado de São Paulo. Passado o processo seletivo, assumo o cargo que tem a responsabilidade de levar adiante a Vigilância Socioassistencial, o Monitoramento e a Avaliação da rede socioassistencial. Isso significava lidar com números, processos de avaliação, gestão da informação, construção de referenciais técnicos, prestação de contas e cuidar dos convênios e parcerias - financeiras e técnicas - com as organizações sociais que prestam serviços de Assistência Social de forma indireta na rede de Assistência Social.

Junto com a especificidade do trabalho da Vigilância, fico com a responsabilidade de participar do aprimoramento do serviço de média e alta complexidade os quais cuidam do atendimento à população em situação de rua - Abordagem Social, Centro Pop e Acolhimento Institucional. Temáticas importantes que vão atravessando minha trajetória no espaço de trabalho da Secretaria enquanto campo de ação da Diretoria de Vigilância Socioassistencial,

monitoramento e avaliação.

Nesta condição de trabalho que desenvolve processos de gestão contínuo refletindo sobre minha práxis. Acredito que se não somos capazes de ocupar lugares estratégicos com abertura ao diálogo, corremos o risco de não lutar por todas as conquistas e avanços no campo da Assistência Social, bem como das demais políticas públicas. Quando penso no trabalho que estou desenvolvendo neste momento na gestão de uma Secretaria, ele não é diferente de um trabalho em um serviço do ponto de vista da construção de um cenário de proteção social que esteja disponível para qualificar a forma como os sujeitos estão sendo atendidos no território.

Há que se pensar que a dicotomização posta no discurso das instituições responde a um processo de desarticulação e, sobretudo, de manutenção de privilégios para se ocupar postos de trabalho na esfera pública que privilegia, em muitos casos, a defesa de interesses individuais. Por que não podemos falar da gestão como um espaço que não está dado e que deve ser, como no CRAS ou em qualquer outro equipamento, um lugar de respeito e de construção de melhores condições de vida em sociedade, a partir de sociabilidades mais inclusivas, solidárias e afetivas? Falo da necessidade de dialogarmos sobre nossas práxis e refletir sobre ela, independentemente do espaço que ocupamos. Refletir sobre o trabalho como algo que pode ir além da prescrição e da repetição. Ou seja, a construção de pactos coletivos voltados a garantir a cidadania e a liberdade.

Muito embora o fazer cotidiano apresente suas especificidades, não podemos acreditar que - “gestão” e “ponta” - estejam separados enquanto lugares de trabalho que não caminham para o mesmo objetivo, quer dizer, que não se alinham ética e politicamente com a consolidação da proteção social no SUAS. Essa é uma questão importante que podemos pensar no coletivo e ampliar o que possa parecer arraigado no fazer no âmbito da gestão e que, por vezes, distancia as(os) trabalhadoras(es) e despotencializa o fazer no cotidiano de trabalho. Se não estamos dialogando sobre a necessidade de caminharmos de mãos dadas, reconhecendo nossas diferenças, para onde iremos? É possível pensar que a gestão está para além das burocracias?

Essa é uma questão importante que movimenta minha práxis, pois, às vezes, percebo como o funcionamento da instituição está organizado para que trabalhadoras(es) não se reconheçam enquanto produtores de um fazer comum e que podem, ou não, avançar diante de processos voltados a mudar a forma como há tensionamentos e perda de sentido no trabalho social. Talvez a oportunidade de discutir como estas questões se evidenciam no cotidiano, permita que haja momentos de reconhecimento do Outro como alguém diferente

no modo de pensar e que pode ser fundamental, inclusive, para compor com o trabalho que cada um executa individualmente.

A construção de práticas no contexto da Assistência Social nos coloca, portanto, diante de inúmeros desafios cotidianos. Estar inserido no âmbito da proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) nos permitiu construir um percurso formativo de aposta no campo social, considerando a possibilidade de produzir processos de trabalho que possam colocar em discussão: o fazer cotidiano na sua dimensão coletiva, afetiva, solidária, política e social; a noção de Estado protetor na condição de promover e garantir políticas públicas sociais de qualidade à população; a tentativa de propor espaços de construção coletiva em uma sociedade de privilégios e de pouca cultura participativa e democrática; a possibilidade de escutar os sujeitos que sofrem na dimensão dos seus impasses subjetivos, considerando os efeitos do modo de produção capitalista na forma como as pessoas sentem e se relacionam com a vida e, sobremaneira, a intercessão entre trabalho e pesquisa como a chance de agir nas brechas do cotidiano e pensar a produção do conhecimento para além do discurso da Universidade.

Ao longo deste trabalho, discuto minha práxis como trabalhador e pesquisador. Fazeres que caminham lado a lado. Destaco também que a discussão sobre o sistema de proteção social não pretende ser, de forma pragmática, um manual de instrução que condiciona olhares lineares sobre as análises e entendimentos que serão apresentados nesta pesquisa. Acreditamos na possibilidade de que mais do que explicar algo, estamos preocupados em ampliar o debate acerca da proteção social, tendo em vista que o modelo brasileiro de ação Estatal aperfeiçoou novas tecnologias de valorização dos interesses do mercado e não mudou significativamente o quadro social do país.

Considero que as experiências discutidas nesta pesquisa, enquanto partilha de concepções e inquietações acerca do trabalho, não foram produzidas individualmente por este que vos escreve. Quando me dedico a refletir sobre minha atuação, tal reflexão só é possível porque estive em contato com outros diversos caminhos, tendo em vista a oportunidade de conhecer as práticas de outros colegas, os quais também colocaram em discussão no seu fazer, dentre outras questões, a modalidade de “Estado de Bem Estar Social” e “Proteção Social. Meu desejo é, portanto, construir diálogos e revisitar algumas questões que, quando analisadas exclusivamente pelos pressupostos econômicos e políticos, possam parecer respondidas em relação ao tema das políticas públicas sociais no Brasil.

A partir dessa proposta vou percorrer a trajetória de análise em relação à contextualização do cenário de proteção social no Brasil - da sua quase inexistência antes de

1930 e seus processos de centralização e descentralização a partir da industrialização tardia do país - considerando a necessidade de se discutir a “questão social” como condição estratégica para sobrevivência do modo de produção capitalista (ALVIM, 2009).

Portanto, esta pesquisa discute questões teóricas em relação ao tema da proteção social e o processo de gestão do trabalho percorrendo o caminho da própria práxis enquanto direção de um processo de análise que se constitui como uma tentativa de buscar aproximações que não se descolam daquilo que se experiencia no chão da política, isto é, a condição de trabalhador do SUAS.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa foi analisar a proteção social no SUAS, considerando as formas de execução do processo de gestão do trabalho no campo da Assistência Social, a partir da práxis deste trabalhador inserido no campo da proteção social do SUAS.

O caminho metodológico

O sentido de práxis adotado ao longo do processo de análise e que produziu sentido para a escrita desta pesquisa de mestrado, tem como fio condutor o que escreve Sánchez (2011):

O fato de que a prática determina a teoria não só como sua fonte - prática que amplia com suas exigências o horizonte de problemas e soluções da teoria -, mas também como fim - como antecipação ideal de uma prática que ainda não existe -, demonstra, por sua vez, que as relações entre teoria e prática não podem ser vistas de um modo simplista ou mecânico, a saber: como se toda teoria e prática se baseassem de modo direto e imediato na prática. É evidente que há teorias específicas que não fazem essa relação com a atividade prática. Mas não nos esqueçamos de que estamos falando neste momento das relações entre teoria e práxis no curso de um processo histórico e social que tem seu lado teórico e seu lado prático. Na verdade, a história da teoria (do saber humano em seu conjunto) e da práxis (das atividades práticas do homem) são abstrações de uma única e verdadeira história: a história humana (SÁNCHEZ, 2011, p.259).

Dessa maneira, podemos pensar que se há o problema entre teoria e prática ele só pode ser pensado, inclusive, porque é possível visualizar a prática como ação objetiva e transformadora da realidade social que se pretende discutir. Assim, me parece importante considerar que:

Do papel determinante da prática - como fundamento, fim e critério do conhecimento verdadeiro - não se pode extrair a conclusão de que a teoria e a prática se identifiquem, ou de que a atividade teórica se transforme automaticamente em prática. Impede

chegar a essa conclusão o fato de que a prática não fala por si mesma e exige, por sua vez, uma relação teórica com ela: a compreensão de práxis (Idem, 2011, p. 261).

O conteúdo de análise pensado a partir das condições que a práxis nos coloca para o fazer cotidiano de trabalho, refletem a busca pela construção de práticas inscritas na realidade social como potência de criação de novos modos de existir e pensar o trabalho no SUAS. Mas não se trata de ao problematizar as práticas, que estamos considerando que elas sejam práxis. Estamos interessados em aprofundar o debate acerca das ações experienciadas enquanto criação do processo de trabalho no campo da Assistência Social que possam, enquanto possibilidade, contemplar novos arranjos sociais, políticos, afetivos e solidários que permitam sociabilidades inclusivas, participativas e democráticas.

Há na construção dos encontros potentes no campo social e na construção do processo de trabalho, propostas de análises dialéticas que podem vir a superar práticas condicionadas a aplicação de métodos de análises que estejam neutros às questões políticas, culturais, históricas e, sobretudo, no campo das subjetividades. Na relação com o campo científico, o materialismo histórico dialético questiona a forma como a sociedade se organiza a partir dos pressupostos do capital, bem como se relaciona com esta realidade, de forma a agir e pensar sobre suas possibilidades de transformação. A dialética é mais do que um sistema filosófico; como conhecimento, ele está em movimento, caminhando:

- do abstrato (elaborado pela reflexão) ao concreto;
- do formal (lógico) ao conteúdo(práxis);
- do imediato ao mediato (desenvolvido pelas mediações e em particular por aquela da lógica dialética, que é do menos complexo ao mais complexo) (LEFEBVRE, 1975 p.4).

Cabe pensarmos que a dialética não busca fórmulas prontas e acabadas. Enquanto postura ética entra em contato com a realidade no seu plano histórico, pois não se trata de colocar em evidência a formação de uma estrutura social, mas, sobretudo, qual a concepção de sociedade se antecipa em relação à análise (FRIGOTTO, 2010). A construção do conhecimento nos leva a trabalhar com a especificidade do campo teórico a ser abordado no desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de produzir uma análise acerca da proteção social e sua relação com o processo de trabalho na Assistência Social, de forma que os diálogos entre teoria e prática sejam, de fato, dialéticos.

Buscamos analisar a contradição do campo de ação do Estado – direito *versus*

regulação -, de forma a refletir sobre como este modo ação poderia ser diferente. Ao analisar esta condição do Estado protetivo a partir da dialética, significa que negamos a princípio que esta ação esteja voltada apenas a produzir controle sobre a população. Preservamos em nossa análise que mesmo que essas ações possam produzir certa padronização do modo como as pessoas se relacionam com a vida, tendo em vista que essa relação pode ser mediada por trabalhadoras(es), tais ações também podem se produzir de outras formas. Em resumo, a narrativa sobre a minha práxis, considerando a relação entre causa e efeito, na construção do processo de trabalho na Assistência Social deve ser considerada transitória, marcada por uma processualidade histórica e jamais entendida como fim da análise, pois está em constante movimento.

Em certa medida, trata-se de pensarmos que um modelo econômico que produz relações sociais não se sustentaria se não fosse capaz de propor, igualmente, um modo de ser, sentir e pensar a vida. Há, de minha parte, o desejo de não tornar a teoria marxiana um livro de receitas para dizer que tudo se resume aos alcances das questões econômicas e que elas pretendem ser capazes de explicar a realidade social de forma linear. A dialética como lupa sobre a realidade social nos permite ampliar o debate acerca do que antes já nos parecia evidente e naturalizado.

Sem perder de vista a necessidade de manter a coerência e a ética com a produção científica, trabalho com a dialética como um caminho que nos coloca em movimento. A dialética, no nosso caso, foi pensada para ser a ferramenta de análise que permite processos de reflexão que possam propor análises acerca do tema da proteção social e seus desdobramentos para o campo da Assistência Social no Brasil. Escolhi percorrer o caminho que busca construir diálogos a luz do que a teoria nos permite avançar como uma sensibilidade que vai rompendo com supostos discursos hegemônicos que estejam a serviço dos interesses do capital, isto é, problematizar as tentativas de manter o funcionamento da sociedade como está e, igualmente, das formas de poder que normalizam os sujeitos e rompem com a potência de produção da vida enquanto campo de possibilidades mais singulares.

Nesta pesquisa, considere para a discussão as reflexões proposta por Lefebvre (1975), ao descrever Marx acerca da dialética, quer dizer, como trabalhar com esta condição de análise enquanto possibilidade de desnaturalizar o que está posto para a realidade social e, sobretudo, porque nos leva a questionar não o todo como parte e vice e versa. Mas sim o que produz essas relações entre o todo e as partes.

A composição do pensamento que produz as práticas sociais de homens e mulheres, trabalhadoras(es) inseridas(os) no campo da proteção social no SUAS não pode ser vista como uma história da prática. Não se trata disso. É preciso refletir sobre os riscos em buscar determinar o campo da prática tomado como sinônimo de práxis. Como reconhecer e descrever práticas dialéticas, a partir de olhares que buscam enxergar as diferenças entre as formas de intervenção no campo social, principalmente, no campo da Assistência Social, sem que elas possam ser entendidas automaticamente como o sentido de práxis adotado por Marx?

A vida em seu contexto social fala sobre prática. A práxis é a ação do homem que produz uma intervenção sobre a matéria e a partir dela se cria uma nova realidade (SANCHEZ, 2011).

A partir do reconhecimento destas questões, tendo o caminho da práxis como movimento e tentativa de aprofundar as formas de pensar o trabalho, sobretudo, a forma como produzimos nossa vida, o tema da proteção social não deve produzir determinismos para o campo social. Segundo Sanchez (2011):

A atividade prática criadora não pode ser concebida como uma série continua de atos de consciência que tenham que se traduzir em outra série - também continua - de atos materiais que se sucedem no processo prático na mesma ordem que se deram na consciência. Isto é, o subjetivo não é apenas o ponto de partida do objetivo; não se oferece como um produto acabado da atividade subjetiva, disposto imediatamente a ser realizado - ou duplicado - objetivamente (p.270).

Trata-se de dialogar sobre as características de uma política social, sem perder vista uma proposta de discussão que retoma a sua construção ideológica, social e cultural, considerando os interesses que ela respondeu no passado e responde, ainda hoje, quando pensamos o modelo de intervenção do Estado Brasileiro. Há que se pensar que as linhas aparentemente antagônicas – passado e presente- podem representar uma única unidade. Contraditórias e históricas.

Se a construção da proteção social pode responder aos interesses da modernização da sociedade capitalista, a partir do processo de divisão do trabalho, é preciso analisar se esta questão pode interferir nas formas de intervenção de trabalhadoras(es). Se há neste processo, a separação entre teoria e prática. Essa questão é importante para o trabalho que proponho nesta dissertação.

Para Guerra (2005), a separação entre teoria e prática é capaz de produzir:

Não é demais lembrar que à separação entre teoria e prática encontra-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo. Ela repõe a alienação essencial do capitalismo - separação entre os proprietários e não proprietários dos meios de produção - sob bases mais complexas, de modo que a cisão entre os que pensam e os que executam que fundamenta a alienação no trabalho é particularizada na ordem burguesa constituída como o processo de reificação 2. Produto necessário do processo de reificação é uma concepção de conhecimento que não ultrapasse a aparência dos fatos; que não supere o âmbito da experiência imediata; que conceba os fenômenos na sua positividade; que descarte o seu movimento de constituição e que, por isso, não seja capaz de captar o movimento; que suprima as mediações sociais constitutivas e constituintes dos processos; que defenda a impossibilidade de conhecer a essência (a coisa em si). Sem o conhecimento dos fundamentos, a elaboração teórica nega-se a si mesma. Esta forma de produção do conhecimento vira presa fácil para servir de instrumento de manipulação (p. 4).

Somos capazes de acreditar que teoria e prática estão em constante processo de confrontação. Produzem análises que se negam, se questionam e se superam. Encontram uma unidade que é histórica, transitória e relativa. Elas mantêm sua singularidade, pois o conhecimento não é tomado como verdade e está sempre em processo de construir aproximações que são provisórias, processuais e relativas. Porém, posso conceber que não se trata de colocar o conhecimento a mercê de teorias subjetivistas e relativas (Idem, 2005).

Para tanto, problematizar o processo de gestão do trabalho enquanto práxis, é a busca por dizer que a práxis não é a prática por ela mesma:

A práxis como uma categoria central na elaboração marxiana, mostra claramente o significado da teoria tendo em vista o seu papel de guia da transformação do mundo. Assim, a categoria práxis se define em oposição ao caráter especulativo e contemplativo da filosofia idealista. É entendida, não como mera atividade da consciência, mas, ao contrário, como atividade real, objetiva, material do homem social, que só pode ser assim considerado em e pela práxis (Ibidem, 2005, p. 13).

Para tanto, a tentativa de suscitar o debate que questiona a confluência perversa que produz a relação entre os interesses do capital e o pacto social civilizatório solidário do bem comum a todas(os) construídos pelo modo de produção capitalista, me parece a oportunidade de ampliarmos análises que supostamente possam tratar a realidade enquanto unidade de intervenção pronta e acabada. Transitar pelas nuances deste contexto “Welfare State” considerando a experiência dos países do centro do Capitalismo (POCHMAN, 2014), talvez permita exemplificar, no caso da formação e execução da proteção social, as condições concebidas por parte do Estado que estiveram voltadas a sociedade brasileira. Trazer o exemplo da política de Assistência Social que coloca ao centro da sua execução o conceito de proteção social como nível de atenção - básica e especial -, pode permitir que haja reflexões e aproximações sobre a contextualização de um sistema de proteção social mais

amplo.

Contudo, destacamos a necessidade que este processo de análise possa respeitar, entre outras condições, as definições teóricas defendidas por Vianna (2011), quando a autora faz o alerta quanto aos riscos e equívocos das análises que tomam a exemplificação como parte total de um sistema de proteção social. Quer dizer, é preciso estar atento para que o micro não se torne a “sequência lógica” do processo de análise e diálogos que iremos abordar ao longo do texto. Se faz necessário considerar a distância que o Brasil ocasionalmente não foi capaz de superar, em relação à experiência de tornar-se um Estado de bem-estar social, se comparadas com as formas de intervenção do Estado que se organizaram ao redor do mundo ocidental. O exercício de aproximação entre o macro e o micro traz a oportunidade de avançar no debate que analisa os efeitos que o tema da proteção social pode vir a produzir no processo de trabalho cotidiano na Assistência Social, considerando seu processo de organização e gestão.

Sobre a construção da pesquisa e a divisão em planos de análise...

A discussão sobre o campo da proteção social no Brasil está em constante processo de transformação e produção de diversas e diferentes análises. Ao longo dos anos, autoras(es) se dedicaram a desenvolver pesquisas que problematizaram o lugar da ação pública Estatal enquanto intervenção no campo social. Nesta pesquisa de mestrado apresento questões acerca da especificidade da ação pública no cenário da Assistência Social, considerando a historicidade da ação do Estado brasileiro no desenvolvimento desta política após 1930, com destaque para a sua inserção no campo da Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988.

Muito embora esta ação não esteja distante de todo o processo que construiu também as ações de outras políticas setoriais não pretendemos produzir uma análise totalizante acerca da estruturação do modelo de intervenção do Estado Brasileiro, tendo como proposta central o exemplo e a particularidade da Assistência Social.

A partir da minha práxis enquanto trabalhador inserido nesta realidade, desejo dialogar com os colegas que executam esta política no cotidiano dos estabelecimentos institucionais capilarizados pelas diferentes regiões do país. Trazer para o debate questionamentos que possam nos movimentar enquanto atores sociais coletivos que se responsabilizam pela construção cotidiana da política pública e que tenham como

alinhamento ético e político a construção de uma sociedade, mais justa e igualitária.

Destaco que as inquietações que me fizeram repensar ao longo destes anos de atuação minhas próprias práticas e que me motivam ao exercício de produção desta pesquisa, não serão apresentadas enquanto um caminho unilateral e que possa ser tomado como uma prescrição de fazeres. Ou seja, as análises dizem sobre a minha trajetória que foi se construindo a partir do encontro com referenciais teóricos técnicos - um estudo da bibliografia dedicada ao tema- dos diários de campo e, sobretudo, na potência de participar e experienciar no cotidiano de trabalho às práticas executadas pelas trabalhadoras(es) desta política. É assentado nesta dimensão metodológica - o como iniciar e caminhar com a produção deste trabalho - que sustento a aposta de valorizar e reconhecer o debate sobre a proteção social no Brasil e seus efeitos para a construção de um projeto civilizatório voltado a defesa dos direitos sociais e que buscam produzir melhorias na qualidade de vida da população.

Nesta direção, a possibilidade de discutir a minha atuação como um plano de análise da micropolítica do cotidiano em relação ao fazer no SUAS, busca colocar questões acerca das diferentes maneiras de execução da Assistência Social, mas que não se distanciam da necessidade de efetivar os pactos de cidadania firmados pela Constituição Federal de 1988. Um convite para que as(os) colegas trabalhadoras(es) possam se sentir motivadas(os) a compartilhar o desenvolvimento de SUAS ações neste campo de atuação profissional.

Acredito que as tentativas de publicizar as práticas sociais voltadas a promover o debate a respeito do lugar coletivo e público de uma política social e que não se produzem ao acaso da improvisação, nos fortalece enquanto atores sociais dedicados a garantir que as conquistas coletivas por direitos estejam voltadas a promoção e a defesa de processos decisórios democráticos e participativos. Por este motivo destaco que faço o uso da primeira pessoa do singular em grande parte do texto quando na condição de apresentar e discutir minha trajetória neste campo de atuação profissional. Contudo, destaco também que nenhuma práxis está isolada em seu fazer e, neste sentido, o uso da primeira pessoa do plural garante que este processo de análise esteja em movimento. Pois esse trabalho representa o que há de coletivo e singular em nós quando nos debruçamos sobre um campo de ação experienciado na complexidade do cotidiano e que está em constante mudança e transformação.

É preciso dizer também, neste sentido, que assumo o risco de me posicionar sobre

algumas considerações mais pontuais que serão inseridas no debate sobre o campo da proteção social no SUAS. Contudo chamo atenção para que elas sejam lidas única e exclusivamente como uma fotografia da realidade a partir dos olhares deste trabalhador, cuja produção se dá pela possibilidade de estar imerso no fazer cotidiano da política.

Discutir um campo de ação complexo como é o caso da Assistência Social em sua dimensão econômica, política, subjetiva e, sobretudo, contraditória não é tarefa fácil e, principalmente, impossível de ser feita de modo totalizante a partir de uma trajetória de trabalho neste campo de ação do Estado.

Diante disso, na medida em que as minhas inquietações me motivaram à escrita desta dissertação, sustento a ideia de produção do conhecimento que não seja pautado pela observação, teste e comprovação da realidade. Se organizamos o “fazer pesquisa” a partir do pressuposto de que a realidade é um objeto a ser analisado e que ao final se produz um conhecimento reconhecido cientificamente, corremos o risco de tornar este processo estático e esvaziado de sentido. Entendo que este não é o lugar almejado pela formação de pesquisadoras(es) no espaço da pós-graduação e já discutido pela própria Universidade ao produzir sua autocrítica enquanto instituição de formação de sujeitos políticos e cidadãos que estão inseridas(os) em diferentes realidades.

A pesquisa em banco de dados oficiais de publicações de periódicos, artigos, teses e dissertações usando as palavras proteção social, assistência social e políticas públicas, bem como os diários de campo produzidos após a participação em espaços coletivos de discussão de trabalhadoras(es) e também em momentos mais individuais, foram fundamentais para a construção e organização deste trabalho. Portanto, produzo uma sistematização do meu percurso no SUAS que será analisado no contato com uma produção institucional e científica a respeito da Assistência Social.

A proposta de descrever a construção da pesquisa tem a ver com refletir também sobre a importância de sustentar discussões que nos levem a rever e (re)significar a forma como somos capazes de produzir saberes e práticas no espaço da Universidade. Trata-se do desafio de produzir conhecimento respeitando a sustentação metodológica que uma pesquisa exige, mas sem que esse fazer possa impedir o desenvolvimento de processos de reflexão singulares. Avançar no debate coletivo sobre a construção da pesquisa, de modo que ela não seja conduzida exclusivamente a responder os interesses da Instituição de Ensino. Sabendo do desafio que essa discussão apresenta, trabalho com a construção do texto dividido nos

seguintes planos de análise.

No primeiro plano (capítulo 1), considero os antecedentes históricos: fotografias de uma realidade em constante transformação. Início discutindo a ideia de proteção social no Brasil a partir de 1930 e como esse processo foi construindo o campo dos direitos sociais no país. Analiso a forma como as instituições sociais preservaram (ou não), ao longo da história, a herança cultural de manutenção dos privilégios de poucos e, sobretudo, como se intensificou a confusão dos limites entre o público e o privado, quer dizer, pensar, por exemplo, se disputa por poder e valorização dos interesses individuais interferiu e interfere ainda hoje na construção de políticas sociais de interesse comum às(aos) brasileiras(os).

Considerando que as particularidades do contexto de formação da proteção social no Brasil possam ser diferentes dos países do centro do capitalismo, apresento algumas reflexões sobre a influência da concepção do modelo Industrial Europeu na formação brasileira, cujo processo de industrialização esteve centrado na abertura do mercado aos interesses internacionais, produzindo efeitos na forma como a nova burguesia industrial - os herdeiros de uma aristocracia agrária - precisou lidar com uma nova classe trabalhadora que necessitava, sobremaneira, estar qualificada para os novos postos de trabalho – acesso à educação –, aptas ao trabalho – políticas de saúde – e assegurada por acordos coletivos que pudessem garantir estabilidade as(os) trabalhadoras(es) – direitos trabalhistas.

No segundo plano de análise do texto (capítulo 2), faço uma discussão sobre o lugar da política de Assistência Social no Brasil, a partir do processo de formulação e implantação do SUAS em 2005. Adentrar em seu campo de atuação na condição de direito de Seguridade Social que trouxe para sua execução o conceito de proteção social dividido por níveis de complexidade, isto é, proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Entender a concepção de direitos atribuída ao campo da Assistência Social como medida capaz de interferir sobre o cenário de desigualdade social, considerando que esta questão é um fator estruturante da formação econômica, cultural e política do país.

Diante deste cenário, vamos refletir a respeito da capilarização da Assistência Social pelo território nacional, considerando a criação de estabelecimentos institucionais destinados a qualificar o atendimento dos sujeitos que se encontram na condição de vulnerabilidade social, pois estão mais expostos aos efeitos que a desigualdade produz. Ou seja, a intensificação da pobreza que é produzida a partir deste contexto desigual e que se produz de forma sequencial intensifica os riscos para aquelas pessoas que acabam tendo seus direitos humanos e sociais violados.

Por fim, no terceiro plano de análise (capítulo 3), discuto a especificidade do trabalho desenvolvido pelas(os) trabalhadoras(es) inseridos no contexto da Assistência Social, deforma a problematizar o processo de organização e gestão do trabalho, enquanto medida capaz de qualificar e (re)significar as práticas sociais destinadas a consolidação dos direitos de cidadania e da defesa da democracia. Mesmo que a discussão sobre processos de gestão do trabalho possa nos remeter a uma linguagem pragmática e prescritiva, trabalhamos com a ideia de que qualificar as formas de intervenção teórico-técnicas, as quais reconhecem os objetivos e o campo de ação da política, e ético-políticas, que respeitam as diferentes formas de ser e estar no mundo e que buscam no horizonte das práticas uma sociedade mais justa e igualitária, pode nos levar à construção de consensos e pactuações e, principalmente, à profissionalização do trabalho na Assistência Social. Ou seja, direcionar energias que estejam voltadas para aquelas ações que almejam a defesa dos interesses do bem comum como medida que luta por Direitos Sociais comum a todas(os).

Trata-se de colocar em discussão a possibilidade de uma ação singular, executada por trabalhadoras(es), conectada a defesa do potencial coletivo de ação e que saiba, neste sentido, o porquê se faz, com quem se faz, quais estratégias necessárias devem ser adotadas e, principalmente, que objetivos comuns pretende-se atingir.

Contudo há que se pensar que intervir de forma organizada nas brechas deixadas pelo próprio sistema nos coloca diante da possibilidade e do desafio de construirmos outra realidade social. Trabalho com a ideia de que o tecnicismo do processo de intervenção no campo social tende a despolitizar as discussões sobre as condições estruturantes que o produzem (IVO, 2004). Há que se pensar sobre a tentativa de promover diálogos e ampliar os espaços de decisão na especificidade de uma política social pode ocasionar, por exemplo, a interrupção de um clientelismo que condiciona a visão dos atores sociais imersos no campo da proteção social e que condicionam sua forma de intervenção, a partir de uma pedagogia tuteladora que cria um “manual” de “maneiras” possíveis de superação da pobreza e das formas mais “adequadas” de se viver em sociedade (FLEURY, 1994).

Portanto, estas questões serão abordadas ao longo deste plano de análise enquanto proposta que valoriza e defende processos de trabalhos profissionalizados na Assistência e que necessitam ser reconhecidos como condição para romper com a subalternização dos sujeitos, com a manutenção dos privilégios e, principalmente, que possam impedir os discursos que proliferam o ódio e a perda dos valores solidários e humanitários que são primordiais para o convívio coletivo.

PRIMEIRO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO I): A proteção social no Brasil a partir de 1930 e os desdobramentos para a constituição de 1988

A Proteção Social, como política social do Estado, emerge sob determinadas condições históricas e adquire diferentes formas, dependendo da trajetória econômica e política do desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores em cada realidade social. Sendo assim, nos países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental, foram criados amplos e universais sistemas públicos de proteção enquanto que nos países periféricos, como é o caso do Brasil, a proteção social foi estruturada mediante dois grandes setores: a assistência social aos pobres e a previdência social para os assalariados (SIQUEIRA, 2008, p. 24)

Refletir sobre o tema da proteção social significa, entre outras condições, colocar em discussão a organização política, econômica, social e cultural do nosso país. Diante do desafio de apresentar questões que possam problematizar o lugar do Estado como provedor de serviços públicos capazes de promover melhorias na qualidade de vida dos sujeitos nos territórios - Estado em ação (GOBERT, MULLER, 1987, *apud* HÖFLING, 2001) -, é preciso retomar algumas circunstâncias importantes desse processo histórico que vai apresentando novas características para organização social brasileira a partir de 1930 e que produz um novo capítulo na história do país.

A preocupação com tema da proteção social no Brasil aparece de forma mais organizada com início da década de 30. Antes disso, pode-se dizer que tivemos um Estado que preservou a escravidão como base social e a produção agrária como condição econômica de grande interferência política na forma como o país se organizava: eram os grandes produtores que decidiam os rumos da produção no país, bem como conduziam seus interesses para a organização social, de modo que esta pudesse responder às suas necessidades enquanto aristocracia agrária (POCHMAN, 2014).

Neste contexto de manutenção de privilégios, destacamos o que nos apresenta Pochman (2004), ao discutir o caso brasileiro:

Não se deve esquecer, todavia, que o Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo, impondo uma transição extremamente conservadora para o assalariamento, através da imigração de mão de obra europeia e asiática, deixando a população negra excluída da possibilidade de imediata integração pelo emprego salarial. Da mesma forma, a implantação do regime republicano não foi nenhum caso esplêndido de participação popular e avanço seguido de maior democratização política do país (p.7).

Essas condições caracterizaram, ao longo da história, a formação política, econômica e cultural do Brasil, ou seja, fomentaram a concepção de suas instituições públicas a partir do jogo de interesses daqueles que detinham o poder político e, igualmente, controlavam o mercado. Tal cenário cooperou para o fortalecimento de uma democracia que privilegia um Estado isento de responsabilidades quanto a criar condições mínimas de sobrevivência, a partir de políticas sociais que possam produzir melhorias na qualidade de vida da população (Idem, 2004).

Diante deste quadro, suponho que o Estado brasileiro não foi capaz de construir um projeto societário que pudesse romper com a manutenção dos processos de exclusão social e exploração do trabalho, reforçando a ideia de um Estado que condiciona para o nível das sociabilidades a lógica meritocrática: se todas(os) podem ser livres e aptos para o trabalho, igualmente terão, neste imaginário social, a ideia de que todas(os) desfrutem das mesmas oportunidades.

Cabe refletirmos, neste sentido, sobre o quanto esse discurso pode produzir análises equivocadas da realidade. Há que se pensar sobre as violências que permeiam esse lugar de fala que privilegia determinada parcela da sociedade, naturalizando os processos de exclusão social não só no Brasil, mas ao longo da formação do contexto de proteção social ao redor do mundo.

Segundo Pochman (2004), a estrutura da proteção social vivenciada por países do centro do capitalismo - Estado de Bem Estar Social - teve em sua base a lógica industrial moderna a democracia de massa e a sociedade salarial; diferente do que ocorreu no Brasil, onde não atingimos um Estado de Bem Estar Social, resultado, principalmente, do nosso processo civilizatório de base escravocrata, consolidado por privilégios e pela confusão do público como possibilidade de fortalecimento e legitimação de interesses privados. Retomo, a seguir, três categorias apresentadas por esse autor que são importantes para a discussão sobre proteção social do macro para o micro, considerando o contexto da política de Assistência Social enquanto tentativa de lidar com os efeitos da desigualdade social na vida dos sujeitos.

A lógica Industrial moderna possibilitou a redução dos níveis de desigualdade entre a burguesia e a classe operária, pois o pagamento de salários - antes fixado por meio de acordos individuais - passa a ser feito a partir de contratos de trabalho coletivos os quais preveem ganhos menos desiguais, o que ocasionou o acesso a direitos e ao mercado de

consumo de forma mais igual. A democracia de massa tornou-se, então, a condição que produziu a criação de um novo cenário político: com o aumento dos ganhos, as pessoas passaram a se organizar em partidos operários e sindicatos, o que permitiu que a classe operária adquirisse um novo status na sociedade, pois passou a participar dos processos de decisão política. Essa estrutura garantiu uma nova distribuição de renda, bem como permitiu que os ricos fossem taxados com impostos e que essa arrecadação pudesse ser destinada em ações aos mais pobres, de modo a ocasionar a redução da pobreza nas economias do centro do capitalismo.

Pochman (2004) descreve também a ideia de uma sociedade salarial. No cenário em questão, havia por volta de oito a nove funções pagas em forma de salários, as quais, definidas em negociação direta entre empresários e sindicatos, permitiram a construção de legislações coletivas que asseguraram melhores condições de trabalho. Tais medidas de abrangência trabalhista possibilitaram um arranjo de proteção social que garantiu investimentos por parte do Estado, tendo em vista as novas demandas políticas e sociais da classe trabalhadora. O salário remunerado nas fábricas concedeu poder de consumo a trabalhadoras(es). O poder de compra experimentado no período - fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra do Vietnã - é efeito de altas taxas de crescimento que todas as mudanças produzidas pelo investimento do Estado em Proteção Social provocaram.

A estruturação dos Estados de Bem-Estar Social ao longo do século XX representou para os países do centro do capitalismo uma maneira lidar com as condições de crise no pós-guerra. Portanto, essa discussão não se encerra a partir da categorização da sociedade salarial, da democracia de massa e da lógica industrial. Há, segundo Vianna (2011), inúmeras questões discutidas por diferentes autores quando o assunto é pensar a iniciativa do Estado na construção de um modelo de sociedade aceito politicamente e economicamente rentável aos interesses do capital. Para Vianna (2011), existe uma dificuldade em categorizar grandes estudos gerais sobre o Welfare State:

O modo pela qual Ashford representa a literatura, portanto, sugere a possibilidade de que as análises sobre Welfare State estejam inseridas em teorias mais abrangentes - econômicas, políticas, socio-históricas - ao invés de constituírem teorias de política social per se. O esforço talvez mais consistente neste sentido é efetuado por Alber (1986), que identifica quatro grandes correntes de interpretação: a principal linha de demarcação coloca, de um lado, os modelos pluralistas e, de outro, os modelos marxistas; cada uma destas orientações, por sua vez, divide-se em dois tipos de abordagem, uma funcionalista e a outra que opera com ideia de conflito (p.21).

Para o enfoque pluralista, o Welfare State é um processo continuado, ou seja, enquanto produto geral da sociedade, acompanha a modernização das relações entre o

mercado, bem como reconhece o Estado em sua capacidade de produzir intervenções na realidade social. Já os funcionalistas acreditam que o processo de urbanização e os desafios que os desdobramentos da relação trabalho e capital produziram fazem com que os riscos assumidos pelo processo de industrialização se evidenciem e, portanto, há a necessidade que o Estado assuma condições de intervenção que não mais se autossustentam pelas relações do mercado. Os conflitualistas destacam que o Welfare State representa o aumento de demandas diversificadas por parte da sociedade: saúde, educação, emprego, etc. Consolidam processos de mobilização social que reivindicam a ampliação e a garantia de direitos civis e consequentemente passam a reivindicar o direito de decidir democraticamente seus representantes a partir do voto direto (VIANNA, 2011).

Os marxistas defendem a ideia de que a expansão capitalista produzirá o Estado de Bem-Estar Social, pois, para que haja manutenção dos interesses do capital, é fundamental que um Estado possa estar a serviço do seu processo de acumulação. Para a versão funcionalista do marxismo, acredita-se que as políticas sociais são as respostas encontradas ao desenvolvimento econômico, tendo em vista a ameaça que a luta de classes pode produzir ao funcionamento do sistema. Portanto, trata-se diminuir os efeitos da polarização cada vez mais intensa no conflito de interesses presentes na sociedade, em outras palavras, destinando recursos e conduzindo ações para evitar o verdadeiro caos social, isto é, não impulsionar a desorganização da forma como a sociedade privilegia os interesses do modo de produção capitalista (Idem, 2011).

Neste ponto, podemos considerar que proteção social tende a produzir efeitos de controle que garantam a governabilidade sobre o processo de formação social. Construir um modelo de sociabilidade que possa privilegiar os interesses econômicos, mas sem que haja a exacerbação dos conflitos. Não à toa, o discurso sobre a garantia do acesso a direitos consolida a democracia como um campo de interesses econômicos. Um governo que pretende taxar grandes fortunas e reverter a arrecadação para políticas sociais, por exemplo, pode encontrar dificuldades em manter sua governabilidade.

Nessa equação sem resposta, o campo de discussão nos coloca em um verdadeiro impasse, uma vez que as estratégias de ação nessa lógica de interesses serão, em certa medida, reformistas e dentro de parâmetros que não ameaçam o funcionamento do Modo Capitalista de Produção.

A definição de Welfare State a serviço da expansão capitalista, como já sinalizada pelo marxismo, permite pensar a discussão sobre o processo de intervenção do Estado tendo como foco suas práticas que se desdobram em ações, ou discursos de garantia de direitos

universais, mas que se desenham de maneira segmentada e focalizada. Trata-se de considerar que o advento da discussão proposta pelo marxismo ultrapassa o limite de considerações que levam a analisar as ações mais focalizadas para o desempenho do Estado no cenário social, permitindo que seja ampliada a condição de análise para o processo de estruturação da proteção social nos países do centro do capitalismo (POCHMAN, 2004).

Quando refletimos a respeito da construção de um cenário de proteção social, considerando o jogo de interesses políticos e econômicos e, sobretudo, a partir da disputa partidária pelos espaços de poder, estamos diante da possibilidade de colocar em suspenso algumas questões que, em certas ocasiões de análise, nos parecem respondidas. A necessidade de garantir a construção de um Estado capaz de promover formas de sociabilidade menos desiguais, assim como condições mínimas de sobrevivência, não se descola do fato de que, para que haja a consolidação de um sistema democrático, se faz necessário criar condições para que haja a aceitação deste discurso no mercado. Nesse sentido, sem a conformidade, não há a produtividade (VIANNA, 2011).

A exploração capitalista está em constante processo de contradição, afinal, para que haja mais produção e exploração, é preciso que se efetive a construção política deste modelo de Estado moderno (FLEURY, 1994).

Todavia, não nos parece que esta proposta de Estado interventivo foi capaz de responder a todas as mazelas vivenciadas pelas sociedades modernas. As intervenções que se efetivaram no velho continente estiveram vinculadas a questões muito complexas e este esforço em discutir o lugar do Estado enquanto modelo interventivo não se aplica a todos os países que efetivaram políticas sociais direcionadas a bem-comuns sociais de interesse de todas(os). Essa talvez seja uma das questões mais importantes a serem consideradas nesta discussão.

O Brasil, em virtude do seu processo de industrialização implantado de forma que pudesse responder a interesses externos, é um bom exemplo de que não há receita de aplicabilidade para um modelo de intervenção do Estado (DRAIBE, 1993).

Retomando o que vem sendo produzido neste cenário, Draibe (1993) nos convida a refletir sobre como a dificuldade em definir propostas de “Welfare State” produz consequências diretas na sua relação com o campo social. Segundo a autora:

As noções do Estado de Bem-Estar Social ou de Estado protetor parecem estranhas tanto a realidade quanto às tradições científico-acadêmicas no campo da "social policy" ou "public analysis". Mesmo semanticamente não dispomos de uma tradução destas expressões, tanto assim que a forma corrente de designação da intervenção social do Estado é feita no plural - políticas sociais - e setorialmente referida: a política

de previdência, a política da saúde, a política educacional, etc. São poucos e recentes os estudos que tem tratado o conjunto das políticas sociais do Estado com categorias mais densas, tais como "perfil de intervenção", "padrão" ou "sistema brasileiro de proteção social", indicando ainda assim uma resistência ao tratamento já clássico da questão (p. 19).

A autora pontua que a consequência da falta de definição para o conceito de Welfare State, dentre outras questões importantes que perpassam a discussão do tema, produziu o perfil e a característica das políticas sociais, sobremaneira, quando olhamos para seus efeitos reduzidos e para a inoperância no campo social. São escassos os processos avaliativos que possam mensurar a importância das políticas sociais para as vidas das pessoas.

Tal condição reforça que, atreladas à ideia de controle e expansão capitalista, as tentativas de lidar com o fenômeno da proteção social esbarram, dentre outras condições, nas definições que permeiam a discussão, conforme apresentado anteriormente. Ou seja, não há como definir que a ação do Estado por si só enquanto interesse coletivo— promover proteção social- será capaz de resolver questões complexas como, por exemplo, a fome, o desemprego, a falta de acesso a bens culturais, etc., que estão presentes em nossa organização social. Entretanto, não se trata de algo que não é discutido dentro das problematizações acerca do tema, mas o importante neste processo de análise é estarmos atentos a sua complexidade. Outra questão importante colocada por Draibe (1993):

A noção de Estado de Bem Estar Social mostra-se fortemente impregnada de conteúdos socialmente positivos, parecendo estranho que fosse utilizada para dar conta dessa nossa realidade de miséria, pobreza, exclusão social. Além disso, daquela ausência reflete também a própria armação institucional e financeira de suporte da política social: a multiplicidade das contribuições e fundos sociais, a fragmentação da máquina administrativa, marcada por suposições e pela pouca transparência, a opacidade do gasto social - esta é uma realidade institucional-administrativa que pouco apoio e concreticidade oferece a um tratamento unitário como o sugerido pelos conceitos de "Welfare State" ou de proteção social. Também no plano simbólico, estão ausentes as noções mais integradas e mobilizadoras da política social. A sustentação ideológica das lutas pela extensão dos direitos sociais, por maior justiça e equidade, ou pelos aspectos mais redistributivos da ação social do Estado, tudo isto tem sido feito predominantemente de forma parcializada e categorizada - das demandas tanto quanto dos demandantes (p. 21).

Nota-se que as ações no campo da proteção social não garantiram a sua efetivação enquanto direito conquistado perante a responsabilidade do Estado na sua execução. Cabe pensar ainda se há em nossa sociedade uma união quanto a construção de lutas comuns pela garantia de direitos coletivos; se há, sobretudo, neste cenário uma consciência de classe entre trabalhadoras(es) que atuam neste campo ou aqueles que chegam demandando ações do Estado. Isto é, enquanto classe trabalhadora, que se tornaram ao longo da história do capitalismo reféns de um mesmo processo de exploração da sua mão-de-obra

(VIANNA,2011).

A análise desta condição histórica e social pode propiciar a ampliação do debate sobre as estratégias de ação que devem ser efetivadas, mediante o anúncio de retrocessos no campo das conquistas da cidadania, os quais vêm sendo experienciados atualmente no campo dos direitos sociais.

Assim, o fator proteção social que no pós-guerra esteve ligado à possibilidade de garantir condições estruturais para o processo de industrialização, sobretudo porque sua proposta esteve vinculada ao projeto de qualificação da mão-de-obra da classe trabalhadora e do seu fortalecimento no campo do acesso a direitos, nos dias de hoje a crise vivenciada pelo Estado de bem Estar Social me parece estar vinculada, principalmente, à crise de um projeto civilizatório. O princípio do economicismo do gasto público supõe o bom andamento do mercado e tende a ser disseminado como algo positivo para a população, pois se acredita que irá manter os postos de trabalho. Há que se pensar se este discurso produzirá como efeito para o campo social violações de direitos humanos e a naturalização das violências cotidianas como condição que, até certo ponto, estrutura o campo das sociabilidades. Quanto mais disseminada a ideia que não há sentido para o uso de recursos públicos destinados a políticas de interesse comum da sociedade – saúde, educação, habitação, assistência social, etc. –, mais ameaças pode produzir às ações que buscam reduzir os efeitos da desigualdade social. Para Souza (2009):

O economicismo é, na realidade, o subproduto de um tipo de liberalismo triunfalista hoje dominante em todo o planeta (isso se mantém, apesar da recente crise, já que a articulação de uma contra-ideologia nunca é automática) o qual tende a reduzir todos os problemas sociais e políticos a uma lógica de acumulação econômica (p.20).

Exemplo de como essa condição aparece na cena política do Brasil é o discurso que vem sendo dito pelo senhor Jair Bolsonaro, atual Presidente da República em redes sociais e em debates internacionais: “É melhor ter um emprego do que Direitos”. É preciso pensarmos sobre as violências que permeiam esta concepção de que os investimentos em políticas sociais geram entraves ao andamento da economia do país, assim como se as tentativas de desconstruir um campo de direitos, de forma a privilegiar única e exclusivamente os interesses de grandes corporações e empresários é a melhor opção para o país. Talvez seja o momento de refletirmos sobre quem o Estado pretende proteger. Grandes corporações ou a população que necessita de investimentos em políticas sociais voltadas a

produzir melhorias na sua qualidade de vida?

Se a economicidade é eleita como princípio a fim criar mais oportunidades de acesso a trabalho e renda como condição de sobrevivência, logo, o investimento em gastos públicos destinados as pessoas em situação de vulnerabilidade pode cair no descaso social e quem sabe produzir níveis de sociabilidade que distancia os sujeitos tornando-os, até certo ponto, cada vez mais individualizados e competitivos.

Cabe refletirmos sobre estas condições para a realidade do país, em virtude de o Brasil não ter atingido a condição de Estado de bem-estar social. A crise societária que o país vivencia atualmente nos coloca em alerta diante dos discursos de ódio que se proliferam no campo da política e, principalmente, nas relações cotidianas. Para Driabe (1993):

Exatamente o que os estudos comparativos têm mostrado é que o "Welfare State" pode ser mais universalista, institucionalizado e estatizado, em alguns casos, ao passo que, em outros, se mostra mais privatista e residual; em uns, mais generoso na cobertura e diversificação dos benefícios, em outros, mais seletivo e assistencialista; em alguns países é mais intenso o mecanismo de dinâmica político-partidária e eleitoral, enquanto em outros é mais "politizado" e clientelisticamente utilizado. Em determinados casos e padrões, foi capaz de praticamente extirpar a pobreza absoluta, garantindo uma renda mínima (ou o imposto negativo) a todos quanto não lograram integrar-se via mercado e salário; em outros, tem deixado relativamente a descoberto e desprotegidos os bolsões ou, as camadas mais pobres da população (p. 3).

Discutir a proteção social é a possibilidade de analisarmos as políticas sociais, de forma que sejam identificadas suas características comuns, capazes de nos levar a compreender de forma mais articulada suas ofertas e seus impactos sociais, uma vez que não há como pensar que a discussão sobre um modelo de intervenção por parte do Estado não produziu efeitos na forma como se organizam as políticas sociais ao redor do mundo (JACCOUD, 2009). Como nos diz Vianna (2011), uma discussão que se proponha a dialogar permanentemente sobre o modelo de proteção social enquanto proposta de intervenção mais ampla na consolidação da cidadania tende a seguir um padrão de qualidade que pode ser aprimorado com o passar do tempo. Essa questão talvez nos leve a lutar de forma permanente contra os retrocessos sociais que possam ser anunciados na atualidade e que procuram se legitimar a partir da defesa dos interesses do mercado.

Se a industrialização possivelmente intensificou os riscos sociais, sua ampliação trouxe para o debate contemporâneo discussões acerca de um projeto de modernização social associado a obrigações jurídicas que produziram na cena pública a garantia de destinação financeira, como contraponto ao processo de exploração e de grandes ganhos por parte da nova burguesia industrial (JACCOUD, 2009).

Há necessariamente condições políticas e históricas, como nos convidam a pensar Silva, Yazbek e Giovanni (2004), quando se trata de refletir sobre a execução da proteção social:

Os modernos sistemas de proteção social não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades. Muito mais do que isso, eles representam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações que, considerando as diferenças no interior das sociedades, buscam, incessantemente, a responder a pelo menos três questões: quem será protegido? Como será protegido? Quanto de proteção? (p.16).

Para alguns autores, as políticas de proteção social correspondem ao processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas industrializadas que, como resultado, produziram ampliação da divisão do trabalho, permitindo que uma nova ideia acerca de direitos sociais fosse pensada como uma função capaz de ultrapassar o âmbito particular e se expandir na busca por uma estabilidade coletiva que se consolida a partir de novos arranjos sociais mais solidários (FLEURY,1994).

Ademais, analisar o perfil de ação do Estado é a possibilidade de discutir o processo de trabalho. Muito embora a expansão capitalista não se finda com políticas voltadas ao social, fazer a defesa dessa discussão talvez provoque certa abertura quanto à importância deste debate, de forma que esta ação ganhe representatividade para construção de um projeto de sociedade que não se restrinja a construção de conformidades que privilegiem os interesses do mercado e, tampouco, negligenciam a necessidade da defesa dos Direitos Humanos enquanto projeto civilizatório de interesse de todas(os). O fato é que, segundo as condições de análise proposta por Ivo (2004), tomando como exemplo o caso Brasileiro, podemos pensar que a construção dos direitos sociais responde:

A clivagem entre inclusão e exclusão, em face dos direitos sociais constitucionalmente reconhecidos, possibilita analisar o campo de atuação e o grau de segurança ou incerteza das políticas sociais, que podem ser agrupadas em três núcleos que configuram tipos de direitos distintos: aquelas que respondem pelos direitos sociais básicos estruturados no aparelho do Estado; alguns programas que respondem pela garantia dos direitos sociais previstos na Constituição, mas que dependem da opção dos governos por meio de programas estruturais - são vinculados constitucionalmente, mas não estão protegidos de cortes -; e aqueles programas emergenciais voltados para o enfrentamento de carências e situações de vulnerabilidade social de segmentos específicos. Apresentam caráter transitório e sua continuidade dependente, essencialmente, das opções de governo, atendendo a uma demanda difusa e não estruturada no aparelho do Estado (p. 60).

Pensar a proteção social como ação coletiva pode significar que ela foi capaz de

ampliar a concepção de cidadania na construção do Estado moderno e institucionalizar o desenvolvimento de sistemas de fornecimento de bens e serviços na área da saúde, da assistência social e da educação que buscam melhorar a qualidade de vida da população (FLEURY, 1994).

Portanto, acredito que a chance de refletir sobre a processualidade histórica em relação ao tema da proteção social pode oportunizar a construção de processos de análise a respeito do trabalho em uma política social. Quando esta questão encontra espaço para ser discutida coletivamente, há, por vezes, uma intencionalidade ética e política com a defesa de que o Estado deve garantir investimento em ações públicas que possam reduzir os efeitos da desigualdade social na vida dos sujeitos que mais sofrem com as suas diversas manifestações, enquanto um fenômeno do cotidiano que produz, em certa medida, as relações dos sujeitos uns com os outros e também deles com o Estado.

Estas questões fornecem subsídios para a continuidade da análise do tema da proteção social e oportuniza processos de reflexão que pretendem problematizar a construção desta trajetória, bem como das narrativas que envolvem o campo de ação pública do Estado brasileiro e o lugar de trabalho cotidiano na Assistência Social. Ademais, tais aproximações e problematizações se relacionam com a história do Brasil, tendo em vista as condições políticas, econômicas e culturais deste processo que está em constante movimento.

A proteção social no Brasil: perfil segmentado e os interesses privados na esfera pública

Quando discutimos política social (pública), estamos falando da relação entre Estado e sociedade. Um “Estado em Ação” (GOBERT, MULLER, 1987) e que, portanto, implanta “um projeto de governo, através de programas, e de ações voltadas para os setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 2). Para que haja a discussão sobre o tema da proteção social e seus desdobramentos para o atual cenário político, econômico e, sobretudo, civilizador, penso acerca da necessidade de resgatarmos o modo como se “inicia” a preocupação com o tema dos direitos sociais, tendo em vista os desdobramentos da relação entre trabalho e capital em nossa sociedade como condição que produz um modo de vida em espaços urbanos e que produz, igualmente, um jeito de existir e transitar pela vida, que provavelmente pode ser diferente das relações sociais experienciadas, por exemplo, em

grandes propriedades rurais.

Diante do cenário atual das políticas públicas sociais no Brasil, enquanto lugar de tentativa de produção de consensos e de melhorias na qualidade de vida da população, fico refletindo sobre a importância de olharmos para o processo de industrialização e urbanização como fio condutor que vai tecendo redes sociais pelo espaço urbano, acarretando mudanças importantes no contexto econômico e social do país (HENRIQUE,1999).

Em um período considerado relativamente curto - dos anos 30 aos anos 70 -, o país passa por diversas mudanças, transformando-se do contexto agrário para um processo intenso de industrialização e, principalmente, de mudança de grande parte da população do contexto rural para as grandes cidades. No entanto, me questiono se essa industrialização foi capaz de se distanciar de velhos problemas e, porventura, promover discussões de novas estratégias de ação que possam produzir tentativas que sejam, de fato, motivadas a gerar a alteração do quadro de pobreza e desigualdade social e, tampouco, que foram capazes de almejar no horizonte das práticas, a ampliação significativa da melhoria da qualidade de vida da população. Segundo Villela (2009):

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações das classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. O Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses. Perfila-se, em consequência, um divórcio crescente entre o Estado e as classes subalternas, “em que o povo se sente estrangeiro em seu próprio país e emigra para dentro de si mesmo”, apesar das formulas político jurídicas liberais estabelecidas nas constituições republicanas (p.32).

Somos levados a crer que essa mudança possivelmente produziu um novo quadro social ainda mais complexo e que agravou os níveis de sociabilidade os quais, até certo ponto, estiveram pautados pela miséria e pela falta de acesso a bens e serviços por parte de brasileiras(os) país afora. Suponho que grande parte dessa situação relaciona-se ao despreparo na ação do Estado e, conseqüentemente, pela necessidade que a realidade social vai apresentando quanto à importância de que haja o reconhecimento e a responsabilização da ação pública Estatal, a partir da construção de propostas que até 1930 não estavam em discussão e sequer faziam parte dos interesses dos grandes produtores rurais do país (POCHMAN, 2004).

Portanto, Fagnani (2005) questiona se houve, nesta ocasião, um planejamento que pudesse organizar o novo arranjo social que passou a modernizar a economia, uma vez que por meio da modernização, é possível verificar o salto do crescimento das cidades, ocasionando novos desafios para o Estado na sua relação direta com a sociedade. Os governos passam a ter que se preocupar com os problemas que emergem desta crescente urbanização e, sobretudo, com as consequências desse novo quadro econômico, político e social. Em suma, o percurso histórico da política social brasileira no período após os anos 30 até as décadas 60 e 70 teve como princípio modernizar o Estado, de forma que seu mercado estivesse aberto aos interesses de investidores internacionais (Idem, 2005).

Como já sinalizado anteriormente a respeito do cenário de proteção social nas economias do centro do capitalismo, o Brasil teve sua entrada forçada nesta condição, devido às relações internas cujos interesses conduzidos pela aristocracia agrária já sinalizavam a necessidade de ampliar as formas de manutenção de seu poder e, sobretudo, de acumulação de riquezas (POCHMAN, 2014). A desigualdade no país, como uma continuidade histórica, tem no projeto antidemocrático do golpe militar de 1964 e de interesse da burguesia brasileira um de seus principais eixos de sustentação, de modo que as decisões políticas conduzidas para a organização social foram efetivadas de cima para baixo, isto é, reiterando os processos de exclusão daquelas pessoas historicamente privadas da cidadania política e social (BOSCHETTI, 2008).

O golpe Militar de 1964 foi um acontecimento fundamental para alteração dos rumos do país, especialmente por conta de seu projeto de modernização que não privilegia a garantia de direitos sociais e por se mostrar obscuro e violento no plano cultural e político. Neste período, a ampliação do poder de consumo de uns não alterou a condição de outros e, tampouco, alterou a ordem social no país. Fagnani (2005) considera que, ao longo deste período, a política social esteve pautada da seguinte maneira:

A análise dos resultados da política social implementada ao longo do ciclo autoritário revela que essa modernização institucional e financeira possibilitou que houvesse expansão da oferta de bens e serviços que atenderam, sobretudo, as camadas de média e de alta renda. Por outro lado, a análise dos resultados da política social no pós-64 também revela o caráter conservador dessa modernização, na medida em que, via de regra, seus frutos não foram direcionados para a população mais pobre e tiveram reduzido impacto na redistribuição da renda (p.14).

Com o fim do período da ditadura militar brasileira em 1985, o país passa por um processo de redemocratização. O período conhecido como “Nova República” gerou para o Congresso Nacional a responsabilidade de conduzir a tarefa de elaborar uma nova

Constituição. Neste momento de construção de novas propostas para a organização político-administrativa e, sobretudo, de construção da cidadania, podemos imaginar que não foi algo simples de ser executado. O debate político acabou acirrando o embate de diversos setores da sociedade brasileira, mesclando avanços no campo social, mas preservando, em todo caso, traços conservadores da velha política de privilégios do Estado brasileiro (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Considerando que as condições econômicas e políticas passam a intensificar os debates públicos acerca dos rumos a serem traçados pelo país, a Constituição de 1988 (a Constituição Cidadã) constrói-se como algo inovador e necessário. Sua elaboração permite ao país sonhar com a possibilidade de efetivar, pela primeira vez na história, um documento produzido pelo Estado em conjunto com a sociedade civil, um instrumento de defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos que é reconhecido no plano das leis.

Esse tratado social visava privilegiar a proposição de ações capazes de garantir novos pactos sociais para o país. Sendo assim, foi preciso ampliar e garantir a continuidade do debate acerca do conjunto de obrigações assumidas pelo Estado brasileiro que deveriam ser necessariamente efetivadas - necessidade observada ainda hoje, conforme discutirei no decorrer das narrativas. Entretanto, este acontecimento que produz para a agenda das políticas sociais um novo jeito de conduzir seus problemas sociais não foi suficiente para conter os interesses da onda Neoliberal que se instala na América Latina. As garantias previstas pela lei maior do país no início dos anos 90 têm o desafio de enfrentar a lógica que prioriza o mercado como processo de regulação social e que retrocede diante do equacionamento dos problemas sociais do país.

Vale salientar que discorrer acerca das condições do período pós Ditadura Militar, dando destaque ao processo de redemocratização do país, representa uma tentativa de percorrer o caminho que não negligencia a história do país, principalmente, pela necessidade de olharmos para a forma como algumas decisões deste período produzem efeitos diretos, ainda hoje, para as políticas públicas sociais. A nova constituição produziu avanços importantes no plano das leis, todavia evidenciou velhos traços conservadores que foram produzidos ao longo da trajetória de construção da cultura política dos atores sociais brasileiros. Para Ivo (2004):

Este quadro constitucional inovou o tratamento da política social como política de inclusão social de caráter universalista e de extensão dos direitos sociais às camadas mais pobres da população, associadas ao resgate da cidadania e à sua universalização, sob a égide da Seguridade Social (p.59).

Outra condição que considero importante refletirmos nesta discussão refere-se à influência do neoliberalismo sobre a política social brasileira após 1988. Um exemplo a ser pensado em relação aos efeitos de tal proposta sobre a forma brasileira de produzir ações é a entrada na cena política do país do governo Collor em 1990 e, logo em seguida, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998, de 1999 a 2002). Yamamoto e Oliveira (2010) destacam pontos importantes sobre o neoliberalismo no Brasil, sendo que o primeiro que trata da precarização e o segundo da privatização. Segundo os autores:

A precarização é operada por meio de dois mecanismos: a descentralização dos serviços (que implica a transferência, aos níveis locais do governo, da responsabilidade pela oferta de serviços, deteriorados e sem financiamento) e a focalização (introduzindo um corte de natureza discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”, resgatando a lógica da “cidadania regulada”). A privatização (total ou parcial) dos serviços se processa pela (re)mercantilização (com a transformação dos serviços sociais em mercadorias, “oferecidos” no mercado ao consumidor, configurando uma nova forma de apropriação de mais valia do trabalhador) e a (re)filantropização das respostas à “questão social”, ou seja, a transferência para o âmbito da “sociedade civil” de parte da responsabilidade pela oferta de serviços (voluntários), sobretudo, para as parcelas “excluídas” – processo no qual o chamado “terceiro setor” desempenha papel fundamental (p.12).

Assim, Yamamoto e Oliveira (2010), ao parafrasearem Cohn (1999), citam: “reproduz-se assim, uma vez mais, a concepção segmentada da questão social (...). De modo que a formulação e implementação de políticas sociais setorializadas sem um projeto para sociedade que as articule e imprima um sentido político ao seu conjunto” (p, 12).

Para que haja, portanto, uma tentativa de análise das políticas sociais (públicas), me parece oportuno considerar como o neoliberalismo condiciona a visão daqueles que no Brasil estão envolvidos com a Política, os quais, por vezes, priorizam um Estado pouco interventivo e que seja apenas o regulador do mercado de modo que possa facilitar seu bom funcionamento. Cabe, então, refletirmos sobre como estes desdobramentos interferem na ação do Estado.

Segundo Höfling (2001), para os neoliberais, as políticas sociais (públicas) que pretendem equacionar os problemas gerados pela acumulação capitalista são consideradas verdadeiros problemas. Esses responsabilizam-nas, em grande medida, pela crise que a sociedade atravessa, pois, segundo tal compreensão, se há investimentos em políticas sociais públicas e universais, o Estado reduziria sua capacidade de investir e incentivar a intensificação do mercado para a geração de grandes lucros. A partir das concepções

apresentadas e argumentadas (teórico e tecnicamente) ao longo de todo o texto, compreendo que tal visão seja equivocada, distanciando-se da necessidade de intervenção no quadro de pobreza e desigualdade do país.

As análises produzidas acerca da atual conjuntura das políticas públicas sociais brasileiras, enquanto parte de um sistema de Proteção Social mais amplo, não deveriam se restringir às discussões que envolvem as questões burocráticas ou mesmo quantitativas as quais, conseqüentemente, naturalizam o discurso do mercado de que um país bem administrado, por exemplo, é aquele que supostamente não tem dívida pública. Neste cenário em debate, suponho que há, de forma explícita, a valorização de uma lógica empresarial e gerencialista da máquina pública. Talvez seja o momento de nos perguntarmos coletivamente se é mais importante manter os credores internacionais do Estado brasileiro satisfeitos ou a população com acesso a políticas sociais financiadas com recursos fixos planejados adequadamente que podem, possivelmente, produzir melhorias na qualidade de vida destes sujeitos que mais sofrem com os efeitos da desigualdade.

Para Höfling (2001), “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesse, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (p. 9). Nesse sentido, é preciso pensar sobre as condições históricas e culturais que tendem a produzir a concepção do lugar da ação pública no Brasil, tendo em vista a necessidade de efetivar um sistema de proteção social organizado e destinado ao bem comum da população. Podemos suspeitar que ao longo da história do país preservamos o privilégio e os interesses de uma pequena parte da população, em detrimento de avanços sociais coletivos.

Esta condição meritocrática e seletiva nos parece ser algo permanente na história do Brasil e que podemos pensar como a nossa principal característica que nos diferencia, inclusive, do restante do mundo. Ou seja, muito possivelmente não conseguimos reduzir, pelo menos em partes, os interesses que, por hora, foram da aristocracia agrária e na sequência responderam as reivindicações da burguesia industrial. Segundo Driabe (1993):

Fundamental, nessa concepção, é o caráter de sistema nacionalmente articulado, estatalmente regulado da proteção social. Por isso mesmo, ao pensar a periodização de constituição de "Welfare" no Brasil, somente podemos ter como ponto de partida a década de trinta, considerados o conjunto de transformações do Estado brasileiro e as formas de regulação social que aí têm início. Por outro lado, essa mesma concepção nos obriga a examinar criteriosamente a natureza da produção legal e inovações em políticas que transcorrem dos anos 30 até agora, de modo a evitar uma visão linear do movimento de construção e consolidação do "Welfare State" entre nós (p. 19).

Há que se pensar se o país foi capaz de promover alianças políticas estratégicas - trabalhadoras(es) e classe média - que pudessem caminhar em favor da construção de um Estado de Bem-Estar Social, considerando as tentativas efetivadas pelos países do centro do capitalismo (POCHMAN, 2014).

Alguns autores destacam que os marcos iniciais de um Sistema de Proteção Social no Brasil situam-se entre os anos de 1930 a 1945, período marcado por grandes transformações sociais, políticas e econômicas, ligadas às alterações das bases produtivas da economia agro- exportadora para a urbano-industrial. Surgem aí as primeiras configurações de políticas sociais definidas pelo Estado que passam também a assumir mais intensamente as regulações no campo da educação, saúde, previdência e habitação, sendo que o sistema de Proteção Social brasileiro se configura de forma mais ampla principalmente na década de 1970, quando já estava consolidada a economia nacional de base industrial (SIQUEIRA, 2008, p. 24).

Muito embora a Constituição de 1988 possa ter construído um novo jeito de pensar a organização social do país, a partir da defesa da cidadania como necessidade de fortalecer e garantir a democracia, a provável confluência perversa entre mercado e Estado no Brasil possivelmente reproduziu a estrutura escravocrata aperfeiçoada ao longo das décadas.

A construção de políticas sociais como parte de um sistema de proteção social mais amplo tornou-se, em alguns casos, condição necessária para as sociedades modernas, evidenciando o jogo de interesses e conflitos de uma sociedade capitalista. Ou seja, o desenvolvimento do campo de ação do Estado liga-se aos valores solidários, políticos e civilizatório de um país (IVO, 2004). As políticas sociais podem ser consideradas dispositivos que pretendem garantir condições mínimas de sobrevivência a população. Assim, o debate acerca de sua existência parece ser algo que pode consolidar o campo dos direitos sob responsabilidade do Estado, enquanto necessidade de atingir o reconhecimento pela defesa de um projeto civilizatório que defende e acredita nos espaços públicos, de maneira que ele possa ser o campo de ação comum para garantir a existência de grande parte dos sujeitos que vivem em sociedade.

A nebulosidade das polêmicas e análises relativas às políticas sociais guarda estreita relação com a construção da política num sentido mais amplo e expressa clivagens ideológicas que orientam as alternativas e opções de diferentes atores diante do projeto político e desenvolvimento nacionais, no confronto com as perspectivas do neoliberalismo econômico que entende “mercado” como o melhor regulador das relações sociais (Idem, 2004, p.58).

Estar atento a estas condições que atravessam o processo histórico da proteção social no Brasil, permitiu a mim o encontro com elementos mais favoráveis para promover o debate

público acerca da ação pública do Estado, do processo de trabalho e, neste caso, da influência ou não destas condições para o fazer cotidiano de trabalhadoras(es) inseridos nos diferentes estabelecimentos institucionais do SUAS por todo o país.

Sendo assim, analiso brevemente algumas condições da Política de Assistência Social, em especial, a concepção de Assistência Social a partir do Sistema Único da Assistência Social, de forma agregar elementos que possam contribuir para o processo de análise e reflexão proposto a partir da práxis neste campo.

SEGUNDO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO II): afinal, o que é o SUAS?

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) possibilitou ao Brasil a construção de um referencial ético e político que responsabilizou o Estado na consolidação do direito de acesso a uma política social não contributiva, bem como almejou garantir um arranjo institucional que agisse sobre a desigualdade social como fator estruturante e histórico a ser desnaturalizado (ISOLDA, 2012). A rede de serviços socioassistenciais têm o desafio de discutir no cotidiano dos diversos estabelecimentos institucionais – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro Pop, etc. – a democracia como possibilidade de acesso a direitos e a construção coletiva de um cenário de Proteção Social que se desenvolva a partir das demandas de pessoas usuárias dos serviços em seus respectivos territórios.

O SUAS pode ser definido como um novo jeito de operar com o campo da cidadania no país enquanto direito conquistado: que considera os desafios de diminuir os efeitos da desigualdade social; que reconhece os limites de ação nos territórios e a necessidade de avaliar de forma permanente suas potencialidades e fragilidades; que se propõe a superar ações individuais diante de demandas sociais coletivas, tanto quanto reconhece a necessidade de ampliar o acesso a bens e serviços por parte daqueles que mais necessitam da ação do Estado. Como proposta organizativa que compõe um sistema de proteção social mais amplo, a criação dessa política buscou contribuir para que as ações vinculadas à Assistência Social fossem reconhecidas como acesso a direitos sociais, de forma a efetivar as tentativas voltadas a superar ações tuteladoras e caridosas.

Perante isso, a formação da Assistência Social como parte de um Sistema de Proteção Social pode nos conduzir a uma análise das questões micropolíticas da execução do SUAS na atualidade, de forma a contribuir com a construção de análises mais complexas quanto ao modelo de intervenção do Estado brasileiro a partir da década de 30.

Diferente de outras políticas que não trazem a especificidade do conceito de proteção social em suas regulamentações, a Assistência Social aparece como uma das únicas políticas que apresenta-o em destaque em seu arranjo institucional e nos textos que conduzem a perspectiva ética e política que projeta na prática cotidiana de trabalhadoras(es) as realidades de intervenção por níveis de complexidade – proteção social básica e especial –, de forma a implantar uma lógica que organiza sua execução da seguinte maneira:

A proteção básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do

desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento e de pertencimento social (...) A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005, p. 20).

Para enfrentar o desafio de superar as ações que consideram a Assistência Social como política subsidiária, em outras palavras, menos importante perante a necessidade de enfrentar o problema da desigualdade social no Brasil, foi a busca constante de muitas trabalhadoras(es) que lutaram pelo direito de construir um contexto de atuação que pudesse superar velhas práticas assistencialistas, como aponta o relatório final da IV Conferência Nacional de Assistência Social:

A IV Conferência Nacional, organizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e construída pelos 1053 participantes, apontou para a permanência de perceber e lutar pela Assistência Social como uma política inclusão social, compatível a uma nova agenda da cidadania. Com isso, os trabalhos da IV Conferência – painéis, grupos, debates e eventos- realizara-se assentados sobre o claro projeto de cidadania que baliza a LOAS: o reconhecimento coletivo do direito igualitário de todos os indivíduos sociais, independente da trajetória pessoal, visando ao exercício de sua cidadania e, conseqüentemente, buscando a erradicação da pobreza, a redução da desigualdade social e o combate à exclusão social (Brasília, 2003, p.7)

A IV Conferência serviu como diretriz para nortear a construção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004 e, no ano seguinte, a construção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

O SUAS permitiu que o controle das ações propostas no campo Assistência Social fosse feito, em sua grande maioria, pelo Estado. A centralidade do poder público na condução das intervenções concedeu novas possibilidades de gerir a proteção social, a partir de processos de trabalho que dimensionam a necessidade de investimento em recursos financeiros e humanos para o andamento das intervenções, de modo a impulsionar esforços voltados a qualificar as ofertas de acesso a direitos sociais de caráter universalista, em detrimento de práticas focalizadas e segmentadas.

No plano das leis e das propostas, o SUAS foi e é um grande avanço para Assistência Social, pois, ao prever uma legislação que no horizonte de suas práticas apresenta-nos uma nova perspectiva político-ideológica para o cotidiano de trabalho, empreendeu uma possibilidade de atuação que permite enfrentar problemáticas ocasionadas pelo cenário de

desigualdade social, a partir da experiência que pretende construir olhares mais coletivos, democráticos e atentos às necessidades dos sujeitos (ISOLDA, 2011).

Segundo Pastorini (1998), os problemas sociais sempre existiram e continuarão existindo em virtude da própria organização do modo de produção capitalista. Historicamente, o Estado e a sociedade adotaram medidas para coibir a existência dos “desafortunados sociais”, por meio da doação de esmolas, do controle da “vagabundagem”, dentre outras ações. Estas propostas tornaram-se plataformas de atuação da Assistência Social, o que ocasionou uma divisão imaginária entre aqueles aptos e inaptos para o trabalho, restando ao segundo público a caridade e a filantropia.

Se a Assistência Social com suas particularidades está inserida no cenário de proteção social brasileiro, como apresentado por Vianna (2011), Pochman (2004), Draibe (1993) e Fagnani (2005), nos deparamos com o desafio de um debate complexo em relação a sua condição de política que, em certa medida, parece enigmática. É pertinente que haja considerações quanto às condições, em partes já expostas, e quanto ao seu potencial de ação a partir de 2005, considerando seu percurso histórico recente de condição de ação pública do Estado, mas, sobremaneira, sua caracterização a contar a partir do ano de 1930.

Quando adentramos a discussão sobre o lugar da Assistência Social enquanto Sistema Único, algumas incertezas nos levam a caminhos tortuosos no que se refere à manutenção de sua condição de política pública carregada por uma visão hegemônica de “caridade Estatal”, uma vez que, dentre outras questões, sua condição de política pública foi reconhecida tardiamente (COUTO, 2006). Enquanto campo de intervenção do Estado, teve seu início a partir de 1940 com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), porém seu grande avanço esteve vinculado a sua entrada no campo da seguridade social após a constituição de 1988 (SPOSATI, 2004).

Com o início da vigência do novo modelo organizativo político e administrativo brasileiro, a Assistência Social ganha destaque na cena da proteção social brasileira, especialmente, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Idem, 2009). Mesmo que, historicamente, sua condição de existência esteja associada à noção de “salvação” aos mais pobres por conta da sua vinculação à igreja e às entidades de caridade social, a LOAS foi um grande avanço para que a Assistência Social almejasse um novo status no campo dos direitos de cidadania, buscando novas formas de intervenção na sociedade (SPOSATI, 2003).

Considerando que seu processo de efetivação no plano das leis tenha produzido um

novo debate acerca das possibilidades de intervenção no campo social, a Assistência Social manteve, com a criação da nova legislação, seu caráter focalizado e distributivo aos mais pobres, ou seja, reforçando aquilo que conduziu o período de 1942 - criação da LBA - até a promulgação da nova constituição em 1988.

Ao nos debruçarmos sobre os documentos oficiais, podemos compreender o papel que o SUAS representa para o enfrentamento das desigualdades sociais. É importante destacar como a sua proposta de articulação entre as unidades da federação - tendo como base o SUS - representou o elemento fundamental para efetivação de suas ações. Tal condição ocasionou para Assistência Social a possibilidade de dar concretude aos princípios da LOAS (BOSCHETTI, 2008).

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com publicação no Diário Oficial da União (DOU) de 28/10/2004 representa a consolidação de debates públicos qualificados que avançaram na efetivação um novo modo de operar a Assistência Social, tendo como diretrizes:

Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes de Assistência Social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo;
Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2004, p. 32 -33).

No entanto, as ações para o campo da Assistência Social devem, sobretudo, prever:

[...] as propostas devem ser viáveis (econômica, estrutural e politicamente), devem ser pertinentes (responder as prioridades estabelecidas, ter alcance e efetividade) devem ter visibilidade (explicitar objetivos, metas, procedimentos, recursos) e ter legitimidade (apoio/reconhecimento social dos trabalhadores que atuam na política e nos usuários) (PRATES, 2006, p. 49)

Nesta direção, os serviços de proteção social do SUAS espalhados pelos diversos territórios do país devem efetivar para a execução do processo trabalho o fortalecimento da proteção social na organização de propostas que reúnam um conjunto de seguranças que possam agir diante da possibilidade reduzir riscos sociais e enfrentar a desigualdade social (SPOSATI, 1997). As seguranças a serem garantidas são:

Segurança de acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços públicos e serviços adequados à realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas. Supõe a abordagem em territórios de incidência de situações de risco bem como oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos de curta, média ou longa duração.

Segurança social de renda: é complementar a política de emprego e renda e se efetiva mediante a concessão de bolsas-auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com a presença ou não de contrato de compromisso, e por meio da concessão de benefícios continuados para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social e que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para vida independente e para o trabalho.

Segurança de convívio: realiza-se por meio da oferta pública de serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, a restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, que deve ser apoiada para que se possa concretizar e não restringe o estímulo a sociabilidades grupais e coletivas que ampliem formas de participação social e o exercício da cidadania. Ao contrário, a segurança de convívio busca romper com a polaridade individual/coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e famílias a se inserirem em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos.

Segurança do desenvolvimento da autonomia: exige ações profissionais que visem ao desenvolvimento de capacidades e habilidades, para que indivíduos e grupos possam ter condições de exercer escolhas, conquistar maiores possibilidades de independência pessoal e superar vicissitudes e contingências que impedem seu protagonismo social e político. O mais adequado seria referir-se aos processos de autonomização considerando a complexidade e a processualidade das dinâmicas que interferem nas aquisições e conquistas de graus de responsabilidade e liberdade dos cidadãos, que só se concretizam se apoiadas nas certezas de provisões estatais, proteção social pública e direitos assegurados.

Segurança de benefícios materiais ou em pecúnia: garantia do acesso a provisão estatal, em caráter provisório, de benefícios eventuais para indivíduos e famílias em situação de riscos e vulnerabilidades circunstanciais, de emergência ou calamidade pública (BRASIL, 2005, p. 13).

A partir destes princípios que se apresentam na proposta de proteção social no SUAS como garantia de acesso a direitos sociais, podemos vislumbrar no horizonte das práticas cotidianas, discussões que nos levem a refletir sobre as possibilidades de construir uma realidade social mais justa e menos desigual, assim como a efetivação de ações que apresentem uma proposta de intervenção coerente com as demandas dos sujeitos inseridos nos territórios, a fim de que a execução Assistência Social saia do campo das generalidades.

O SUAS possibilitou a ampliação do debate sobre a qualidade do campo das ações da Assistência e também propôs a construção de novas práticas de intervenção que se distanciam do caráter emergencial e descontinuado na ação pública – cuja prática se consolidou na década de 1920 (VIEIRA, 1985). Em função disso, foi preciso colocar em discussão as causas da desigualdade social e seus efeitos para vida dos sujeitos.

Para que o SUAS pudesse garantir sua representatividade enquanto política pública

que compõe o sistema de proteção social brasileiro, precisou discutir, dentre outras questões, o tema do território. Na Assistência Social no Brasil, a territorialidade deve ser pensada da seguinte maneira:

(...) na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na aplicação do princípio de prevenção e proteção proativa, nas ações de Assistência Social; no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2005, p.91).

Embora tenha se tornado uma proposta potente, que abre caminhos para a mudança das velhas práticas que naturalizam a manutenção da desigualdade no país, sabe-se que as práticas orientadas pelo viés da caridade e da filantropia não foram totalmente destituídas das ações propostas pelo Estado ao operar intervenções sobre a realidade social, haja vista que grande parte da política executada atualmente nos Estados e Municípios encontra-se em poder de Organizações Sociais de origem religiosas, ou mesmo, de caridade e benesse como, por exemplo, o trabalho voluntário desenvolvido por grandes empresários (COSTA, 2004).

Neste contexto em questão, cria-se o imaginário social aparentemente legitimado pelas sociabilidades do cotidiano, de que os “grandes homens”, “comprometidos” com a causa dos mais pobres podem, não por obrigação, mas como uma condição de status que se adquire de bom cidadão, fundar instituições de bem social a todas(os). Assim, quando olhamos para a história da Assistência Social:

Podemos, então, perceber que além da Assistência Social em sua trajetória ser concebida como ajuda aos pobres e benesse, ela também se desenvolveu mediada por organizações sem fins lucrativos – as chamadas entidades filantrópicas – dificultando o reconhecimento sobre a quem caberia o verdadeiro papel de provê-la. Ainda hoje, não está clara a relação existente entre o público e o privado, ou seja, entre o Estado e as organizações sociais filantrópicas ou sem fins lucrativos, estabelecendo uma relação complexa na qual acaba sendo escamoteado o verdadeiro dever do Estado em assegurar os direitos sociais a sua população (SIQUEIRA, 2008, p. 33).

Há que se pensar se este modelo rompe com a subalternização das pessoas mais pobres neste país ou as mantém nas mesmas condições de falta de acesso a direitos sociais. Não estamos aqui para ir contra ou favor das pessoas que se solidarizam umas com as outras. Contudo, esse modo de intervenção social mostra-se como uma espécie de recompensa às próprias questões individuais daqueles que doam ou ajudam, produzindo um processo de desresponsabilização do Estado quanto à necessidade de garantir condições mínimas de sobrevivência e qualidade de vida para grande maioria da população (YASBEK, 2002).

Cabem questionamentos a essa condição que, não à toa, foi incorporada as ações do Estado. Dessa maneira, suponho que romper com esta herança do dia para noite seria um

grande desafio. Uma política efetivamente pública de responsabilidade do poder público e capaz de prever um quadro de trabalhadoras(es) em cargos efetivos, poderia provocar um cenário de pouca aceitação no campo simbólico, quer dizer, igrejas, entidades e empresários que sempre se puseram a prestar “bons serviços” a população não poderiam se afastar repentinamente de suas “funções públicas” de produção do bem-comum.

Mesmo que a superação destas condições possa parecer, no plano das abstrações, um “ideal” de Estado que efetiva novas proposituras sociais para Assistência Social, compreendo que o rompimento desta herança cultural e paradigmática encontra certas dificuldades em ser superada. A consolidação de uma proposta inovadora no plano das leis e, principalmente, em seus aspectos éticos e políticos no trato da questão social no Brasil, possivelmente não opera como um avanço para realidade e para o campo de atuação da Assistência Social.

Apesar da discussão sobre toda a complexidade da trama político-institucional e cultural-econômica que envolve a Assistência Social conduzir-nos, inevitavelmente, para considerações sobre sua herança paternalista (MONTAÑO, 2008), acredito que propor o debate sobre essa condição como um atravessamento que está presente no cotidiano da política, é a tentativa permanente de garantir que o debate sobre o SUAS seja qualificado e que possa contribuir para ampliação do diálogo sobre o fazer da Assistência Social para além de concessão de benefícios e ações emergenciais.

Considerar a efetivação de debates públicos sobre uma política pública inserida no contexto de proteção social brasileiro é uma questão que vai muito além da demanda por algo pronto e de resolutividade imediata. Cotidianamente, reflito se os diversos programas, projetos e benefícios podem ser considerados ferramentas estratégicas capazes (ou não) de traçar novas intervenções para o campo social que estão além do que emerge enquanto demanda exclusiva para o campo da Assistência Social.

Outro ponto importante a ser incluído nesta reflexão é que, por vezes, temos a sensação de que o SUAS é apresentado como uma política pouco eficiente. A experiência de trabalho neste cenário me fez questionar junto as(os) trabalhadoras(es) e as pessoas usuárias que procuram os serviços, se há (ou não) direcionamentos possíveis de execução para além da burocracia dos encaminhamentos, principalmente quando o assunto é reconhecer as funções técnicas estabelecidas pelas equipes nas unidades públicas de referência no território - CRAS, CREAS, CENTRO POP, etc. Isso nos leva a pensar sobre outra dimensão que parece estar ancorada na Assistência Social: a necessidade que ela seja a política que precisa articular a rede (PEREIRA, 2014), bem como discutir questões de

trabalho e emprego.

Esses temas, tendo em vista a experiência nos espaços de trabalho que estive, podem ser apontados como questões infundáveis para os locais de encontro entre trabalhadoras(es). Se o SUAS é experienciado enquanto condição de articulação para outras políticas setoriais, como a noção de proteção social proposta pelo Estado brasileiro compõe o debate das equipes acerca da construção de um processo de intervenção menos segmentado e mais democrático? Me questiono: a Assistência Social é a proposta que vêm para dar conta deste modelo de intervenção que não seja focalizado em tentativa de articulação que mostra como esse processo pode vir a ser superado? Ou melhor dizendo, tal política evidencia que não há um modelo de proteção social que seja discutido para além do que se faz setorialmente?

Para não nos adiantarmos na discussão, sinalizo, enquanto compreensão que propõe questionamentos, que essa condição adquirida pode produzir para atuação trabalhadoras(es) a sensação de que a função de articulação esteja entre as principais funções da Assistência Social enquanto prática social, quer dizer, sua principal atuação muito possivelmente é entendida como condição para garantir formas de acesso a outras políticas (Idem, 2014). Não há, neste sentido, elucidações das práticas que se desenvolvem no cotidiano de trabalho em relação às propostas da rede, assim como os muitos entendimentos que se tem sobre a legislação, não conseguirão subsidiar ações efetivas de transformação da realidade. Há que se pensar que o SUAS deveria e poderia ser uma política que vai além de uma proposta de articulação com outras políticas.

Nesse caso, cabe refletirmos se esta condição pode vir a produzir e estimular nos estabelecimentos institucionais dos territórios uma cultura institucional que coloca como fundamental o fazer articulação e a realização de encaminhamentos como forma de garantir direitos que já estão previstos no princípio da Universalidade de acesso das demais políticas setoriais. Portanto, me parece importante repensarmos sobre os efeitos do fazer das(os) trabalhadoras(es) do SUAS na construção de uma outra forma de gerir e organizar o trabalho voltado a garantir direitos sociais aos sujeitos.

Outro ponto que podemos considerar importante quando nos debruçamos sobre o lugar da Assistência Social enquanto ação do Estado, é que ela não necessita antecipar e, tampouco, prever as formas de vinculação social e intersubjetiva entre os sujeitos no território. Cabe pensar, como diz Torres (2016), é que:

Assim, no reconhecimento advindo das relações primárias, a intervenção da política pública é complementar, atuando especialmente, mas não exclusivamente, no fomento para ampliar as relações na retirada de indivíduos de situações de violência provocada por responsáveis. Já no reconhecimento jurídico, a qualidade

de atenção pública é fundamental para a vivência e autorrespeito. É central para assegurar esse sentimento e essa segurança. A experiência de ser tratado com respeito e dignidade por agentes públicos é a certeza de que se é portador de um direito, o que exige, nas relações cotidianas e nos serviços, formas de relação assentadas nesses princípios (p. 78).

Se podemos construir novas possibilidades de ação coletiva que colocam os sujeitos como responsáveis por suas escolhas e que são capazes de protagonizar a singularidade de sua existência de estar e se relacionar com o mundo, quem sabe precisamos discutir dentro do cenário de atuação do SUAS, como estão sendo valorizadas também as iniciativas que buscam intensificar as formas de convívio e reconheçam no coletivo o lugar de valorização de seus próprios interesses, bem como daquelas pessoas que estão próximas e dividem os espaços públicos (Idem, 2015).

Importante pensar que a familiarização no contexto da Assistência Social, por vezes, ainda permanece, por exemplo, no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Indivíduos (PAIF), colocando diante de nós a possibilidade de tecer aproximações deste conceito como período no qual a proposta de implantação da proteção social pelo Estado brasileiro é apresentada. A noção de família que, inicialmente se mostra culturalmente e ideologicamente necessária para fomentar o campo das sociabilidades para as novas relações de trabalho nos espaços urbanos industrializados, pode restringir-se a um objeto de intervenção que forja a aceitação de um modo de vida a serviço dos interesses do capital e do modelo burguês de família (MIOTO, 2004).

Há que se pensar se esta questão da familiarização subsidia (ou não) a prática de trabalhadoras(es) no SUAS e, a partir destas reflexões, temos a chance de não encarar com determinismo a forma como vem sendo executada as práticas propostas pela política e, tampouco, dizer que elas se restringem a este campo de interesses econômicos e de apropriação dos sujeitos na sua relação, por exemplo, com o trabalho. Quando nos dedicamos a pensar como os processos históricos se atualizam e se (re)produzem, temos a chance de propor debates mais qualificados sobre os interesses econômicos e como estes constroem, a seu critério, estratégias de validação do seu discurso.

Por mais que esta discussão possa ser, eventualmente, inevitável para o campo de análise da proteção social e, em especial para o SUAS, trata-se de colocar em debate a necessidade de apresentar debates públicos voltados a garantir a defesa de políticas sociais que sejam de fato públicas e que possibilitem a criação de fissuras no modo como a vida em sociedade se organiza a partir dos interesses do mercado e da produção de mais lucros.

TERCEIRO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO III): Sobre gerir o processo de trabalho e o enfrentamento diário a desigualdade social: quais possibilidades para a construção da Assistência Social?

Descrever o processo de trabalho no campo da Assistência Social se tornou, ao longo dos anos de implantação do SUAS no Brasil, um grande desafio para as(os) trabalhadoras(es) (CRUS, 2013). Independentemente do nível de execução, isto é, gestão da política ou atendimento direto nos equipamentos da rede socioassistencial, acredito que as conquistas por direitos destes pouco mais de 13 anos de implantação e execução no campo das legislações-e da ação cotidiana não estão isentas de sofrer ataques. Os avanços alcançados em relação ao acesso da população aos serviços da Assistência Social - os quais passam a ser capilarizados pelo território - permitiram a construção de novos olhares para a população que mais sofre com a desigualdade social e, conseqüentemente, encontra-se na condição de pobreza. Do ponto de vista institucional, orçamentário e, sobretudo, ético-político, as pessoas que passam a buscar serviços públicos no campo da Assistência Social, encontraram nos novos dispositivos institucionais respostas mais adequadas e, principalmente, condizentes com suas realidades. Ou seja, o acesso à política é entendido como um direito conquistado, de modo que o Estado deve garanti-lo, independente da contribuição financeira, do gênero, da classe social, da orientação sexual, etc. (ISOLDA, 2012).

Porém, mesmo que a discussão gerada a partir da implantação desta política tenha despertado novos olhares para a Assistência Social enquanto ação de Seguridade Social, a representatividade do SUAS no cenário das políticas setoriais como medida necessária para a construção de uma sociedade menos desigual, muito possivelmente não é uma condição consensuada e, por vezes, sua extinção parece algo certo e prestes à acontecer a qualquer momento.

Refletir sobre o seu fazer enquanto proposta capaz de intervir sobre o quadro de desigualdade e de violações de direitos pode estar relacionado, dentre outras questões, com a possibilidade das(os) trabalhadoras(es) descreverem e organizarem o processo de trabalho cotidiano, a partir da necessidade de publicizar um modo de produzir práticas enquanto conhecimento acerca da realidade social e, sobretudo, porque pode potencializar a execução de novas alternativas para o fazer no SUAS, que sejam capazes de subverter a lógica da burocracia que prescreve procedimentos, mas que eventualmente se isenta de responsabilidades perante o quadro social complexo e em constante movimento.

Trata-se, portanto, de promover discussões acerca dos modos de construção e execução

das práticas sociais que privilegiam a criação, a singularidade, o desejo de fazer e a experiência de processos decisórios coletivos, enquanto busca por propostas de promoção, ampliação e defesa dos Direitos sociais e da democracia. Por meio dos processos de reflexão, descobrir as formas que possam romper com visões que privilegiem olhares que naturalizam o processo de trabalho como algo pronto e executado na condição de procedimentos a serem realizados de forma linear e que acabam se afastando das discussões sociais que produzem o modo de viver em sociedade (BRASIL, 2013).

Sabemos que a expressão gestão do processo de trabalho pode, em certas ocasiões, nos remeter a um fazer pouco flexível e que tende a ser previsível em suas ações. Há que se pensar como as(os) trabalhadoras(es) estão organizando sua prática cotidiana no espaço institucional do SUAS. Estamos considerando a ideia de que a possibilidade de ampliação dos processos de reflexão coletivos acerca da organização das estratégias metodológicas de intervenção no campo da Assistência Social, conduzidos por uma postura ética que caminha no sentido de uma práxis política em constante movimento, irá contribuir para o enfrentamento da desigualdade como questão social coletiva e sobretudo pode nos permitir evidenciar a necessidade de garantir discussões acerca da finalidade do processo de trabalho no campo de ação pública do Estado. A busca por processos de trabalho voltados à promoção dos direitos socioassistenciais enquanto caminho para ampliação do debate público sobre as condições de sobrevivência em sociedade contribui para a defesa pela obrigatoriedade de políticas públicas de qualidade, para o acesso a estas como direito de todas(os) que necessitarem, bem como para a proposição de gestão sob a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios (ROSA; HELLMANN, 2016).

Em certas ocasiões a discussão a respeito da execução do processo de trabalho tende a produzir análises que estejam próximas da operacionalização de tarefas administrativas no âmbito do poder público e que enxergam na burocracia o caminho mais adequado para a execução de uma política pública. Porém, aceitar essa visão pode produzir ou mesmo reforçar nos atores sociais envolvidos no processo de execução do SUAS que o fazer nas instituições é algo que efetivamente não opera na construção de sentido sobre o lugar da política pública, enquanto busca permanente por melhores condições de vida para os sujeitos.

É preciso entender que gestão não é um conjunto de atos burocráticos, mas um processo estratégico e político, que pode adquirir variadas formas desde as autoritárias, em geral centralizadoras, às descentralizadas, nem sempre democráticas e participativas. Nesse sentido o movimento de um sistema único, sobretudo entre pares, os entes federativos, é também um processo político de reconhecimento de sujeitos e a expressão de suas ideias e concepções. Isto vale, não só para a relação entre os entes federativos, mas para cada ente em si mesmo, pois se está tratando de um complexo processo de gestão que possui diversos níveis desde a ação de

trabalhadores ‘de ponta’, até os dirigentes maiores (BRASIL, 2013, p. 17).

Corremos o risco de legitimar este discurso da burocracia quando, por exemplo, não dizemos sobre o que fazemos, nos afastando da possibilidade de trazer novos atores sociais para compor conjuntamente a defesa do que vêm sendo executado pelas políticas públicas sociais, de forma a produzir igualmente entendimentos na direção de valorizar o conjunto de práticas e saberes que se produzem enquanto processo de reflexão coletiva.

Adentramos esse campo de práxis.

O fazer “vigilante” socioassistencial

(...) a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) desempenha um papel importante na expansão do uso de indicadores sociais, na medida em que sua implementação é efetivada na menor escala administrativa governamental, o município, exigindo o levantamento e sistematização de informações acerca da dinâmica demográfica e socioeconômica associadas aos processos de exclusão/inclusão social, bem como sobre a vulnerabilidade a riscos pessoais e sociais nesses espaços (Brasil, 2005). O serviço de Vigilância Social, por exemplo, ofertado no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), refere-se especificamente à gestão da informação dedicada a apoiar as atividades de planejamento, supervisão, execução e avaliação dos serviços socioassistenciais (ROSA, HELLMANN, 2016, p. 146-147).

A partir do cotidiano da minha práxis, apresentarei alguns elementos do meu trabalho na Diretoria de Vigilância Socioassistencial, Monitoramento e Avaliação na Secretaria Municipal de Assistência Social de um município no interior do estado de São Paulo, bem como outras vivências que me acompanharam no decorrer desta trajetória com o objetivo de problematizar as condições de organização do trabalho. A título de contextualizar o lugar da Vigilância Socioassistencial no SUAS, é importante destacar:

A Vigilância Socioassistencial deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas: a) sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos; b) sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões afetas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso (BRASIL, 2013, p. 9).

A função da vigilância é também:

Em sua dimensão teórico-conceitual, a concepção de Vigilância Socioassistencial instituída pela PNAS está ancorada em um conjunto integrado de conceitos e categorias que buscam instituir uma abordagem específica para a produção de conhecimentos aplicados ao planejamento e desenvolvimento da política de

assistência social. Como apontado nos artigos 1º e 6º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS –, a Vigilância evoca a apropriação e utilização de três conceitos-chave, a saber risco, vulnerabilidade e território, que interrelacionados propiciam um modelo para análise das relações entre as necessidades de proteção social no âmbito da assistência social, de um lado; e as respostas desta política em termos de oferta de serviços e benefícios à população, de outro (Idem, 2013, p.12).

Muito embora o uso do termo Vigilância não seja a expressão mais adequada para definir a especificidade deste trabalho na Assistência Social, pois o termo nos remete a uma ação de controle pouco flexível, a sua função técnica parece-me um caminho estratégico importante para a produção de consensos no campo da Proteção Social no SUAS. Trata-se de uma proposta de atuação que pode subsidiar a organização do trabalho e também fomentar processos decisórios atentos às demandas da população. Isto é, dentre as questões relacionadas a sua especificidade no SUAS, garantir que o diálogo sobre o tema das políticas públicas enquanto acesso a direitos sociais possa ser mantido. Mas por que a Vigilância pode ser um exemplo para pensarmos as propostas de gestão e organização do processo de trabalho?

Quando falamos sobre o funcionamento da política pública, independente do segmento, fico pensando que estamos nos referindo ao uso e gerenciamento de recursos públicos, das metas de atendimento, do perfil das pessoas a serem beneficiadas com determinada ação, do local escolhido para a sua execução, do perfil das(os) trabalhadoras(es) que precisam estar no andamento das ações, do tempo de duração das intervenções, do sofrimento gerado nos sujeitos em virtude de sofrerem com o quadro de desigualdade social e, também, das suas questões subjetivas que são delineadas e produzidas socialmente, dentre outros fatores. Além disso, não podemos esquecer do debate técnico e político, do caráter contraditório das políticas, das disputas de poder que envolvem sua execução, do seu nível de importância para as pessoas em uma sociedade, etc. Quer dizer, uma realidade complexa e que se compõe de muitas condições que estão em constante processo de transformação.

Portanto, quando o assunto é organizar a ação de uma política e refletir sobre como ela pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, procuro pensar em o meu fazer cotidiano - considerando as condições, movimentos e reflexões -, em cinco questões mais gerais que considero importantes e que contribuem para organização do meu trabalho. São elas: por que eu faço? Com quem eu faço? Que estratégias pretendo utilizar? Que efeitos pretendo produzir com minha prática? Qual o impacto das minhas ações na construção de espaços de escuta e que dimensionam o sofrimento e a subjetividade das pessoas quando estas estão em relação direta com a oferta de serviços por parte do Estado?

Mesmo que não sejam respondidas uma em sequência da outra, pois tais questões se

atualizam e produzem outros questionamentos, me interesse, neste momento, em dialogar sobre algumas condições relacionadas à execução do trabalho na Assistência, enquanto provocações apresentadas nesta discussão, tendo em vista a possibilidade de poder efetivar (ou não) tais propostas neste campo de ação. Em certa medida, quando estas questões passam a ser compartilhadas com os colegas de trabalho, elas contribuem para que eu possa pensar sobre uma condição que acredito ser essencial para o trabalho técnico, seja na execução em um equipamento ou na gestão, que é a comunicação.

Posso crer que a comunicação pode expressar, além da nossa prática, o nosso compromisso ético e político, nos guiando para uma reflexão sobre como nosso discurso e a relação com o nosso fazer produz efeitos no outro. Vale destacar que me refiro à minha trajetória para não correremos o risco de generalizações¹.

Portanto, ao longo destes anos de trabalho pude perceber o quanto a comunicação pode facilitar o andamento de uma proposta além de aproximar as pessoas, desde que valorizada em nossa prática cotidiana.

A comunicação pode aparecer no trabalho social de maneira diversificada: um documento escrito, uma reunião, uma conversa mais informal e descontraída, um e-mail, ou mesmo nas redes sociais e, sobremaneira, em nossa práxis. Não importa: todas elas compõem uma estratégia de fazer circular - no caso da Assistência Social e também nas demais políticas setoriais - um discurso que fale sobre práticas voltadas a defesa de direitos, da solidariedade, da equidade, da universalidade, do respeito às diferenças e da preocupação e cuidado com o tema da subjetividade (TAPAJÓS; RODRIGUES, 2007).

Nesse cenário, fica claro que um dos alicerces para o novo projeto - garantido a partir da pactuação e aprovação da PNAS - é o reconhecimento que a busca e formulação da cidadania são também fomentadas por ferramentas tecnológicas e de comunicação que garantam o acesso à informação. Com isso, aprofunda-se o campo de relações democráticas entre o governo e a sociedade e, ao mesmo tempo, propondo inovações nas estruturas de gestão, articulação e pactuação, influenciando positivamente nas responsabilidades e corresponsabilidades na implementação do direito à assistência social (Idem, 2007, 64).

Tal proposta se apresenta para mim como possibilidade de reduzir os danos causados pelo entendimento distorcido em relação ao papel das políticas públicas sociais. Se ampliamos

¹Entretanto, inspirado em Boaventura de Sousa Santos, a partir da construção de um conhecimento local, espero contribuir, também, para a (re)construção incessante de uma prática crítica das (os) trabalhadoras, uma vez que, segundo o autor, todo conhecimento é local e total: “(...) constitui-se em redor de temas que em dado momento são adoptados por grupos sociais concretos como projectos de vida locais (...) o conhecimento avança à medida que o seu objecto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces” (SANTOS, 1987, pp. 46-7).

a publicização das informações, de forma que esta ação seja um convite a toda sociedade para refletir sobre a responsabilidade do Estado em promover e garantir políticas públicas de interesse coletivo, a qualidade de vida da população - em especial, das pessoas que mais sofrem com os efeitos da desigualdade social cotidiana, histórica e atemporal em nosso país -pode caminhar na direção de produzir uma realidade, mais justa e igualitária (Ibidem, 2007, BRASIL, 2013).

Nesse sentido, assim que chego na Secretaria, busco acessar todos os documentos que os colegas que me antecederam produziram ao longo dos anos. Relatórios de gestão, memórias de encontros/reuniões, planejamento das equipes, calendário de ações, reuniões do setor de Monitoramento e avaliação com a rede socioassistencial, assim como os instrumentais de registro que forneciam informações lançadas nos relatórios circunstanciados de prestação de contas mensal e semestral para o cofinanciamento dos recursos Estadual e Federal.

Nesse estudo procuro entender, a partir do registro das pessoas, como foram os últimos cinco anos à frente do trabalho na Assistência no município em termos de prioridades e metas que foram alcançadas e, principalmente, quais eram os entendimentos acerca do lugar da Vigilância socioassistencial e como ela poderia contribuir, inclusive, com o trabalho que cabe à gestão na construção de diretrizes para o planejamento e execução desta política.

Antes de descrever mais detalhes desta experiência, tendo em vista o processo de gestão do trabalho que estou propondo uma discussão, quero dizer que a curiosidade em ler e conhecer a forma como as pessoas que estiveram na gestão antes de mim conduziam suas ações foi algo fundamental para a minha atuação. Identifico essa iniciativa como o ponto de partida para a metodologia do trabalho que estou descrevendo, a partir da minha práxis na Vigilância Socioassistencial. Frente a isso, me questiono: com que frequência os envolvidos na execução de uma política pública se interessam em conhecer as propostas de trabalho das pessoas que os antecederam? Em algumas ocasiões, penso se na atual conjuntura econômica, política e social os atores políticos que assumiram a gestão do Estado Brasileiro estariam interessados em ouvir e conhecer os processos históricos que fazem parte da construção deste país quando, por exemplo, olhamos para o campo dos direitos sociais após 1988 e que estão sofrendo diversos ataques, de forma a retroceder em políticas que buscam a efetivação da cidadania e que são capazes de reduzir os danos gerados pela desigualdade social.

Portanto, primeiramente, pontuo que o objetivo deste estudo de revisitar os registros na Secretaria, além de buscar informações sobre os processos de trabalho das pessoas que me antecederam, era entrar em contato com a visão e as propostas daqueles atores sociais envolvidos com o SUAS naquele momento histórico. Afinal, a produção daqueles escritos dizia,

sobremaneira, sobre o desejo e a implicação com o trabalho como um processo que descreve e analisa a própria trajetória de atuação na Assistência Social.

Enquanto psicólogo, trabalhador do SUAS e, neste momento, desempenhando um trabalho na gestão, acredito, defendo e aposto que uma política pública só pode ser feita por pessoas. Com seus limites e potencialidades, todos nós somos sujeitos que demonstram suas subjetividades ao estarem em relação com todas as condições sociais e institucionais que se apresentam para o espaço de trabalho. A leitura daqueles documentos, dessa maneira, não poderia estar desconectada destas condições. Acredito que não podemos construir qualquer metodologia de trabalho - que saiba onde pretende-se chegar e quais objetivos podem ser alcançados - se não entendermos que esta ação está condicionada a entrar em relação com diferentes olhares, concepções e processos históricos que nos atravessam cotidianamente. Possivelmente, neste campo de atuação, um dos caminhos para chegarmos o mais perto possível de produzir consensos, seja evidenciarmos e defender o debate coletivo, a democracia e a participação popular.

Diante destas condições e imaginando os desafios que iríamos encontrar enquanto equipe de trabalho na gestão, mas especificamente que estavam sob minha responsabilidade, opto por construir um documento que foi nomeado como: “Práticas de Vigilância Socioassistencial: desafios para a proteção social no SUAS” como um forma de diálogo em relação aos objetivos da proposta de trazer novos elementos para o processo de trabalho no campo da Assistência Social. Mas quais eram os objetivos do documento elaborado?

A escolha por produzir um documento que se aproximasse do cotidiano dos atores sociais envolvidos com o SUAS, era justamente porque era preciso conhecer “os erros”, “os acertos” e o processo histórico, político e subjetivo inerente ao processo e também, porque não havíamos encontrado uma proposta mais acessível para nossa realidade de atuação no município, que não aquelas que constam nos documentos e cartilhas oficiais. Busquei relatos que pudessem subsidiar de forma prática a execução do trabalho. Isto é, um plano de ação com tempo de duração para cada etapa da implantação, a estimativa de custos deste processo, os objetivos - geral e específicos- e, sobretudo, se havia ou não necessidade de uma equipe de referência e como deveria ser o perfil destas pessoas e local de trabalho desta equipe.

Estas questões me pareciam, na ocasião, fundamentais de serem respondidas. Essa dimensão da gestão propor diretrizes que possam ser discutidas e analisadas junto as equipes, foi algo que até então eu levaria como secundária quando estive no trabalho em um equipamento.

Daí então a construção de um documento que pudesse organizar as etapas de execução

da proposta, foi a segunda estratégia encontrada para o andamento do trabalho. Simultaneamente, era preciso dialogar com os atores que traziam a discussão sobre Vigilância ao longo deste período e que, principalmente, contribuíram para que eu estivesse ali de forma direta ou indireta promovendo o andamento a proposta. A estratégia encontrada não foi chamar inúmeras reuniões com todas as equipes - momentos separados ou coletivos - para discutir a vigilância. Ficava pensando, a partir de outras experiências em outros lugares e também com os relatos de colegas de outros municípios que já caminhavam com a discussão, que esta ação poderia ser contraprodutiva, uma vez que as equipes, as quais já estavam atarefadas, não encontrariam tempo suficiente para muitas reuniões. Ademais, até aquele momento, tal discussão não dialogava com a proposta de acompanhamento, assim como não parecia importante para problematizar os problemas reais que elas enfrentam no cotidiano dos territórios. Contudo, não se trata de não propor os espaços de debate e consenso: nossa intenção foi lançar mão de uma estratégia de ação que pudesse suscitar questões acerca do fazer da Vigilância que pudesse promover e provocar o debate. Em outras palavras, um ponto de partida.

Depois de caminhar com as condições já descritas e ao final da formulação deste documento que colocamos no planejamento cuja finalização se deu em dois meses, envio a proposta por e-mail para toda rede de execução direta - CRAS, CREAS e Centro Pop - com a expectativa de que todas(os) pudessem ler e chamar reuniões mais específicas para tratar da construção da Vigilância que estivessem, sobremaneira, vinculadas ao trabalho nas proteções sociais.

Um grande engano e certa ingenuidade, assim como certo preciosismo em achar que aquele documento daria conta de estreitar os canais de diálogo. Suscitar e provocar o debate. Foi também uma frustração. Havia, na ocasião, o anseio para que houvesse o direcionamento sobre algumas ações da Vigilância. Eu imaginava que esta condição poderia ser o que a maioria das(os) trabalhadoras(es) esperavam. Por que será que está ação não produziu o efeito esperado? Por que será que as pessoas não respondiam?

Embora, em algumas circunstâncias, a questão da comunicação possa passar despercebida no trabalho social, venho refletindo sobre como tal ferramenta é fundamental em qualquer ação a ser realizada. Ao entrar contato com a execução do processo de trabalho na Assistência Social, acredito que a informação construída com responsabilidade e compromisso ético com o conteúdo a ser disponibilizado permite que o debate sobre o campo dos direitos sociais seja público. Além disso,

(...)a produção de informação ganha sentido para a política e capilaridade na gestão quando se criam espaços concretos e rotinas de análise periódicas que permitam aos órgãos gestores, às equipes técnicas e à rede socioassistencial como um todo gerar

fluxos de informação com caminhos de ida e volta, fortalecer a capacidade de registro e análise das equipes técnicas e gestoras quanto às demandas sociais, a sua própria (BRASIL, 2013, p.39).

A questão da informação e sua relação com a prática ficou mais evidente nesse momento. Começo a entender com o andamento do trabalho neste espaço da gestão, a importância de traçar estratégias de comunicação, pois sem elas encontraríamos mais dificuldades para agregar as(os) trabalhadoras(es), mediante o desafio e as tentativas de ampliar a construção coletiva do processo de trabalho.

Portanto, estas temáticas seguiram adiante no momento em que comecei a refletir junto com outros colegas sobre como era importante que nossas inquietações e dificuldades em relação à especificidade do trabalho com estes temas fossem compartilhadas com os colegas que estavam nos equipamentos no território. Isso quer dizer que o desejo pela comunicação enquanto condição que compõe a práxis começa quando pensamos nas estratégias de convite para reuniões – assunto que será abordado, local, metodologia de condução da reunião, etc. Ou seja, como trazer as pessoas para perto quando estamos querendo propor discussões que aparentemente estão esquecidas e que não estão inseridas na rotina de trabalho das equipes? Mais do que isso, como dizer que a construção daquelas ações talvez possa beneficiar as(os) trabalhadoras(es) e também os demais colegas de trabalho?

Primeiro grande choque de realidade que a mudança da função de trabalhador - que até então só havia trabalhado como técnico na execução - para a execução da função, não do lugar, de gestão nesta política. A partir do momento que percebo que nossa estratégia não havia despertado o interesse imaginado (foi uma grande expectativa frustrada a minha!), me questiono se esta estratégia utilizada foi a melhor escolha para aquele momento. Rever meus próprios entendimentos acerca deste processo foi, sobretudo, trazer novos atores, com novas ideias e propostas diferentes daquelas adotadas até o momento. As Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial já nos alertavam:

Em locais onde a cultura do registro ainda não está estabelecida, a Vigilância Socioassistencial terá que enfrentar, ainda, o desafio do fomento desta cultura e o zelo pela informação, através da capacitação e do apoio técnico. É importante lembrar que o registro e organização das informações é um direito dos usuários dos serviços da Assistência Social, por isso, a Vigilância Socioassistencial deve cuidar do adequado armazenamento da informação, principalmente no que se refere ao sigilo das informações (BRASIL, 2013, p. 24).

Como neste estudo inicial percebi, em conjunto com outros colegas da equipe na Secretaria, a necessidade de olhar mais especificamente para os instrumentais de registro que estavam a algum tempo desatualizados e que eles eram a fonte primária para a construção de

um banco de Dados, começo a entender que esta estratégia provocaria, antes mesmo de um documento para impulsionar a discussão sobre a Vigilância, uma ação mais adequada para aproximar a discussão sobre planejamento e avaliação junto à rede socioassistencial. O que eu não imaginava, naquele momento, é que esta ação repercutiria tanto nas equipes.

Com o decorrer do processo, percebo que não se tratava apenas de um instrumental. A angústia dos envolvidos com este processo de registro colocava em questão, acima de tudo, os entendimentos das(os) trabalhadoras(es) acerca da proposta de acompanhamento no território. Quando retomamos o que diz a Política (NOB SUAS, 2005) sobre a segurança de acolhida, por exemplo:

Segurança de acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços públicos e serviços adequados à realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas. Supõe a abordagem em territórios de incidência de situações de risco bem como oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos de curta, média ou longa duração (sp).

“Como essa questão da acolhida que é um tema tão caro ao fazer na proteção social do SUAS está incorporado a proposta de acompanhamento que é registrado nos equipamentos? Essas informações lançadas fornecem subsídios para análises que estão voltadas a qualificar o impacto da Assistência Social na vida das pessoas?” Essas foram duas questões importantes que surgiram na primeira reunião com as equipes.

Outro ponto relevante quando analisamos este trecho da política que trata da acolhida e olhamos para a questão dos riscos e das vulnerabilidades, trata-se da forma como tal questão pode ser mensurada em relatórios quantitativos. Os números podem retratar, por exemplo, - enquanto informações produzidas acerca do perfil das pessoas atendidas -, possibilidades de discussão sobre quais estratégias possíveis de serem produzidas que estejam voltadas a especificidade que cada acompanhamento exige? Outra questão importante, é pensar se a informação como um processo de aprimoramento do controle social que coloca em debate as formas de registro se relacionam com a necessidade de aprimorar a questão da transparência no serviço público.

O controle de atendimento que precisava ser revisto foi, neste sentido, uma brecha para disparar um debate mais amplo sobre o processo de trabalho e os objetivos da Política de Assistência Social.

Precisávamos – eu, juntamente com a equipe de Vigilância recém-formada, os colegas da equipe de gestão e dos serviços -, lidar também com mais uma questão fundamental: a

informatização do registro. Um analisador importante para este processo é que, em algumas ocasiões, as pessoas estavam mais preocupadas com a informatização do registro do que com o conteúdo e com os objetivos mais amplos da política que aparecem nesta ação e que estão relacionados com o cotidiano de trabalho.

Mas se a ideia de informatização poderia nos levar aos objetivos planejados de (re)contar e (re)significar a forma como o processo de trabalho vinha sendo executado na Assistência Social até então, não poderíamos perder a chance de trabalhar com esta condição como algo que provocaria aproximação junto às equipes, bem como a ampliação do debate sobre a práxis cotidiana.

Sabíamos que a informatização não era apenas uma questão das equipes². Diante disso, ao longo da execução de todas as etapas que foram previstas, quero dizer que o diálogo sobre os instrumentais – os quais, atualmente, estão em uma plataforma digital gratuita e online, fornecendo dados em tempo real a toda rede socioassistencial e que pela primeira vez desde do início do SUAS no município está padronizado -, foi um grande divisor de águas para o trabalho nos territórios. Em suma, o processo produziu conflitos e muitos debates, mas produziu, também, debate coletivo e consenso sobre a necessidade de qualificar as formas de registro e as propostas de planejamento que estejam voltados à promoção e à defesa da proteção social no SUAS.

O exemplo desta experiência vinculada à discussão que mais especificamente estamos propondo neste plano de análise relaciona-se à construção de estratégias disponíveis para o trabalho, tendo em vista que a intenção e a defesa pela discussão coletiva podem produzir mudanças importantes para a atuação profissional nesta política. Porém, como pudemos acompanhar, falamos de um processo de imensa complexidade. Cometemos erros e, em algumas ocasiões, tomei decisões que posteriormente avaliei, juntamente com os colegas, que foram equivocadas.

Assim, ao falar sobre a experiência, não estamos propondo contar apenas o que deu certo. Desejo contar e compartilhar como a minha práxis - e todo o processo que está ligado a ela -, me faz repensar a forma como eu executo, penso e me relaciono com o trabalho em conjunto com outros colegas na condição de ação pensada e executada por muitas mãos.

² Em muitos momentos, as promessas de informatização respondem a certo discurso do “bom para todos”, que toma conta deste debate e que tornou-se, inclusive, um lugar de lucro para grandes empresas que vendem sistemas caros e pouco inoperantes para o poder público e que muitas vezes dificulta a qualificação do processo de publicização das informações do Estado. Muito embora nossa intenção não é adentrar nesta questão, destacamos que ela está a todo tempo atravessando o plano de ação no campo do poder público.

Com o decorrer da ação, percebia como as nossas estratégias de intervenção poderiam levar a tensionamentos a respeito do acompanhamento por parte das equipes junto àquelas famílias que procuram e são encaminhadas para os estabelecimentos institucionais da Assistência Social. Entretanto, tais estratégias foram pensadas com o objetivo de ampliar a concepção sobre as formas de registro que não se limitassem ao vício que, em certas ocasiões, pode ocorrer nos serviços: registrar o que se faz apenas enquanto quantificação do trabalho.

Retomando, neste sentido, o que a PNAS (2005) diz sobre a proposta de convívio com uma segurança a ser garantida:

Segurança de convívio: realiza-se por meio da oferta pública de serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, a restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, que deve ser apoiada para que se possa concretizar e não restringe o estímulo a sociabilidades grupais e coletivas que ampliem formas de participação social e o exercício da cidadania. Ao contrário, a segurança de convívio busca romper com a polaridade individual/coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e famílias a se inserirem em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos (sp).

Ao olhar para trecho, remeto-me ao registro do processo de trabalho - relatórios e gestão da informação - como uma proposta que constrói a memória de um determinado tempo histórico, a partir do trabalho de uma equipe composta também por atores sociais históricos; proposta essa que se distancia da concepção inicial de cumprimento de “obrigações burocráticas”. Como dito anteriormente, facilitar o acesso à informação em um país onde as pessoas ainda estão distantes do acesso ao fazer do Estado e não sabem na prática o sentido da palavra transparência das ações públicas é algo essencial (BRASIL, 2013). Ou seja, há que se pensar sobre a qualidade das informações e o uso político que se faz dela.

O debate acerca da Vigilância Socioassistencial, do monitoramento e da avaliação, permitiu-me e permite-me continuar avaliando as formas de intervenção que somos capazes de produzir no cotidiano de trabalho. A relação entre o que se planeja e o que se executa propõe, ao meu ver, a possibilidade de vislumbrar no horizonte das práticas sociais, processos de trabalho mais sensíveis às demandas singulares da população e que se afastam de processos responsáveis pela naturalização da desigualdade social, os quais não estão sensíveis ao sofrimento gerado nas pessoas, de forma a prejudicar a construção de diálogos acerca do processo de produção de subjetividades delineadas a partir do campo social.

Pode-se dizer, portanto, que, para implantar e executar a Vigilância Socioassistencial, foi preciso e mantém-se necessário refletir sobre estas questões. A construção de diálogos no campo teórico-técnico e ético- político, nos coloca o desafio de estarmos atentos à forma como

o outro pode vir a entender nossas ideias e, principalmente, reconhecer que os objetivos os quais se quer atingir com o trabalho pode ser algo comum a todas(os). Contudo, não podemos ser ingênuos e acreditar que os consensos serão a solução de todos os problemas: não há como garantir nada de concreto e de “ideal” a ser atingido, quando estamos discutindo e refletindo sobre as expressões complexas das relações humanas sociais que se manifestam a partir do trabalho das equipes nos estabelecimentos institucionais do SUAS. Há que se pensar que não existe um jeito de fazer. O exercício de reflexão que estou propondo vai ao encontro das experiências que tive ao longo dos anos de trabalho neste campo, mas que não podem ser entendidas como a generalização de quais os desafios e possibilidades todas(os) enfrentam no seu fazer cotidiano nesta política. Mas a partir da minha inserção enquanto trabalhador, desejo compartilhar análises que produzem inquietações e movimentos.

Outra condição importante a ser considerada neste processo, é que não se trata de negar as diferentes formas de pensar e entender o fazer cotidiano quando almejamos construir um certo consenso em relação às práticas profissionais. Talvez o reconhecimento das diferenças possa ser, inclusive, a possibilidade de avançar coletivamente no debate acerca do trabalho.

Exemplo disso, é quando me recordo de uma reunião da equipe de gestão que tivemos na Secretaria, a fim de discutir quais seriam nossas intervenções para aquele primeiro ano de trabalho e conseqüentemente para os próximos três anos. Percebi naquele momento o quanto os nossos entendimentos sobre a Vigilância Socioassistencial eram diferentes. Entretanto, eles buscavam o mesmo objetivo. Qualificar e aprimorar o trabalho da Assistência Social nesse município no interior do Estado de São Paulo.

Se a Vigilância foi uma das prioridades elencadas por nós, nossa comunicação e nossa práxis perante as equipes no território não poderiam ser entendidas como ações menos importantes para o andamento do trabalho.

Neste contexto de aproximação com as equipes dos serviços, havia a expectativa com o fazer da Vigilância Socioassistencial, do monitoramento e da avaliação compor as ações no território e também uma preocupação com o cumprimento do planejamento voltado a sua implantação.

A especificidade deste trabalho é recente na política, ganhando destaque por ser mais uma, dentre as outras chances que temos de rever e qualificar o processo de promoção e execução da proteção social no SUAS, a partir da gestão da informação e da possibilidade de identificar pessoas que ainda não acessaram as políticas públicas setoriais e, em especial, os direitos socioassistenciais:

A vigilância socioassistencial introduzida pela Política Nacional de Assistência Social em 2004 – PNAS/2004, reiterada em normas e legislações seguintes, ao ser considerada uma função da política ao lado da proteção social e da defesa de direitos instala uma condição que ainda é pouco incorporada em seu pleno entendimento. Refere-se com essa afirmação que, ao ser a vigilância socioassistencial função de uma política pública, seu âmbito de presença e responsabilidade extrapola a condição auxiliar ou função meio da proteção social. No âmbito da política de assistência social estão presentes reponsabilidades em prover atenções e cuidados aos cidadãos e cidadãs quando da vivência de desproteções causadas pela ausência de provisão de seguranças sociais de acolhida, convívio, sobrevivência, renda, apoio face a ocorrência de fragilidades etárias, ou decorrentes ameaças, discriminações, vitimizações, violências à dignidade humana que colocam em risco e fragilidade pessoas independentemente da idade, sexo, religião e opção de vida presentes na população (SPOSATI, 2017, sp).

No entanto, ao mesmo tempo que a Vigilância passa a ser incorporada ao modo como uma gestão pode vir a produzir processos de decisão mais organizados e com objetivos mais bem direcionados, corre-se o risco também de tornar sua ação como algo que produz uma espécie de saber especializado sobre o campo social. Talvez o risco desta devolutiva - entendida também como gestão da informação - não ser incorporada ao processo de trabalho das equipes enquanto possibilidade de ampliação do debate acerca da proteção social que se oferta no território esteja relacionado à forma como a lógica de organização do trabalho cotidiana nos serviços não vêm permitindo espaços de reflexão e planejamento das ações. Ou seja, qual a relação entre a produção de consensos nos espaços de trabalho a partir das intervenções organizadas por um grupo de profissionais e a possibilidade de construir uma sociedade menos desigual?

Outra questão importante que vem me inquietando é que ao produzir as informações, o fazer da Vigilância Socioassistencial pode gerar, em alguns casos, angústia aos envolvidos quando, por exemplo, se problematiza o andamento do trabalho e sua relação direta com o fortalecimento de relações comunitárias no território. Se as informações organizadas pela equipe de Vigilância Socioassistencial podem possibilitar e ampliar os olhares em relação a processos decisórios voltados a dialogar com a realidade das demandas apresentadas pelos sujeitos, ela também pode evidenciar para as(os) trabalhadoras(es) os problemas e as situações complexas de um determinado local. Isto é, se há especulações sobre a quantidade de pessoas em extrema pobreza e vítimas de violência que já circula entre os profissionais, pois são eles que estão no contato direto com os sujeitos, quando apresentamos os números em formato de gráficos e referenciamos as famílias pelo CEP informado no cadastro, isso assusta e provoca estranhamento.

Digo isso porque a ideia de que o fazer da vigilância ao trazer informações para as

equipes acerca do território por si só iria ou irá qualificar as intervenções a serem realizadas, na prática isso não acontece. É interessante pensar também que as próprias informações devolvidas foram produzidas pelas equipes, mas quando apresentadas em uma linguagem que pretende a partir das evidências quantitativas promover, ampliar e qualificar o debate acerca da qualidade desta política social, me leva a refletir mais uma vez, sobre como porventura o fazer enquanto processos de reflexão não encontra espaço dentro das equipes - gestão na Secretaria e gestão no território por parte das equipes. E como se os números ali representassem qualquer outra coisa, menos a prática daqueles sujeitos responsáveis pela sua produção.

Portanto, não parece fácil entrar em contato no trabalho social com números que irão exemplificar a complexidade do que já é vivenciado no atendimento cotidiano de um serviço. Ao mesmo tempo, acredito que entrar em contato com essas informações possivelmente facilitaria o andamento das discussões voltadas a organização do trabalho no campo das políticas e, em especial, da Assistência Social. Efetivaríamos na prática um debate qualificado, capaz de superar o campo das generalidades que tendem a apresentar olhares mais pessimistas sobre a realidade e que impedem o exercício em constante movimento que condiciona o fazer da práxis. Como Sposati (2006) já nos traz:

O dimensionamento dos riscos e das vulnerabilidades, como condições prioritárias na assistência social, não retira a preocupação com o desenvolvimento da atenção ao quase risco ou com a descoberta de iniciativas inibidoras da presença ou do agravamento da vulnerabilidade. Só assim a assistência social, como política pública, alcançará sua efetividade (p. 120).

Os conhecimentos adquiridos a partir do contato com os dados quantitativos também facilitaria o debate acerca da necessidade de efetivar o controle social sobre as ações do poder público. Cobrar que haja propostas que estejam voltadas a produzir melhorias na forma como as pessoas vivem e ocupam os espaços da cidade. Entretanto, suponho que as informações geradas podem produzir, além disso, angústia para as(os) trabalhadoras(es). Ou seja, ao mesmo tempo que reconhecer a existência de pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade e desigualdade social nos leva a fomentar políticas de atenção e cuidado, nosso desafio também é cuidar para que as trabalhadoras(es) ao entrar em contato com essas informações não se sintam paralisados e sem perspectivas, mediante a tantas complexidades que estão presentes em nossa realidade social.

Há que se refletir, também, que no atual momento de crise política e ética vivenciada pelo nosso país que sofre com os ataques aos direitos da população, em virtude de políticas antidemocráticas e pautadas por certezas que produzem discursos de ódio, buscando romper,

principalmente, com o pacto social de garantia de direitos sociais voltados a promoção e defesa dos direitos humanos, talvez o uso de informações concretas seja um caminho estratégico para voltarmos nossas atenções a debates públicos feitos com responsabilidade ética e política. Isto é, apresentar, por exemplo, índices acerca da necessidade de cobertura de certas políticas em um território podem suscitar o debate a respeito da necessidade de garantir investimentos e continuidades em ações voltadas a promoção da proteção social.

Muito embora saibamos que as concepções éticas podem produzir as práticas de avanços, retrocessos e outros movimentos para o campo social de maneira independente dos números, podemos pensar nestes como uma proposta de avanço para o campo das discussões e das ações. Um fazer que pode operar sobre o que circula no discurso da sociedade de mercado e “das estatísticas”, as quais são colocadas enquanto medidas “suficientes em si”. Porém, os números se utilizados de maneira equivocada e despreparada, expressam a falta de processos de reflexão. Isso acontece, por exemplo, com o tema “da eficácia” e “da eficiência” que existe na suposta autoexplicação que é promovida enquanto verdade a partir do quantitativo.

Todavia, insisto que há, nesta condição dos números, uma brecha que podemos operar. A análise do processo de trabalho a partir dos números e que estão diretamente relacionados ao que se propõe enquanto intervenção no território, muito possivelmente irá permitir que os olhares sobre a ação cotidiana sejam ampliados e qualificados, bem como incorrerá em menos generalizações e mais proximidade com as demandas dos sujeitos. Se os números forem entendidos enquanto medida estratégica para o debate sobre a responsabilidade do Estado, farão o contraponto àquelas práticas e discursos voltados a diminuir a importância das políticas sociais de proteção social. Enquanto brecha, a Vigilância Socioassistencial deve, portanto:

(..) buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios (BRASIL, 2013, p. 11).

Trata-se de operar com a necessidade de fazer a defesa de um projeto societário, mais justo e solidário a partir das políticas como condição capaz de reduzir os efeitos da desigualdade social e garantir sobrevivência e continuidade da vida para a grande maioria da população. Há que se pensar que não temos como prever qual medida é mais adequada quando o assunto é dialogar sobre as políticas públicas. No entanto, se podemos reconhecer a sua importância enquanto um campo de ação em constante movimento e que se produz a partir dos próprios movimentos da vida, certamente podemos construir um outro jeito de nos organizarmos

socialmente. Não temos uma forma pronta para produzir mais qualidade de vida aos sujeitos, mas me parece fundamental que o movimento de nossa prática nos permita alcançar novos horizontes éticos e políticos, todos os dias e em todos os campos de ação possíveis para a defesa por direitos sociais como bem coletivo conquistado. Nesse sentido, a comunicação entre os atores envolvidos é uma ferramenta-chave para a efetivação de uma práxis criadora.

A comunica(ção) e os processos decisórios no fazer socioassistencial

A partir da criatividade, da sensibilidade e da coragem para mudança do modo como pensamos e existimos diante da vida em sociedade, a descrição acerca da forma como as práticas sociais se alinham para a construção qualitativa de propostas, menos focalizadas, segmentadas e em caráter descontinuado no campo das políticas, pode ser uma possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Não se trata apenas de evidenciar o como se faz, pois correremos o risco que isso torne-se algo sem sentido. Estou preocupado, sobretudo, com o porquê se faz e quais objetivos comuns buscamos atingir com as mudanças que passam a ser entendidas como necessárias para garantir um alcance maior e mais adequado aos interesses coletivos.

Um exemplo dessa discussão é quando o método de execução de grupos ou atendimentos individuais tornam-se protocolos, ao invés de estratégias de aproximação e construção de diferentes sociabilidades. Quando isso eventualmente acontece, a sensação é de que estes espaços pouco funcionam e não levam a lugar algum.

Ocorre que a tentativa de ampliar o debate sobre as práticas sociais como condição importante que compõe as estratégias de mudanças sociais mais amplas parece ser um caminho viável e possível para qualificarmos a discussão sobre o fazer no campo das políticas públicas. Trata-se, principalmente, de intensificar o diálogo entre os atores sociais envolvidos com o cotidiano de trabalho institucional destinado aos atendimentos dos sujeitos que buscam os serviços públicos de modo geral, sejam eles de saúde, habitação, cultura, transporte ou, no nosso caso, de Assistência Social.

Dialogar sobre como se faz e o porquê se faz, considerando o conhecimento e a experiência adquirida para e pelo trabalho apresenta-se como uma ferramenta potente para as trabalhadoras(es) descreverem e reafirmarem suas práticas. Suponho que acreditar no que se faz é um passo importante para caminharmos na direção da qualidade da oferta dos serviços públicos no território, distanciando-se de propostas improvisadas e que respondem, em certas ocasiões, a interesses particulares. Em outras palavras, trata-se de discutir a oportunidade de

reconhecer o lugar do bem comum a todas(os) enquanto conquista por direitos sociais que impactam diretamente na forma como as pessoas vivem. Propor o debate sobre as possibilidades de experimentar e promover novos encontros entre os sujeitos nos equipamentos do SUAS - trabalhadoras(es) e pessoas que frequentam os serviços -, é a tentativa de garantir a construção de novas sociabilidades comunitárias, que sejam mais solidárias e que possam ser experienciadas nos espaços públicos (BRASIL, 2013).

Dessa maneira, a discussão voltada a promover o reconhecimento do SUAS - nos seus poucos mais de 13 anos de implantação -, ao propor a execução de diversos serviços, programas e projetos, é algo que oportuniza que a sua função ética e política no campo da proteção social seja valorizada. Seu campo de ação buscou redirecionar o que era visto como caridade e ação subsidiária. Ademais, a construção de novas regulamentações permitiu a ampliação da concepção de cidadania no Brasil do ponto de vista da responsabilização do Estado, criando a obrigação de que conquistas sociais pactuadas com a constituinte de 1988 fossem tratadas, neste sentido, enquanto direito que produz melhorias nas condições sociais de milhares de brasileiras(os) (SPOSATI, 1997).

Considerando os processos históricos da Assistência Social, podemos crer que a implantação do SUAS embasa-se na tentativa de capilarizar o atendimento aos sujeitos pelo território, buscando interferir no quadro social desigual que aparece de diversas formas na realidade de todo o país. Dessa maneira, cabe refletirmos sobre como os atores sociais envolvidos diretamente com este novo arranjo - o qual representa, acima de tudo, um novo posicionamento ético e político no enfrentamento à desigualdade e às condições de pobreza que esta produz - conseguiram e conseguem analisar, explicar e defender o lugar da Assistência Social enquanto fazer que pode vir a produzir mudanças na forma como as pessoas vivem e se relacionam com a construção da cidadania.

O aprimoramento dos espaços de diálogo conduzidos ao reconhecimento do fazer coletivo é essencial para a construção de estratégias de execução da política que almejam mudanças sociais mais amplas e estruturais acerca do funcionamento da sociedade brasileira, bem como em relação a forma como os sujeitos vivem e participam dessa construção (BRASIL, 2013). Pensar na qualificação do processo de trabalho pode facilitar o reconhecimento acerca da especificidade de cada ator envolvido com o fazer cotidiano para além das intervenções técnicas operacionais. O compartilhamento desta ideia que traz consigo questões éticas e políticas potentes defesa conjunta de uma sociedade que acredita e promove os Direitos Humanos enquanto condição essencial para a construção de um projeto civilizatório menos excludente e violento.

O fazer cotidiano enquanto práxis política e ética não deve se guiar pelo “tarefismo”. Se o trabalho é conduzido nessa direção, tende a produzir um gerencialismo do tempo e, em virtude disso, a quantificação dos métodos de intervenção pode produzir processos de trabalhos alienados e distantes de qualquer intencionalidade coletiva, ética, política e humana.

Há que se considerar neste processo que o mais importante é rever e refletir sobre as posturas de atuação que não se limitem a dominar pressupostos técnicos que irão dar conta de prever toda complexidade do campo de ação. As várias manifestações dos efeitos da desigualdade social no cotidiano dos sujeitos as ações são, por si só, complexas e apresentam desafios a serem superados que não respeitam um tempo cronológico de uma intervenção planejada (DEDECCA, 2015).

Contudo, não estamos dizendo que as intervenções técnicas planejadas e estudadas não são importantes, pois se nos cristalizamos neste discurso, podemos cair na falácia habitual das instituições em querer produzir a separação entre teoria e prática. O que acredito ser fundamental é reconhecer o porquê realizamos esta ou aquela ação.

Não se trata, portanto, de invalidar ações orientadas tecnicamente, a partir de formulações teóricas que buscam questionar o campo de atuação, assim como não se trata de pensar que a prática será a consequência da teoria (SANCHEZ, 2011). O mais importante é que haja a possibilidade de refletir a respeito da construção de uma ética voltada à defesa da vida e da garantia da universalização dos direitos sociais que possa superar a lógica individual do mérito, para um processo de construção coletiva (co)responsável.

Nessa direção, acredito no caminho que podemos percorrer enquanto atores do fazer social capazes de discutir que um dos efeitos da desigualdade social - por vezes negligenciado nas discussões sobre políticas públicas -, é o fim das relações sociais que buscam construir sociabilidades mais solidárias, afetivas, coletivas e, principalmente, que negam a dimensão do sofrimento gerado neste sujeitos (SAWAIA, 2014). Estas questões talvez estejam sendo cada vez menos vivenciadas e discutidas. Segundo Torres (2016):

Cabe também destacar a importância da relação com todos os profissionais dos serviços e com os usuários entre si. A direção da proteção deve ser uma finalidade para todos, numa direção técnica, ética e política clara que radicaliza na consolidação de princípios (p.145).

Portanto, se ainda há a necessidade de estabelecer uma relação de todos, uns com os outros, isto deve-se pela insistência de certa dificuldade – que não se restringe à(ao) trabalhadora inserida em uma instituição, ou à pessoa usuária de uma política pública - de encontrar espaços coletivos onde é possível compartilhar suas histórias de vida, e se sentir pertencente socialmente

a um grupo e, principalmente, de ser ouvido e acolhido neste espaço sem ser julgado por concepções moralistas e legitimadas por inúmeras regras de convivência “politicamente corretas” e socialmente aceitas. Ou seja, é importante pensarmos sobre as dificuldades que existem na atualidade das pessoas se fazerem ouvidas em espaços públicos no sentido de ampliar as formas de convívio, de forma que podemos crer que a possibilidade que isso aconteça, por exemplo, em um equipamento da Assistência Social irá promover, sobremaneira, diálogos sobre questões sociais que perpassam diretamente a singularidade destes sujeitos ao ocupar o mundo.

O fato de conseguir opinar sobre temas pulsantes na sociedade e a tentativa de romper com velhas estratégias de construção deste diálogo, o qual tende a culpabilizar individualmente os sujeitos, pode ser alterada se eventualmente discutirmos a questão das responsabilidades como uma questão coletiva.

Os desafios para os espaços de debate, nesse sentido, aparecem no âmbito das produções de consenso e nas inúmeras ações que tendem a impedi-las. Parece-me que, em alguns momentos, há a sensação de que não se chegará à solução alguma, porque não somos capazes de identificar nossas dificuldades na condição de grupo que luta pelo direito do outro como garantia do próprio reconhecimento singular enquanto sujeito cidadão que exerce seu direito de existir e participar desta construção social.

Ao refletirmos sobre o exercício da democracia no cotidiano da sociedade brasileira, suponho que os espaços de decisão não estão consolidados. Mesmo que a discussão sobre controle social tenha avançado, em certa medida, no âmbito da Assistência Social, apenas a institucionalização dos conselhos, por exemplo, não basta. Acredito que podemos avançar perante aquelas ações que estiveram voltadas a criar formalidades no plano das Leis. Quem sabe possamos resgatar debates que promovam processos de reflexão e que consequentemente possamos a partir deles, reconhecer o controle social como espaço de insurgência da população (BRAVO, CORREIA, 2012).

Quando analisamos nossa organização social, observamos que o controle sobre as ações do Estado ainda não se tornou efetivamente social, do ponto de vista de incentivar, valorizar e garantir a participação popular. Talvez este debate possa ser inserido no processo de trabalho como algo que está muito além de garantir que haja, ou não, grupos nos estabelecimentos institucionais da Assistência Social, ou mesmo a indicação de pessoas usuárias a cadeiras de representação nos conselhos municipais. Tais ações, esvaziadas de sentido, podem reforçar a ideia de “inoperância forjada intencionalmente” por aqueles que detêm o poder e que não querem ser destituídos deste lugar (Idem, 2012).

Isso me leva a refletir que, dentre outras questões como já apresentamos, se não aprofundarmos o debate sobre relações sociais subjetivas e afetivas no campo da proteção social e que estão presentes nas práticas sociais cotidianas para além das condições econômicas e políticas, corremos o risco de tornar invisível o sofrimento gerado nas pessoas que não acessam bens e serviços e, por consequência, que não conseguem estar nos espaços coletivos.

O desejo pode ser pela mudança de nossas percepções em relação à análise do campo da proteção social, para privilegiar a construção de consenso político e ético em detrimento dos olhares individuais que podem produzir discursos de ódio e o acirramento das relações entre os sujeitos. Portanto, cabe refletir sobre a metodologia de trabalho enquanto ferramenta viável para o reconhecimento de caminhos possíveis para o fazer nas instituições, bem como para a ampliação da concepção e dos entendimentos sobre o trabalho desenvolvido por uma equipe. Em relação a isso, Torres (2016) afirma:

Diante disso, afirma-se que o processo e a metodologia de trabalho devem ser obrigatoriamente fomentadores de convívio social, o que exige a adoção de algumas atitudes orientadas por uma postura ética, capaz de promover a escuta comprometida e fortalecedora do interlocutor; as práticas horizontais e dialógicas; a capacidade de criar situações que permitam experimentar convivência protetiva entre os próprios sujeitos e entre eles e os profissionais do serviço (p. 152)

Outro ponto que considero importante pensarmos em relação à metodologia do trabalho ser o espaço de promoção e execução da proteção social no SUAS para além do trefismo que às vezes se produz cotidianamente, é o fato de uma proposta a ser organizada por uma equipe no território, por exemplo, não ser confundida com um manual de instruções para o campo social.

Nesta direção de propor o debate sobre as formas de intervenção apresentadas por uma política de proteção social, tendo em vista minha práxis neste campo enquanto desejo pelo compartilhamento de experiência e sua relação com a práxis de outros colegas, quero trazer para a discussão sobre o processo de trabalho, algumas condições e inquietações produzidas pela aproximação com o campo da Educação permanente e que atravessaram e atravessam minha trajetória de trabalho nesta política.

O formar-se permanente

Assim como a Vigilância Socioassistencial pode ser considerada uma ação recente na Política de Assistência Social, a Educação Permanente organizada enquanto proposta que

busca a ampliação e a qualificação da oferta dos Direitos Socioassistenciais, é uma ação ainda mais nova.

A fim de contextualizarmos o processo de formação na Assistência Social, a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS (2013) traz:

Educação Permanente não se refere apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ela diz respeito a formação de pessoas visando dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos e meios de ação apropriados aos diferentes contextos da vida e de trabalho e à resolução de problemas (BRASIL, 2013, p.33).

Ainda sobre a Educação Permanente no SUAS, é importante destacar que:

(...) deve responder às questões, demandas problemas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores e conselheiros e, combinado com isso, instituir um processo de ensino e aprendizagem, investigação e construção de saberes e conhecimento calcado na valorização da interdisciplinaridade, fundamentada no reconhecimento dos saberes específicos de cada área, na sua complementariedade e na possibilidade de construção de novos saberes (Idem, 2013, p. 36)

Se podemos analisar o processo de trabalho, enquanto possibilidade de colocar em discussão, bem como alcançar no horizonte das práticas outro modo de nos organizarmos socialmente, muito possivelmente esta mudança não acontecerá sem processos de formação. Se há possibilidade de revermos nossas práticas cotidianas, talvez possamos construir propostas formativas, no caso dos processos formativos para e pelo trabalho, que não estejam preocupados em dominar um conjunto de técnicas capazes de intervir de maneira “precisa” sobre os problemas sociais. Para tanto, trago fragmento de um diário de campo enquanto condição de análise da própria práxis:

Será permanente? De um corpo diário

Data: 24/01/2018

Hoje pela segunda vez na semana estive trabalhando com a estruturação do Núcleo Municipal de Educação Permanente. Desde que cheguei à Secretaria sempre coloquei esse tema em destaque. Penso ser de extrema importância criar condições para que trabalhadoras(es) possam se repensar na execução do processo de trabalho. Que juntas(os) possamos nos reposicionar eticamente no coletivo para então alcançarmos objetivos maiores. Um outro jeito de pensar e agir. Minha expectativa com esse processo de formação é dar uma outra cara para o que conhecemos de

“capacitação”. Que entendimentos coletivos produzimos acerca do tema. Acredito que em sua grande maioria, as capacitações não respeitam a singularidade do território e quando não apresentam metodologias que mais parecem chover no molhado. Estou empolgado com a nova ação de formação que vamos discutir juntxs. Quero apresentar uma proposta que seja coerente. Que possa dialogar com as equipes e que se aproxime do tempo de cada um que está inserido no processo de trabalho. Quero participar dos debates que buscam trazer as pessoas para se comprometerem com o processo. Que elas possam de fato mexer na proposta. Que tragam suas questões, posicionamentos, sentidos, angústias. Enfim, tudo aquilo que os constitui enquanto sujeito. Hoje em nossa reunião de gestão disse que estava trabalhando na questão do plano. Contive minha ansiedade em querer ficar a tarde todo falando das expectativas e não me demorei ao relatar o andamento do processo. As pessoas da minha equipe também tinham pautas e então era preciso respeitar o encaminhamento dos assuntos. Assim também construímos educação permanente. Não sei de fato o que esperar com tudo isso. Sempre imaginei que não precisaríamos de um espaço formal e instituído para dar movimento ao processo de reflexão no trabalho. Prefiro e estou acreditando que a “institucionalização” da Educação Permanente irá proporcionar bons encontros entre todas(os) que trabalham na Política de Assistência Social. Acredito que até o fim da semana vou direcionar toda minha atenção a escrita do plano. Não sei quando vou ter a oportunidade de participar desta construção coletiva e tão significativa no cenário do município de Ourinhos-SP. Quando os nomes para comissão do núcleo vão se apresentando, eu fico bem animado. Talvez possa não parecer, mas ninguém virá para a discussão na medida em que este tema não movimenta cada um. Todas(os) nós temos expectativas e desejos diferentes em relação a construção do núcleo e da política de formação. Afinal, por onde passa o nosso desejo neste processo? Quais são nossas expectativas e desejos para o coletivo? Muitas coisas passando por mim neste momento. A ansiedade é grande e as expectativas são as melhores possíveis. Será que vamos conseguir construir este plano? Ele irá atender os anseios da maioria? Seremos capazes de tornar esse processo menos vinculado a capacitação para se tornar de fato algo permanente? Ainda não sei. Vamos seguindo, pois a semana a semana não acabou, mas é dia de pausa...

Se a possibilidade de reflexão for conduzida a promover processos de formação emancipatórios que buscam ler a realidade - antes que se conheçam as letras -, estaremos preocupados em promover uma prática educativa crítica (FREIRE, 2015). Isto é, como podemos refletir sobre os processos de formação que não se restrinjam a espaços formais?

A intenção de trazer para a discussão o tema da Educação Permanente, tendo em vista o processo de gestão do trabalho no SUAS, diz sobre as minhas inquietações ao analisar o

quanto a formação pode estar inserida ou não no cotidiano de trabalho. Reflito, neste sentido, sobre duas questões que considero importantes para a discussão: o anseio por “resolutividades” do cotidiano a partir de processos de capacitação pontual como algo que vêm sendo recorrente nos serviços de Assistência Social e a dificuldade de operacionalizar processos de formação nos espaços de trabalho que sejam reconhecidos como produção de conhecimento coletivo. Há que se pensar se seremos capazes de produzir entendimentos que possam valorizar no cotidiano de atuação profissional processos de formação que não estejam restritos a identificar problemas – agir pontualmente sobre eles – ou, quem sabe, lamentar que a falta de solução para as dificuldades da execução desta política que podem estar relacionadas, em certas ocasiões e que eventualmente circula pelas equipes, quanto à falta de domínio de uma técnica a ser aplicada com “sucesso”.

Em alguns casos, me pergunto: será que os processos de trabalho na Assistência Social que buscam ser qualificados entendem que o caminho mais adequado é dominar um modo de intervir entendido como uma fórmula a ser copiada?

A título de exemplo sobre como talvez a demanda por “capacitação” pode aparecer em um serviço ou mesmo na rede, lembro-me de um encontro da rede intersetorial:

Aderência capacitada? Capacitação aderida?

Data:17/11/2017

Uma colega nos disse: “Eu gostaria de participar de uma capacitação que me desse uma solução para falta de participação nos grupos(...) “Alguma técnica específica que fosse capaz de fazer as pessoas ficarem interessadas em ouvir a gente fazer as orientações sobre as obrigаторiedades do Bolsa Família (...) “Não é possível que depois de tudo que eu planejei as pessoas, ainda não aderirem a proposta”.

Quando escuto colegas dizerem que necessitam de alguma “técnica” que possa ampliar a participação nos grupos de acompanhamento do PAIF em relação às famílias beneficiárias do Bolsa Família, entendo esta fala como um pedido de ajuda. Imagino esta situação, o quanto ela pode estar sobrecarregada de afazeres e, principalmente, fico pensando sobre como a lógica institucional dos serviços públicos - porventura, mais preocupada em fazer orientações às famílias - impede que haja processos de reflexão que possam ser inseridos na rotina trabalho. Fico pensando também que, quando não há a possibilidade de compartilhar as angústias e desafios quanto à proposta de acompanhamento na condição de acesso a direitos sociais, muito possivelmente o que irá se produzir é o adoecimento desta trabalhadora, além da sensação de inoperância no campo social que reforça e valida os aspectos tecnicistas e burocráticos da relação entre as pessoas usuárias do serviço com o Estado, tendo em vista sua responsabilidade em propor ações de interesse público.

Convidado a refletir sobre esta questão quando nos propomos a escrever um Plano Municipal de Educação Permanente no meu atual local de trabalho, foi importante pensar o que nos disse Paulo Freire, ao problematizar a ideia da educação voltada a manutenção dos interesses dominantes. Segundo Freire (2015):

Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista a sua maneira, progressista pela metade. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendido e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. (p. 97)

Quando analiso o que Paulo Freire (2015) propôs para os processos de formação, sobretudo, de uma nova ética social e humana, considero que, quando há incentivos a processos de capacitação que sejam pontuais nos serviços públicos, em especial no SUAS, que não estejam próximos destas reflexões quanto aos objetivos éticos da ação, esses podem reafirmar o lugar do pragmatismo e da falta de sentido em relação ao trabalho. Em certa medida, quando me recordo da fala da colega de trabalho que usei como exemplo, que busca uma “ferramenta” de trabalho que não está ao seu alcance e que haveria, portanto, uma expectativa de que esta possibilidade exista, reflito sobre o quanto este processo de trabalho pode estar alheio as questões históricas, políticas, sociais, econômicas e subjetivas que produzem as demandas dos sujeitos no território.

Há que se pensar se, antes de uma possível capacitação que nos “ensine” como fazer, somos capazes de nos reconhecer primeiramente enquanto sujeitos que observam, comparam, avaliam, escolhem, decidem e que rompem com os supostos saberes/verdades que nos impedem de nos tornar, sobremaneira, sujeitos éticos (Idem, 2015). Neste sentido, compartilho outro fragmento do cotidiano de trabalho em relação à Educação Permanente:

Reunião do Núcleo de Educação Permanente: o que vamos fazer mesmo?

Data: 14/05/2018

Tenho a impressão de que discutir Educação Permanente na secretaria tem sido um dos temas mais polêmicos do trabalho. O que todas(os) diziam ser uma tarefa aparentemente tranquila, vem sendo um grande bate cabeça. Tranquila por que eu, assim como outros colegas da secretaria pensávamos: Afinal, quem não quer discutir educação permanente? O que parecia estar relacionado ao campo do desejo das(os) envolvidas(os) com processo, tornou-se a obrigação posta pelo cotidiano. Mais uma reunião com data e horário marcado para iniciar que no fim das contas as pessoas

vinham ou porque a gerente indicou ou porque era uma “convocação” da gestão. O que parecia ser, repito, um lugar para o desejo de fazer acontecer, tornou-se a obrigação e que mais parecia um espaço, apenas, para falar das dificuldades do trabalho. Uma colega no início da reunião disse: quanto a educação permanente aumenta no meu salário? Fiquei paralisado. Me faltavam palavras para qualquer resposta. É interessante pensar como o tema da educação permanente gera tanta resistência. Fiquei com a impressão de que quando as pessoas iam até o espaço porque tornou-se mais uma “obrigação”, é porque elas estão dizendo que não há nada de diferente a ser feito na Assistência. Na reunião, uma outra colega disse: “gente, nós já discutimos milhões de vezes a educação permanente e na verdade o que a gente precisa é de capacitação. É isso! A gente sabe que as pessoas vão até o CRAS por causa da cesta básica e a gente não sabe mais o que fazer diferente disso. Precisamos de mais capacitação que possa nos ajudar a fazer diferente. A reunião prossegue e parece que não saímos do lugar. A discussão é confusa e a pergunta é sobre o quanto de recursos a gestão iria liberar para participação em eventos externos. Quantas diárias disponíveis para cada serviço. Saio desgastado da reunião. A impressão é de que não iríamos a lugar algum. Mas sei que o simples fato de estarmos discutindo coletivamente o tema já estamos caminhando para algum lugar. Pensando algumas possibilidades, mesmo que a lógica institucional que nós mesmos produzimos nos diga que não há tempo hábil para formação no trabalho. Seguimos!

Olhando para o relato feito após uma reunião do Núcleo de Educação Permanente (NEP), reflito sobre a necessidade de construirmos para caminhar com uma educação que esteja para além dos interesses do Capital (MÉZAROS, 2008) enquanto a chance de inverter os processos de análise que condicionam, por vezes, as intervenções das(os) trabalhadoras(es) do SUAS. Me pergunto: se a lógica institucional produz o esvaziamento dos espaços de reflexão como estarão as práticas produzidas nestes espaços?

Romper, neste sentido, com um certo discurso fatalista, próprio ao ideal neoliberal, o qual coloca em destaque os interesses do mercado ao invés de considerar primeiramente os interesses humanos (FREIRE, 2015).

Parece-me importante incluir nos processos de análise sobre o fazer no SUAS a possibilidade destes em ponderar e avaliar constantemente que o planejamento de uma intervenção - que pode ser feita em um grupo, assembleia, atendimentos particularizados, etc. -, não deveria desconsiderar a dimensão histórica, política, social, cultural e subjetiva dos sujeitos (SAWAIA, 2014). Se tais condições forem incorporadas ao processo de trabalho considerando, inclusive, a subjetividade das(os) trabalhadoras(es), temos a oportunidade de produzir uma forma de intervenção na Assistência Social que pode escutar mais os sujeitos,

ao invés de priorizar ações que se restrinjam à orientação as famílias.

Busco problematizar a questão da família enquanto objeto de orientação/intervenção do Estado, pois me incomoda o fato de que, por vezes, essas são subjugadas a respeitar um ideal de família “normal” que a sociedade busca produzir, em especial, para aquelas que mais sofrem com a desigualdade social e, conseqüentemente, estão em condição de pobreza e miserabilidade não só econômica, mas também afetiva e social. Me parece mais interessante pensar a questão da família, a partir da discussão feita por Rosa (2016):

Na relação sujeito e cultura, abordar os laços familiares elucida como as modificações na sociedade têm interferido na constituição do sujeito e do laço social e quais são as atuais ilusões e formas de expressão do mal-estar. Revisitar a família, lugar tradicional de transmissão, permite perceber o lugar do pai, da lei, da sexualidade e o tipo de transmissão que baseia a constituição subjetiva (ROSA, 2016, p. 98).

Trata-se de refletir constantemente sobre a questão das orientações: se buscam superar uma concepção de acesso a direitos voltada à manutenção da caridade e da benesse, transcendendo a processo que reconhece, discute e avalia permanentemente a responsabilidade do Estado em garantir bens e serviços aos sujeitos. Como nos coloca a pensar Rosa (2016), ao problematizar o lugar da família, esta trata-se de uma estrutura, em outras palavras, que reproduz toda uma organização social e subjetiva que não deve ser pensada apenas e unicamente enquanto objeto de intervenção a ser moldado e produzido a partir dos interesses do mercado. Podemos refletir, neste caso, sobre a chance de não tornar a família algo que precisa ser constantemente mudado e conseqüentemente como o centro das intervenções proposta pelo processo de trabalho no campo da Assistência Social.

Ou seja, a relação que supõe que o outro é alguém incapaz de refletir sobre a própria vida reforça uma estrutura social desigual? Quando estas orientações acontecem nos serviços desconsiderando a singularidade destes sujeitos, elas estão buscando reconhecer o interesse público nas ações do Estado ou estão hierarquizando a relação com o campo de direitos?

Trago essas questões para análise porque não é o caso de qualificar, apenas e unicamente, a metodologia de intervenção no trabalho que supostamente irá resolver os problemas sociais. Mas, ao incorporar as condições históricas e culturais que nos levam a refletir, por exemplo, sobre a participação destes sujeitos em processos grupais, ou mesmo em atendimentos particularizados, ampliamos nosso olhar sobre a forma como as pessoas se sentem acolhidas e, sobretudo, respeitadas e pertencentes aos espaços públicos da Assistência Social, enquanto a possibilidade de construir suas trajetórias de vida considerando a dimensão do desejo, das escolhas e dos afetos, ao invés de serem vistos como um “público alvo em

miserabilidade”, de forma a naturalizar que a ação do processo de trabalho na Assistência Social é corrigir os pobres e resolver a pobreza. Como um processo de trabalho seria capaz de resolver todas estas questões?

Me parece importante refletir que, nesta relação de construção do processo de trabalho o qual liga-se diretamente ao campo da subjetividade do outro e, conseqüentemente na forma como ele se relaciona com a construção dos seus direitos, a necessidade de incorporar estratégias de enfrentamento a exclusão deve ser tanto do campo jurídico e material, quanto afetiva e intersubjetiva, isto é, que compreende o excluído não só dos bens materiais, mas por completo na luta pela conquista de sua cidadania enquanto lugar de fala e de reconhecimento do seu lugar de sujeito (SAWAIA, 2014).

As análises produzidas coletivamente são ferramentas potentes para a compressão de que os pedidos de cestas básica ou benefícios eventuais – fatos recorrentes no cotidiano dos serviços do SUAS – evidenciam uma complexidade que não se resolve e tampouco se esgota a partir da concessão destas ações mais emergenciais e que acarretam uma série de orientações às famílias. Em alguns casos, tais famílias são vistas como seres incapazes de sentir e pensar, o que reproduz, nas práticas dos atendimentos, o distanciamento das questões que podem produzir o sofrimento humano e que estão conectadas à forma de existir. Recordo de outra situação vivida no espaço de trabalho:

Diário de Campo: Das (fragment)AÇÕES cotidianas

Data:15/05/2017

Reunião de equipe, discussão sobre as formas de escuta. Escuto de uma colega:

“As famílias precisam ser orientadas e encaminhadas(...) nosso papel aqui não é ficar ouvindo as questões de depressão dela, afinal o CAPS tá aí pra isso (...) Podemos fazer o encaminhamento e acompanhar se ela foi até lá e orientar que se ela não for não vamos mais atendê-la aqui (...) Ela tem que saber das suas responsabilidades (...)Por isso nosso papel aqui no PAEFI é dizer pra ela o que fazer (...)”.

Pensando minha práxis, em diálogo com a dimensão ética e política do sofrimento discutida por Sawaia (2014), me pergunto como podemos incorporar em nossas análises cotidianas no trabalho, momentos de diálogo que não se restrinjam a apresentação de caminhos mais adequados aos sujeitos que demandam ações da Assistência. Me parece que a questão da orientação está ancorada no fazer da política de Assistência e me questiono se esta condição pode reforçar ou não o lugar da incapacidade e da subalternização destes sujeitos.

Mais do que algo material, talvez o lugar de “invisíveis”, de objetos” de intervenção,

de incapazes, de descrédito quanto ao lugar de fala, pode gerar muito mais sofrimento do que não conseguir retirar, por exemplo, uma cesta básica em um CRAS e até mesmo, no caso do atendimento no PAEFI, ser escutada sem que os formulários de referência e contrarreferência possam se sobrepor a possibilidade de se interessar por aquela história sem antes dizer o que a pessoa precisa fazer. Será que podemos pensar na possibilidade de que os serviços sejam capazes de escutar mais os sujeitos e orientar menos?

A partir desta dimensão ética e política do processo de trabalho, tendo em vista o campo de ação do Estado “protetivo” no Brasil e sua relação com a ação cotidiana na Assistência Social, acredito na possibilidade de nos produzirmos enquanto sujeitos éticos que não produzem suas intervenções ao acaso de subjetivismos que se materializam em ações prescritivas. Por isso entendo que considerar o porquê se faz, com que se faz, que estratégias serão utilizadas e que objetivos comuns somos capazes de produzir, pode ser um caminho possível para que que haja, por exemplo, Educação Permanente nos serviços que impulsionam processos de reflexão acerca das intervenções que não reduzem as práticas de trabalho a dominar ou não uma certa “técnica” de realização de grupos.

Para tanto, considero fundamental incorporarmos as reflexões sobre as ações de gestão do processo de trabalho aquilo que Sawaia (2014) nos convida a refletir quando problematiza o lugar do Estado em assumir seu descompromisso quanto ao sofrimento dos sujeitos nos territórios:

Apreamos que é preciso associar duas estratégias de enfrentamento da exclusão, uma de ordem material e jurídica e a outra de ordem afetiva e intersubjetiva(...). A 1 estratégia é de responsabilidade do poder público, a 2 depende de cada um de nós. Unindo essas duas dimensões, as políticas públicas se humanizam, capacitando-se para responder aos desejos da alma e do corpo, com sabedoria. Nessa perspectiva, a práxis psicossocial, quer em comunidade, empresas ou escolas, deve preocupar-se com o fortalecimento da legitimidade social de cada um pelo exercício da legitimidade individual, alimentando bons encontros, com profundidade emocional e continuidade no tempo, mas atuando no presente (p. 116).

Independente do lugar de nossa práxis, o que nos cabe pensar é como podemos discutir que a preservação da realidade - defesa das políticas públicas – não pode nos paralisar em produzir processos de trabalho cronificados. O momento é para pensarmos que nossas ações podem ser intervenções transitórias, marcadas por um tempo histórico e que estão em constante processo de transformação e reflexão.

Parece-me importante aprofundar o debate acerca das ações experienciadas enquanto criação do processo de trabalho no campo da Assistência Social que possam, enquanto possibilidade, contemplar novos arranjos sociais, políticos, afetivos e solidários que permitam sociabilidades inclusivas, participativas e democráticas. A oportunidade de refletir sobre o

processo de trabalho não pode ser entendida como o fim de todo processo de transformação da sociedade: seria ingênuo de nossa parte supor que uma ação no campo da política pública será capaz de resolver questões complexas de nossa realidade. No entanto, há que se pensar na possibilidade do espaço de trabalho na micropolítica do cotidiano experienciar relações sociais menos desiguais.

Dessa maneira, quando analiso a questão da Educação Permanente a partir do exemplo da construção de um plano municipal voltado a organizar os momentos de formação para e pelo trabalho, tendo em vista os entendimentos que são produzidos nos espaços institucionais da Assistência Social, acredito na possibilidade de não reduzir nossas análises a movimentos mecanicistas que entendem a realidade enquanto reflexo da materialidade e, tampouco - do outro lado -, a um subjetivismo idealista que paralisa a consciência da ação no acontecer histórico (FREIRE, 2015), pois há, no processo de formação para e pelo trabalho, a dimensão dialética e contraditória de um fazer que não está neutro as questões éticas e políticas que produzem a realidade e igualmente nossas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) não pode ser negada a necessidade de crítica do presente, do capitalismo (e, portanto, a validade de seu aspecto crítico). Não pode ser negada tampouco a necessidade de um projeto e emancipação ou de afirmação dos valores - de dignidade, igualdade, liberdade - que o capitalismo nega. Não pode ser negado, em terceiro lugar, que a realização do projeto, a transformação do presente rumo à futura sociedade, exige um conhecimento de suas possibilidades, caminhos e meios de realização (VÁZQUEZ, 2002, p. 211).

Sabemos que a complexidade do tema da proteção social no Brasil enquanto campo de ação do Estado não se esgota nesta discussão. O desafio apresentado é continuar propondo espaços de reflexão que possam contribuir para que a política de Assistência Social e seus respectivos processos de trabalho estejam, cada vez mais atentos às demandas dos sujeitos por acesso a direitos sociais não contributivos e em caráter universal. Defendo que haja iniciativas cotidianas para ampliar os espaços de diálogo acerca dos alcances da ação do Estado, mediante a necessidade de considerar também a dimensão do sofrimento dos sujeitos que chegam até os estabelecimentos institucionais de proteção social, em especial, de Assistência Social.

Entendo que o fazer cotidiano nas instituições pode ser muito mais do que cumprir com as burocracias e que suas intervenções devem ser organizadas e planejadas, mas sem que este processo se distancie da possibilidade de refletir sobre o contexto de atuação profissional em uma política de Seguridade Social complexa e contraditória, como é o caso da Assistência Social. Garantir, neste sentido, a valorização de iniciativas de diálogos que promovam, sobremaneira, o reconhecimento de posturas éticas e políticas voltadas à defesa da vida, tendo em vista a complexidade das relações humanas que se produzem no cotidiano dentro e fora do espaço de trabalho.

A Assistência Social tem o desafio de lidar, diariamente, com as representações da desigualdade social como uma questão histórica e cultural a ser desnaturalizada em relação ao campo das sociabilidades no Brasil. A sua proposta, portanto, não é a de reafirmar ou naturalizar a caridade e a filantropia enquanto lugar de ação, pois é fundamental que as práticas de trabalhadoras(es) reconheçam que os sujeitos que chegam até o território são sujeitos de direitos capazes de fazer suas escolhas e, principalmente, que necessitam de respaldo para que possam construir e caminhar com suas respectivas trajetórias de vida. Para tanto, é fundamental que a dimensão do desejo e das escolhas seja reconhecido pelos atores sociais que fazem a mediação com o campo de direitos como algo inerente à construção de um conjunto de ações públicas

voltadas a promover melhorias na qualidade de vida da população que é atendida.

Isso significa que não podemos aceitar que as práticas nos serviços públicos estejam voltadas à manutenção de uma cultura subalterna, vexatória, a qual foca suas ações na pobreza e nos pobres, mantendo marginalizadas e excluídas as pessoas que demandam proteção social do Estado. Acredito que os sujeitos não querem ser vistos como incapazes e necessitados de uma “ajuda” caridosa. Eles buscam, acima de tudo, serem tratados com dignidade e respeito, de forma que suas histórias de vida não sejam objeto de intervenção do Estado, de forma que possam se sentir acolhidos sem que alguém lhes diga o que é “certo” ou “errado” para suas vidas.

Dizer o que o outro deve fazer a fim de “cumprir” com os protocolos, não me parece ser o papel mais adequado para a promoção da proteção social no território. Entendo que ao agir nesta perspectiva “orientativa”, sem considerar a singularidade das trajetórias, não será capaz de fortalecer e garantir a permanência de vínculos comunitários mais sólidos, solidários afetivos e políticos.

Muito embora algumas pessoas possam desconsiderar o campo das afetividades e da subjetividade no seu fazer cotidiano, ele está permanentemente conduzindo a relação dos sujeitos, uns com os outros, e deles com o Estado e com as figuras que diretamente o representam ali no momento do atendimento, isto é, as(os) trabalhadoras(es) do SUAS, bem como das demais políticas públicas.

Proponho e defendo que os espaços de decisão, reflexão e trocas entre as trabalhadoras(es) sejam também possibilidades para que todas(os) – coletivamente - reconheçam as próprias limitações e contradições inerentes à cada prática, de forma que este momento possibilite, mais do que a definição das “melhores” estratégias, a oportunidade de movimentar o que antes parecia distante de qualquer mudança. Diante disso, defendo que possamos ter sensibilidade política e solidariedade cotidiana para que o processo de reflexão não nos leve ao fatalismo habitual das instituições.

A Assistência Social é feita por pessoas. Não podemos nos afastar desta dimensão ética e humana de nos reconhecermos enquanto pares, por mais que possamos divergir nas ideias e nas ações. Seremos a todo tempo contraditórios e cometeremos erros. Contudo, não se trata de querer negar essa dimensão inerente à condição humana. Acredito que, ao incorporarmos essas condições que nos produzem, principalmente, enquanto sujeitos desejantes muito mais do que executores de uma política, teremos a chance de avançar conjuntamente na construção de um projeto civilizatório capaz de nos tornar sujeitos éticos. É fundamental que possamos nos perguntar conjuntamente, e também no que nos cabe na singularidade, o que queremos e

buscamos ser enquanto sujeitos que transitam pelo espaço de trabalho em uma política pública, mas que vivem, sobretudo, em sociedade. Como nos tornamos sujeitos éticos capazes de fazer escolhas e reconhecer nossas responsabilidades? Não seria capaz de produzir uma resposta pronta sobre o tema. Mas defendo que a possibilidade de refletirmos sobre o que queremos e o que buscamos, seja no espaço de trabalho ou em qualquer outro lugar que ocupamos, teremos a chance de experimentar um modo de viver potente e singular.

É a nossa capacidade de pensar e sentir que pode nos movimentar na execução do trabalho não como algo que se descola daquilo que somos. Mas porque há também a oportunidade de experienciarmos no espaço de trabalho uma vida mais potente e que nos coloca em constante movimento, bem como permite sentir e agir mais, ao invés de estarmos paralisados e nos habituarmos com o que está posto enquanto possíveis norma social para a forma como se entende e vive a vida. Normas estas que produzem discursos homofóbicos, racistas, misóginos, machistas e intolerantes às diferenças. Não podemos e não aceitaremos esses discursos para o nosso cotidiano. Trabalhar na Assistência Social e ocupar o mundo de maneira Ética significa, neste sentido, não aceitar e não ser conivente com a perpetuação destas violências.

Por fim, defendo que possamos preservar o otimismo de uma práxis ética que enxerga as sutilezas e a beleza da vida como um caminho que se percorre a partir da arte do encontro e do desejo pela vida. Podemos ser sempre de outra maneira, pois vida e trabalho, sentir e pensar, ser e estar serão sempre processos dialéticos, singulares e em constante movimento. Afinal, podemos e somos tão singulares que apenas nós mesmos podemos ser esta expressão no mundo, pois nessa trama subjetiva, ética e política, podemos entender que a vida enquanto lugar que se produz nos diferentes espaços é e será sempre um eterno por vir. É este posicionamento diante da vida que defendo. É a resistência cotidiana de lutar sem temer perante os desafios postos pela realidade. É o nosso desejo de compartilharmos e nos interessarmos pelas histórias de vida. É a defesa pelos direitos humanos. É a defesa da vida que nos protegerá dos caminhos sombrios dos fascismos e dos retrocessos, seja nas políticas públicas ou em qualquer lugar que estivermos. Seguiremos, portanto, com a coragem de lutar cotidianamente por uma sociedade mais justa e igualitária que se produz todos os dias e em todos lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHETTI, I. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005**. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Miséria, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Miséria (MDS), 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 57p.

BRASIL, **Capacita SUAS (Caderno 1) - Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. **Capacita SUAS (Caderno 3) - Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013.

BRAVO, M. I. S; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, Mar. 2012.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006. 198 p.

COSTA, B. M. da. **Capital social e ações voluntárias da sociedade civil em Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2004.

CRUS, J. F. da [et al] (Org.). MDS. **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. Brasília: MDS, 2013, 248p.

CRUZ PRATES, J. CRUZ PRATES, F. A contribuição da pesquisa para o desenvolvimento de políticas sociais pelo poder local. **Revista Virtual Textos & Contextos**. nº 4, ano IV, dez. 2005.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**. Out: p.139-164, 2004.

DEDECCA, C. S. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

DRAIBE, S. M. **O Welfare State no Brasil: características e perspectivas**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), Universidade Estadual De Campinas (UNICAMP), 1993.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. ISBN 85-85676-06-X. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREUD, S. **Análise terminável e interminável**. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 23, 1937). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12a Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Y. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. UNIOESTE – Campus Cascavel. Out, 2005.

HÖFLING, E.de M. Estado E Políticas (Públicas) sociais. **Cad. CEDES**. v.21 n.55, Campinas, nov. 2001.

ISOLDA, J. S.; Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. In **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

IVO, A. B. L. A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 57-67, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Jan. 2019.

JACCOUD, L. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, MDS/UNESCO, p. 57-86, 2009.

LACAN, J. **O avesso da psicanálise** (1969-1970). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/ Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 3, ano III, dez. 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, I. F. de; AMORIM, K. M. de. O. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p.559-566, 2012.

PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. MONNERAT, G. L. ; ALMEIDA, N. L. T. de; SOUZA, R. G. de (org.). Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 23-39.

POCHMAN, M. Proteção Social na Periferia do Capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 3-16, 2004.

PRATES, J. C. Gestão como Processo Social e o Processo de Gestão da Política de Assistência Social. In. MENDES, J.M; AGUINSKY, B. (org.) **Capacitação sobre o PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre. EDIPUCRS, p. 38-61, 2006.

RIZOTTI, M. L. A. A Construção do Sistema de Proteção Social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social. **Doutrinas Jurídicas**, v. 25, p. 11, 2006.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/ FAPESP, 2016.

ROSA, M. C. F; HELLMANN, A. (Org.). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 320 p.

SANCHEZ, A. V. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SILVA, M. YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA, A. de O. **Programa bolsa família: autonomia ou legitimação da pobreza?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. 107 f.

SOUZA, J. de. **A ralé brasileira: como é e como vive**. Colaboração de André Grillo et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade: uma revolução da consciência da cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XVIII, n.º 55, p. 9-38, nov.,1997.

SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, p. 96-122, 2006.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3º. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.

SPOSATI, A. Vigilância Socioassistencial: condição para afirmação do direito socioassistencial no âmbito da proteção social distributiva. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas.

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. 2017.

TAPAJÓS, L.; RODRIGUES, R. W. da S. (Orgs). **Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. 141 p.

TORRES, A. S. **Convívio, Convivência e Proteção Social: entre relações, reconhecimentos e política pública**. 1ª Ed. São Paulo: Veras Editora e Centro de Estudos, 2016.

VIANNA, M. L. W. **A americanização perversa da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas** (1998). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan: Ucam, Iuperj, 2011.

VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

YAMAMOTO, O. H; OLIVEIRA, I. F. de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. spe, p. 9-24,2010.

YAZBEK, M. C. Política social: assistência social e filantropia. In: CARVALHO, D. B. B. de (Org.). **Novos paradigmas da Política Social**. Brasília: UNB, Departamento de Serviço Social, 2002.